Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Eliane Silva Sampaio

Um estudo sobre gênero no Brasil do século XIX: O caso Anna Jansen, a Rainha do Maranhão

outubro de 2015

Eliane Silva Sampaio **Um estudo sobre gênero no Brasil do século XIX: O caso Anna Jansen, a Rainha do Maranhão**

UMinho | 2015

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Eliane Silva Sampaio

Um estudo sobre gênero no Brasil do século XIX: O caso Anna Jansen, a Rainha do Maranhão

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Contabilidade

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Delfina Gomes

outubro de 2015

DECLARAÇÃO

Nome: ELIANE SILVA SAMPAIO

Endereço eletrônico: elianessampaio@hotmail.com

Título da Dissertação de Mestrado:

Um estudo sobre gênero no Brasil do século XIX: O caso Anna Jansen, a Rainha do Maranhão

Orientadora:

Doutora Delfina Rosa Rocha Gomes

Ano de conclusão:

2015

Designação do Mestrado:

Mestrado em Contabilidade

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA DISSERTAÇÃO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE AUTORIZAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, / /

Assinatura:

Agradecimentos

Ao refletir sobre o que escrever em meus agradecimentos me vieram à memória muitas lembranças. Tanta coisa aconteceu e muitas pessoas contribuíram, direta ou indiretamente, para que eu pudesse atingir meu objetivo. Relatar todos aqui seria escrever uma nova tese, mas cada um faz parte dessa etapa e estarão guardados em minha memória.

Primeiramente, meu profundo agradecimento é destinado à minha orientadora, a Doutora Delfina Gomes, que mesmo de longe se fez presente e muito contribuiu com seu apoio, orientação e incentivo diante das dificuldades encontradas ao longo desta pesquisa. Obrigada por compartilhar comigo seu conhecimento. Fizeste-me enxergar um novo mundo na contabilidade.

Agradeço também ao meu maior incentivador para o mestrado, Prof. Marcelo Porte. Obrigada por ter sido a luz para os meus pés. Obrigada pela paciência, pelo tempo desprendido para compartilhar suas experiências e me mostrar como chegar lá.

Agradeço a todos os professores do Mestrado em Contabilidade que compartilharam conosco suas experiências e conhecimentos. Agradeço também aos colegas de mestrado, pelos incentivos mútuos, pelos grupos de estudo, pelas discussões ao longo dos trabalhos, por cada experiência que compartilhamos. Desejo sucesso a todos.

Agradeço de coração a todos os amigos brasileiros que dedicaram um tempo a me ouvir ao longo desse período e com suas palavras amenizaram a distância, o frio e a solidão. Agradeço imensamente aos amigos portugueses que me acolheram como uma verdadeira família, que comemoraram com minhas vitórias e em momentos de tristeza ofereceram o ombro amigo, o carinho que sinto por cada um rompe as barreiras da distância e do tempo.

Por fim, agradeço àquele que a sua maneira me incentiva a ir mais longe, que me lembra sobre meu potencial e tenta entender meus momentos de angústia e dúvidas. Obrigada por me ajudar a trilhar esse caminho e por se preocupar sempre comigo, estás em meu coração.

Um estudo sobre gênero no Brasil do século XIX: O caso Anna Jansen, a Rainha do Maranhão

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar e compreender a atuação de Anna Joaquina Jansen à frente dos negócios da família sob a perspectiva da pesquisa de gênero em história da contabilidade. Para tanto, o período compreendido por esta pesquisa foi o século XIX, tendo como ponto de partida o ano do casamento de Anna Jansen com o Coronel Izidoro Pereira, 1822, encerrando-se em 1869, ano de seu falecimento.

Por tratar-se de uma análise documental realizada em arquivos históricos, o presente estudo tem como principais fontes os documentos manuscritos do século XIX, dentre os quais se tem o inventário de Anna Jansen, registros portuários, assim como solicitações dirigidas a D. Pedro II.

O enquadramento teórico utilizado na investigação é retirado da literatura que explora os conceitos de gênero e contabilidade, sendo também considerado o conceito de emancipação oriundo desta relação, uma vez que a contabilidade, como uma ciência social, é capaz de atuar como ferramenta emancipatória em benefício dos grupos sociais menos favorecidos.

Mediante a análise dos manuscritos e dos jornais da época foi possível constatar que Anna Jansen se tornou detentora de uma das maiores fortunas da região ao ficar viúva do seu primeiro marido, o Coronel Izidoro Pereira, e por meio desta fortuna conseguiu atingir lugar de destaque na sociedade maranhense. Anna Jansen soube aproveitar-se das circunstâncias que corriam a seu favor e tornou-se reconhecida e temida como a matriarca dos Jansen no Maranhão colonial. Sua atuação representa um romper dos paradigmas que tendem a anular a participação feminina em atividades econômicas e políticas. Sua capacidade gerencial se reflete em ações que a levaram a ser reconhecida principalmente por ser uma mulher muito a frente da época em que viveu. Embora não se tenha conhecimento de registros técnicos mantidos por Anna Jansen ao longo de sua vida, constata-se por meio dos documentos primários analisados que possuía grande destreza para a administração de suas propriedades e de seus bens.

Palavras-chave: Gênero, Emancipação, História da Contabilidade, Período Colonial.

A study on gender in nineteenth-century Brazil: The case Anna Jansen, Queen of Maranhão

Abstract

This paper aims to analyze and understand the role of Anna Joaquina Jansen ahead of the family businesses from the perspective of gender research in the history of accounting. Thus, the period covered by this research was the nineteenth century, taking as its starting point the year of Anna Jansen's wedding with Coronel Izidoro Pereira, 1822, ending up in 1869, the year of his death.

As this is a documentary analysis in historical archives, the present study has as main sources the handwritten documents of the nineteenth century, among which are Anna Jansen' inventory, port records, as well as requests addressed to D. Pedro II.

The theoretical framework used in the investigation is taken from the literature that exploits the concepts of gender and accounting, being also considered the concept of emancipation derived from this relation, since accounting as a social science is able to act as a liberating tool benefiting the most disadvantaged social groups.

By analyzing the manuscripts and newspapers of the time it was established that Anna Jansen became the owner of one of the largest fortunes in the region after becoming the widow of her first husband, Coronel Izidoro Pereira, and through this fortune could prominently achieve in Maranhão society. Anna Jansen knew how to take advantage of circumstances that were running in her favor and became known and feared as the matriarch of Jansen in colonial Maranhão. Her performance represents a breaking of paradigms that tend to cancel the participation of women in economic and political activities. Her management skills are reflected in actions that led her to be mainly recognized for being a very forward woman of the age in which she lived. Although it was not possible to find technical records kept by Anna Jansen throughout her life, it has been possible through primary documents analyzed to gain knowledge that she had great dexterity for the administration of her properties and goods.

Keywords: Gender, Emancipation, Accounting History, Colonial Period.

Índice

Agradecimentos ..... **iii**
Resumo ..... **v**
Índice de Figuras ..... **xi**
Índice de Quadros ..... **xiii**
Índice de Anexos ..... **xv**
Capítulo I – Introdução **1**
1.1. Cenário para investigação 3
1.2. Objetivos, métodos de investigação e metodologia 4
1.3. Período de análise 6
1.4. Estrutura da dissertação 7
Capítulo II - Revisão de literatura: contabilidade, emancipação e gênero **9**
2.1. A contabilidade e o seu poder emancipatório 9
2.1.1. Contabilidade externa como ferramenta emancipatória 10
2.1.2. Ensino e pesquisa em contabilidade e seu potencial emancipatório 13
2.1.3. Contabilidade, religião e emancipação 15
2.1.4. Contabilidade a favor dos mais necessitados 20
2.2. A contabilidade como forma de emancipação das mulheres 23
2.3. Contabilidade e gênero 25
2.3.1. Contabilidade doméstica 27
2.3.2. Gênero e contabilidade de negócios 32
2.3.3. As mulheres e a profissão contábil 41
2.4. Em resumo 45
Capítulo III - Metodologia **49**
3.1. Método de investigação 49
3.1.1. Estudo qualitativo 49
3.1.2. Estudo interpretativo 50
3.1.3. Estudo de caso 51
3.1.4. Fontes de arquivo 52
3.2. Recolha dos dados 53
3.3. Enquadramento teórico 55
3.4. Em resumo 57

Capítulo IV - O Maranhão do século XIX 59
4.1. Contexto econômico, político e social da província do Maranhão no século XIX ...59
4.2. As revoltas populares.....66
4.3. Em resumo 71
Capítulo V - Anna Jansen, a rainha do Maranhão.....73
5.1. Perfil de Anna Joaquina Jansen.....73
5.2. Do poder e influência ao mito 80
5.3. Discussão de resultados 94
5.4. Em resumo 96
Capítulo VI – Conclusão.....99
6.1. Principais resultados 99
6.2. Limitações do estudo 102
6.3. Contribuições 103
6.4 Investigação futura 104
Fontes de arquivo.....105
Referências bibliográficas.....106
Anexos 115

Índice de Figuras

Figura 1 - Foto de Anna Joaquina Jansen 77
Figura 2 - Nota de falecimento D. Anna Augusta Jansen 78
Figura 3 - Participação dos Jansen na política.....80
Figura 4 - Família Jansen e o partido bemtivi 81
Figura 5 - O pasquim "O Guajajara" 81
Figura 6 - Relatos sobre abuso de poder 82
Figura 7 - Os feitos do Coronel Isidoro Jansen 84
Figura 8 - Comércio de telhas e tijolos de Anna Jansen 85
Figura 9 - Doação de pedras.....86
Figura 10 - Registro do porto 86
Figura 11 – Nota de falecimento de Anna Jansen 89

Índice de Quadros

Quadro 1 - Descendência direta de Anna Joaquina Jansen 75
Quadro 2 - Relação de filhos de Anna Jansen 79
Quadro 3 - Resumo dos bens de Anna Jansen 90
Quadro 4 - Resumo do Inventário de Anna Jansen 91
Quadro 5 - Partilha dos escravos por herdeiro 92

Índice de Anexos

Anexo 1: Declaração de descendência 115
Anexo 2: Registro de arrecadação sobre olaria 116
Anexo 3: Relação de escravos pertencentes à Anna Jansen 117
Anexo 4: Taxa de escravos 118
Anexo 5: Registro de entrada da Canoa Jovem Maria 119
Anexo 6: Descrição da nobreza e dos bens 120
Anexo 7: Feitos prestados em favor da província e do império 121

Capítulo I – Introdução

A contabilidade doméstica é uma vertente que tem atraído à atenção de diversos estudiosos (Komori e Humphrey, 2000; Llewellyn e Walker, 2000; Northcott e Doolin, 2000; Piorkowsky, 2000; Walker, 1998, 2003a; Walker e Carnegie, 2007; Walker e Llewellyn, 2000) que realçam através de suas pesquisas a importância desta prática para a manutenção da economia no lar, valendo-se da relação existente entre contabilidade, gênero e família. Ampliando o campo de pesquisa para além do domínio privado dos lares, estudos evidenciam o papel gerencial desempenhado por mulheres, seja em relação à gestão de suas fortunas, seus empreendimentos ou à frente de instituições públicas ou privadas (Abraham, 2008; Lewis, 1992; Licini, 2011; Walker, 2006; Wiskin, 2006).

Tomando como base as duas abordagens apontadas, que se relacionam, ressalta-se o perfil gerencial desempenhado por Anna Joaquina Jansen Pereira na condução dos seus negócios, sua destreza para resgatar o sobrenome da família e tornar-se senhora de considerável fortuna no Maranhão provincial (Brasil). Além do papel de esposa e mãe, esteve à frente dos negócios da família, geriu suas propriedades, manteve o cultivo de arroz e algodão, e beneficiou-se financeiramente por longo período com a distribuição de água na região, o que sem uma aptidão para os negócios e principalmente um controle rígido de seus bens não seria possível.

Ao voltar o foco do estudo para a apreciação de uma peça central é possível reconstruir de forma pontuada seus principais passos e feitos, além de resgatar a imagem, sob a ótica da pesquisa de gênero em história da contabilidade, de uma pessoa que atuou e contribuiu para o desenvolvimento do Maranhão no século XIX. Embora seja possível destacar investigadores que se dedicaram ao estudo de gênero focando-se na análise do papel desempenhado pelas mulheres herdeiras dos bens e negócios no período colonial brasileiro (Almeida, 2008; Bacellar, 1990; Campos, 2008; Falci e Melo, 2002; Janotti, 1996; Lima, 2006; Mota, 2007; Novaes, 2012), não se tem conhecimento de estudos com uma perspectiva gerencial e contábil. Esta vertente torna-se mais escassa quando se tem em consideração o Maranhão do período colonial. Muitos dos estudos aqui apresentados foram desenvolvidos no âmbito da História Econômica e História do Brasil.

Assim, valendo-se de uma perspectiva regional, Campos (2008) voltou sua análise para o Maranhão colonial, mais precisamente no período de 1755 a 1822, com o intuito de averiguar a participação das mulheres donas de bens e propriedades tendo em conta o contexto socioeconômico da região. Já Mota (2007) dedicou-se ao estudo das principais famílias que atuaram no processo de colonização da capitania do Maranhão, dando enfoque para o significativo número de mulheres proprietárias de fortunas e viúvas que exerciam importante papel no meio social.

Utilizando-se de uma abordagem política e econômica, Janotti (1996) apresentou em sua pesquisa uma síntese sobre a vida de três mulheres que marcaram a elite maranhense do século XIX, D. Marta Alonso Abranches, D. Emília Branco e D. Anna Joaquina Jansen, ressaltando seus feitos sociais, políticos e econômicos, além das perseguições sofridas em meio a uma sociedade dominada essencialmente pelos homens. Novaes (2012) dedicou-se em sua tese ao estudo da vida de Anna Jansen, tendo como princípio norteador a vertente empreendedora e administrativa exercida pela matriarca dos Jansen, não aprofundando os aspectos contábeis associados à vida desta mulher.

Expandindo o campo de investigação para uma perspectiva nacional, a participação das mulheres senhoriais no desenvolvimento da vila de São Paulo de Piratininga foi estudada por Lima (2006) que utilizou testamentos e inventários desta região para relatar o envolvimento das mulheres na economia e na sociedade. Seguindo a mesma abordagem apresentada por Lima (2006) no que tange a análise de testamentos e inventários, Almeida (2008) analisou a atuação das esposas dos donos de engenhos da região de Itu com o intuito de investigar sobre a formação econômica de São Paulo entre os séculos XVIII e XIX. Centrando-se também na região de São Paulo no período colonial, mais precisamente nas vilas de Sorocaba e Itu, Bacellar (1990) contribuiu para a investigação de gênero e história da mulher ao apresentar reflexões acerca do papel feminino na sociedade colonial. Falci e Melo (2002) focaram suas pesquisas em Eufrásia Teixeira Leite, senhora da elite fluminense, a fim de resgatar as contribuições desta figura para as relações sociais, econômicas e culturais no Brasil imperial.

Neste sentido, a justificação deste estudo centra-se principalmente na carência de pesquisas de gênero no Maranhão colonial sob uma ótica contábil com o intuito de analisar

como as senhoras proprietárias de terras e escravos desempenhavam funções gerenciais e tornavam-se agentes de participação ativa na política e também na economia. Assim, este estudo pretende resgatar e analisar a vida de Anna Joaquina Jansen Pereira a fim de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa de gênero em contabilidade.

Este primeiro capítulo encontra-se dividido em quatro seções, na primeira é apresentado o cenário de investigação, na segunda são expostos os objetivos, métodos de investigação e metodologia, na terceira é descrito o período compreendido pela análise, e por fim, na quarta seção é apresentada a estrutura da pesquisa.

1.1. Cenário para investigação

Tendo em vista os acontecimentos no âmbito social, político e econômico que marcaram o Maranhão do século XIX, pretende-se estudar a atuação feminina em um cenário social marcado pela nítida segregação do sexo, no qual as fontes históricas evidenciam a submissão e repressão das mulheres. Para tanto, a pesquisa tem como objeto de estudo a figura de Anna Joaquina Jansen, mulher maranhense que exerceu grande influência no Maranhão colonial.

A análise sobre a vida de Anna Jansen que aqui se apresenta visa preencher o vazio existente no tocante às pesquisas de contabilidade e gênero no Maranhão do século XIX e, consequentemente, evidenciar o papel feminino nas diversas camadas sociais, refutando a ideia de que às mulheres, seres dotados de extrema fragilidade e pouca destreza para os negócios, cabiam os afazeres do lar, o cuidado dos filhos e dedicação ao marido.

Embora Anna Jansen fosse descendente de nobre família holandesa e portuguesa, foi por intermédio do seu primeiro casamento que se tornou detentora de uma das maiores fortunas da região (Viveiros, 2007). Seu vasto patrimônio foi subdividido no 2° volume do seu inventário em bens semoventes (escravos), bens de raiz, bens móveis, roças, gado *vaccum* e cavalar, além de valores em espécie. Aproveitando-se do seu poder se fez presente no campo político, atuando de forma direta no partido bemtivi. No campo econômico, após tornar-se viúva, a matriarca da família Jansen soube administrar sua

fortuna, gerir suas fazendas e seus escravos, mantendo o cultivo de algodão, arroz, além do fornecimento de água para os moradores de São Luís.

É válido ressaltar que o século XIX é marcado por importantes acontecimentos políticos e econômicos a nível regional e nacional. É neste período que se tem a transição do Brasil colônia para o Brasil império, culminando com inúmeros movimentos que se alastraram por todo o país. No Maranhão, além das perturbações vividas no setor econômico, os primeiros decênios do século XIX foram marcados pelas lutas que acarretaram mudanças significativas no campo político. Difundiam-se pela província conflitos entre aqueles que lutavam pela permanência do controle lusitano e aqueles que lutavam pela unificação nacional diante do novo reino que se instalava. O Maranhão ofereceu forte resistência, o que fez com que a independência nesta província fosse reconhecida um ano após o grito de "Independência ou Morte". No âmbito econômico, o Maranhão viveu dois períodos distintos, dois ciclos, o primeiro determinado pelo apogeu oriundo da produção e exportação do algodão e o segundo com o açúcar em substituição ao primeiro (Meireles, 1980).

Nesta seção é feita uma descrição do cenário compreendido pela pesquisa, além de serem expostas as razões que baseiam esta pesquisa. A seguir serão enumerados os objetivos, assim como o método de investigação e metodologia.

1.2. Objetivos, métodos de investigação e metodologia

Este trabalho tem como objetivo analisar e compreender a atuação de Anna Joaquina Jansen à frente dos negócios da família, tendo em conta uma perspectiva contábil. Para tanto, a pesquisa compreenderá o século XIX, encerrando-se em 1869, ano de seu falecimento.

Decorrente do objetivo principal, as questões que esta pesquisa pretende responder são:

1. Qual o papel desempenhado por Anna Joaquina Jansen na política e economia maranhense no século XIX?

2. Sob a ótica da pesquisa de gênero, de que forma a sua atuação se reflete e é refletida em termos de práticas gerencias e contábeis?

Tendo a figura de Anna Joaquina Jansen como objeto central deste estudo de caso, pretende-se analisar suas habilidades gerenciais, e como essas habilidades lhe possibilitaram atuar no meio político e econômico. Assim, o estudo analisa a contabilidade como um fenômeno social, um elemento da cultura que visa satisfazer as diferentes necessidades ao longo do tempo e do espaço (Schultz e Hollister, 2008), capaz de promover a emancipação feminina em um contexto social dominado pela figura masculina.

A pesquisa, por valer-se da recolha, análise e interpretação de dados para compreender o contexto no qual a figura central do estudo estava inserida, tem como fundamento metodológico a abordagem qualitativa e interpretativa dos documentos históricos relacionados à família Jansen, principalmente à sua matriarca, dentre os quais se destacam o 2° Volume do Inventário de Anna Jansen e a Solicitação do Título de Baronesa dirigida a D. Pedro II. A recolha dos dados foi realizada no Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, Arquivo Público do Estado do Maranhão e Biblioteca Nacional do Brasil com o intuito de se estruturar, com base em fontes primárias e secundárias, o papel de mãe, esposa e gestora desempenhado por Anna Joaquina Jansen dentro da perspectiva da pesquisa de gênero em contabilidade. Assim, a técnica utilizada será a análise documental e análise de conteúdo, sendo importante ressaltar que o estudo será realizado à luz da literatura sobre gênero, tendo como ponto de partida os estudos desenvolvidos por Khalifa e Kirkham (2009), no qual apresentam de forma detalhada os principais autores e estudos que se dedicaram à análise da relação gênero e contabilidade, e por Gallhofer e Haslam (2009) em que se tem a apresentação de uma abordagem ainda pouco explorada no tocante a contabilidade, que é sua característica emancipatória, sendo também enumerados os autores precursores dessa nova abordagem.

Nesta seção foram relacionados o objetivo e as perguntas de partida, além dos métodos de investigação e a metodologia utilizada neste estudo. Na próxima seção será descrito o período de análise compreendido nesta pesquisa.

1.3. Período de análise

O estudo que se segue centra-se em ocorrências do século XIX por compreender o período de vida de Anna Jansen, figura principal da pesquisa, que nasceu em São Luís no ano de 1787[1] (Abranches, 1992; Santos, 1978; Viveiros, Montello, Abranches, Ribeiro, Serra, Moraes e Lima, 2007), na então capitania do Maranhão, e faleceu no ano de 1869. Para melhor compreensão de sua atuação o estudo toma como ponto de partida o ano do seu casamento, 1822[2], com o Coronel Izidoro Pereira, de quem, ao tornar-se viúva, herdou toda a fortuna que posteriormente lhe garantiu o título de "Rainha do Maranhão".

É neste século que o Brasil vive momentos de agitações sociais, políticas e econômicas importantes ligadas à transição do colonialismo para o imperialismo. No Maranhão a situação não se diferenciava das demais regiões do país, o século XIX foi marcado pela expansão da economia algodoeira e, posteriormente, açucareira. No campo social, se observa o crescimento demográfico decorrente, principalmente, da chegada de inúmeros escravos para a manutenção das lavouras, mão de obra essa que, em meio aos conflitos regionais que se alastraram por todo o Maranhão, viram a oportunidade de lutar por seus ideais. No campo político é evidente a luta entre os partidos cabanos e bemtivis, que ao longo de anos se revezaram no comando do poder local, valendo-se de intrigas, insultos e insinuações de toda ordem que eram expostas nos jornais da região, os chamados "pasquim". Em meio a todos esses acontecimentos é possível observar a presença atuante de Anna Jansen nos mais diversos setores da sociedade, seja exercendo seu papel de mãe, esposa e mulher.

Nesta seção foi feito um apanhado geral do período compreendido no estudo. Na seção posterior será apresentada a estrutura deste trabalho.

[1]Segundo estudo realizado por Rezende (2012) acerca do ano de nascimento de Anna Joaquina Jansen, o mesmo conclui em sua pesquisa que a matriarca nasceu no ano de 1798 e não em 1787 como apontam muitos historiados, tal afirmação se dá principalmente por Anna Jansen afirmar em um processo de justificação de batismo, datado de 1832, ter 34 anos. Outro fato a considerar é a data de casamento dos seus pais, 27 de julho de 1792, sendo muito improvável para a época que Anna Jansen tenha nascido antes do casamento de seus pais.

[2]Chega-se ao ano de 1822 a partir da data do falecimento da primeira esposa do Coronel Izidoro Pereira, 25 de Abril de 1822. Embora se deva considerar o período de luto, o Coronel Izidoro já possuía um envolvimento amoroso, assim como filhos, com Anna Jansen mesmo durante seu casamento com Vicência Theodora Roza, sua primeira esposa.

1.4. Estrutura da dissertação

Este trabalho está dividido em seis capítulos conforme estruturação que se apresenta. Neste primeiro capítulo é feita uma abordagem geral sobre o estudo que se desenvolverá. O capítulo 2 compreende a revisão de literatura que versa sobre contabilidade e gênero. Em seguida é feita uma revisão da literatura envolvendo o tema contabilidade e emancipação, valendo-se de estudos que apresentam a contabilidade como uma ferramenta, que vai muito além da técnica, capaz de promover a interação e libertação de diferentes minorias e grupos no meio social, político e econômico.

No capítulo 3 é discutida a metodologia utilizada no estudo, sendo exposta uma análise acerca do estudo qualitativo, estudo interpretativo, estudo de caso, assim como das fontes de arquivo, por se tratarem dos métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Por fim, são descritos o processo de recolha dos dados e o quadro teórico aplicados no estudo.

No capítulo 4 é apresentado o Maranhão do século XIX, período compreendido pelo estudo, sendo feita uma contextualização no tocante à economia, política e sociedade maranhense. São analisadas também as agitações sociais que se difundiram pelo Maranhão, movidas tanto pelas ideias liberais a favor da instalação do Brasil império quanto por interesses de liberdade e igualdade das camadas mais reprimidas da sociedade.

No capítulo 5 é feita uma análise sobre a vida de Anna Joaquina Jansen e seu papel como mãe, esposa e gestora na sociedade maranhense do século XIX. Para tanto, inicia-se com uma breve história sobre sua vida, e em seguida são apresentados e analisados o fatos que comprovam sua forte atuação na política e economia da região, fazendo uma ligação dos conceitos apresentados na revisão de literatura a fim de associar o poder emancipatório da contabilidade ao poder de mando exercido por Anna Jansen no Maranhão.

No capítulo 6 são expostos os principais resultados oriundos do estudo, assim como as contribuições e limitações. Por fim são apresentadas as perspectivas para possíveis investigações posteriores.

Capítulo II - Revisão de literatura: contabilidade, emancipação e gênero

O processo de registro e controle sempre esteve atrelado ao desenvolvimento da sociedade, pois são práticas mantidas com o intuito de preservar os bens que se possui, e/ou fazê-los aumentar. A contabilidade seguiu o ritmo evolucionista da humanidade e hoje abrange vertentes que a caracterizam como uma ciência que pode ultrapassar as barreiras dos conceitos inflexíveis, atingindo e atendendo as diferentes camadas sociais.

A comunidade acadêmica volta seus olhares para questões que envolvem não somente o econômico e o financeiro, associando a contabilidade a conceitos que lhe aproximam das camadas mais marginalizadas da sociedade. Nesse sentido, a fim de se constituir uma base sólida para o estudo que aqui se propõe, a revisão da literatura está dividida em duas partes principais. Na primeira, a contabilidade e seu poder emancipatório, são apresentados os autores que se dedicaram a analisar a contabilidade tendo em conta seu potencial emancipatório, assim como as diferentes possibilidades pelas quais a contabilidade pode promover a liberdade e emancipação. Na segunda, contabilidade e gênero, têm-se estudos que debatem acerca do envolvimento das mulheres com a contabilidade, sua participação no meio profissional, assim como o uso de técnicas de gestão no ambiente familiar, expondo os resultados desta relação.

2.1. A contabilidade e o seu poder emancipatório

A crítica contábil tem destinado suas pesquisas a apresentar à comunidade acadêmica e profissional vertentes até então pouco exploradas da contabilidade. Trata-se de um alargar de ideias que compreendem conceitos e utilidades que acabam passando despercebidas no dia a dia dos profissionais desta área. Ao associar a ciência contábil a uma ferramenta capaz de prestar auxílio aos mais necessitados, obrigatoriamente tem-se uma expansão dos conceitos tecnicistas abordados dentro e fora do mundo acadêmico. Para Gallhofer e Haslam (2009), as pesquisas que analisam o potencial emancipatório da contabilidade fornecem *insights* sobre o caminho de lutas históricas e como esta ciência esteve presente, nas mais variadas formas, atuando e servindo às diferentes forças radicais.

Por ser uma ciência que tem por objeto o patrimônio, erroneamente acaba sendo associada apenas às organizações empresariais, sendo deixado de lado seu aspecto social. A contabilidade como uma ciência social engloba funções que vão muito além do âmbito econômico e financeiro, seja no ambiente empresarial, na esfera familiar, seja em contextos marcados por disputas de poder, na busca por liberdade ou em períodos de crises e guerras. Embora a dinâmica social apresente características ambíguas, a contabilidade pode atuar nos dois extremos, servindo aos movimentos repressivos e também aos emancipacionistas. Assim, conforme Gallhofer e Haslam (2009), acompanhando as mudanças sociais, a contabilidade foi moldada ao longo dos anos por lutas que ressaltaram seu potencial emancipatório e que hoje oferece uma reflexão crítica acerca da ordem sócio-política.

Neste sentido é que aqui se reflete sobre o potencial da contabilidade como uma ferramenta capaz de promover a emancipação, pois conforme destacam Gallhofer e Haslam (1996), rompendo as barreiras tradicionais e expondo as desigualdades e explorações, a contabilidade pode ajudar a gerar as mudanças necessárias para uma sociedade mais livre.

2.1.1. Contabilidade externa como ferramenta emancipatória

Com o intuito de apresentar uma análise crítica acerca do potencial emancipatório da contabilidade externa, Gallhofer e Haslam (1996) utilizam-se de aspectos do movimento artístico radical difundido no início do século XX na Alemanha. A ideia central do estudo diz respeito à necessidade de ser direcionada maior atenção tanto à forma como ao conteúdo e ao contexto em que são propagadas as informações contábeis. Conforme ressaltam os autores, a comunidade acadêmica tem reconhecido a capacidade da contabilidade para desafiar situações pré-estabelecidas e promover a mudança não somente no âmbito econômico, mas também social. Os autores tomam como exemplo os relatórios divulgados pelas empresas com o intuito de demonstrar sua preocupação com as questões que afetam o meio ambiente, segundo eles, há uma maior preocupação com o conteúdo repassado aos usuários do que com a forma que conduz aos resultados. O desenvolvimento de uma contabilidade mais emancipatória, que fosse além do relato financeiro engessado em planilhas, relatórios e números, seria capaz de promover significativa mudança nos

conceitos negativos mantidos por muitos usuários em relação à contabilidade. Como esclarecem, a contabilidade tem o potencial de incitar o diálogo e ajudar a construir realidades diferentes, atingindo diversas camadas da sociedade. Para tanto, é preciso libertar-se das amarras dos conceitos pré-estabelecidos e ir muito além, fomentando indagações, informando e tranquilizando. "Tal como a educação, a contabilidade deve tentar incentivar o desenvolvimento pessoal e o crescimento, inclusive por meio do desenvolvimento de um questionamento crítico" (1996, p. 33). Para os autores, mais pesquisas são necessárias a fim de aprofundar o debate sobre a promoção de uma contabilidade mais emancipatória.

A fim de analisarem as potencialidades dos relatórios *online* e consequentemente seu caráter emancipatório, Gallhofer, Haslam, Monk e Roberts (2006) preocuparam-se em desenvolver teoricamente por meio de três análises empíricas, inquérito *online*, inquérito por questionário e um estudo de caso na *Corporate Watch*, sobre o potencial positivo da *web* em face ao "*counter accounting*", assim como possíveis ameaças e obstáculos a este potencial e formas de superá-los. Conforme esclarecem os autores, o *counter accounting* é "constituído por informações e sistemas de informação utilizados por grupos como militantes e ativistas com vista a promover as suas causas ou combater ou desafiar a posição oficial e hegemônica vigente" (2006, p. 681). Como destacam, *counter accounting* caracteriza-se por ser uma prática emancipatória embora esbarre na repressão, delimitação e na resistência de estruturas governamentais e capitalistas. Mesmo diante de tais obstáculos, a *web* é um meio de divulgação positivo para os usuários e para as organizações abrangidas, sendo interessante o desenvolvimento de mais estudos que estendam as análises e explorem a relação entre os grupos de *counter accounting*.

Gallhofer e Haslam (2006a) chamam a atenção para o pouco número de pesquisas que abordem a mobilização da contabilidade nos meios de comunicação, tais como os jornais, assim como as que ressaltem o potencial e as dimensões emancipatórias da contabilidade. Como meio de suprir tal carência os autores elaboraram uma análise crítica acerca da mobilização da contabilidade em um importante semanário radical, *Forward*, veiculado no período da Primeira Guerra Mundial com o intuito de ressaltar o caráter político da contabilidade. Para os autores, tal período foi marcado por um contexto de crise e grandes tensões sociais a políticas, o que torna um campo fértil para o desenvolvimento

de pesquisas que analisem e demonstrem o uso da contabilidade por agitadores e pela mídia socialista. Os autores esclarecem que o desenvolvimento de mais pesquisas pode fomentar o movimento progressista e emancipatório por meio da contabilidade, sendo as análises históricas importantes para o entendimento do caráter social e político desta ciência, assim como da sua mutabilidade em contextos diversos. Os dados da pesquisa demonstram que a contabilidade não pertence particularmente a uma classe, embora norteada por forças capitalistas e hegemônicas, também pode servir a forças contra hegemônicas, ou seja, a contabilização, dependendo do contexto, pode tornar-se um reforço para os conflitos como pode resolvê-los.

Os meios de comunicação são ótimas ferramentas no tocante a propagação de informação, neste sentido Paisey e Paisey (2006) avaliaram em seus estudos até que ponto a contabilização das pensões representa uma contabilidade emancipatória. Para tanto, focam suas pesquisas nas pensões complementares de reforma no Reino Unido, utilizando-se do conteúdo dos *sites* das 100 maiores empresas listadas na Bolsa de Londres, FTSE-100. A internet tem sido o meio mais rápido de promoção das informações, diante desta realidade uma melhoria nas divulgações por meio deste canal desempenharia um papel importante no repasse de informações ao público sobre as pensões. Sobre tal premissa é que recai a necessidade de desenvolvimento deste estudo proposto pelos autores, no qual são exploradas as possibilidades que permitam a contabilização dos regimes de pensões profissionais. Os resultados indicam que a divulgação informacional nos sites analisados é consideravelmente baixa relativa às pensões, sendo que as informações repassadas tende a ser de má qualidade, o que sugere que as possibilidades de emancipação e facilidade da internet não estão sendo utilizadas em sua plenitude em relação à contabilização das pensões. Conforme sugerem os autores, mais estudos poderiam ser desenvolvidos tendo em conta outros países e em sites não abrangidos pela pesquisa.

Spence (2009), tendo como base a obra de Gramsci (1971), chama a atenção para os diferentes tipos de contabilidade social que são praticados por organizações da sociedade civil com a intenção de demonstrar que o potencial emancipatório da contabilidade social ainda pode ser atingido e realizado. Para o autor, as práticas de contabilidade social atualmente desenvolvidas são falhas, regressivas e não demonstram a transparência necessária, uma vez que estão diretamente ligadas ao alicerce econômico da

sociedade. Em seu estudo é investigado o potencial emancipatório do projeto de contabilidade social através da teorização gramsciana, a fim de apresentar conceitos acerca da contabilidade social e suas sobreposições em Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Conforme evidencia o autor, uma das principais missões da contabilidade social é divulgar os conflitos ligados às atividades industriais e comerciais, missão esta que não está sendo atendida já que há indícios de que as informações produzidas e divulgadas pelas corporações não são substanciais o bastante para promover um diálogo sobre o papel das corporações na sociedade. Embora tais fatores deturpem seus objetivos, a contabilidade social pode realizar o seu potencial emancipatório construindo e disseminando novas ideologias, preocupando-se com a exposição e resolução de problemas sociais e ambientais, ao invés de ofuscá-los. Segundo o autor, esse despertar da sociedade civil pode fazer que mais mudanças de foco para os acadêmicos de contabilidade social sejam exigidas.

Gallhofer, Haslam e Waltc (2011) dedicaram-se em seus estudos a debater criticamente sobre responsabilização, transparência e contabilidade em relação aos direitos humanos. O foco dos autores foi descrever de que forma a contabilidade pode servir aos direitos humano tendo em conta a complexidade e as incertezas que circundam tal abordagem. Para os autores, a resolução de problemáticas relacionadas aos direitos humanos indica que a prestação de contas é capaz de fornecer respostas promissoras contra os desafios sociais, ambientais e políticas de globalização. O relato consistente e rigorosamente auditado seria o meio pelo qual poderiam ser levantadas sérias considerações sobre os impactos de uma corporação na cultura local na qual está inserida. Como destacam, na prática é possível averiguar dimensões positivas da contabilidade, o que não quer dizer que mais progressos se fazem necessários, uma vez que o papel da contabilidade é servir melhor o interesse público. Segundo os autores, é essencial a busca por uma melhor governança, assim como por uma contabilidade mais holística que faça uso dos avanços na tecnologia comunicativa.

2.1.2. Ensino e pesquisa em contabilidade e seu potencial emancipatório

Pensar em emancipação e não associá-la também a educação é esquecer-se de uma das maiores ferramentas que o homem possui. O acesso ao conhecimento permite ao ser

humano abrir a mente para o mundo e percorrer um caminho sem volta rumo ao crescimento pessoal, profissional e espiritual. Neste sentido, Cuganesan, Gibson e Petty (1997) investigaram os meios pelos quais a contabilidade auxiliaria na formação de uma sociedade mais justa. Tomam como ponto de partida os livros didáticos de contabilidade de gestão e o modo como estes possuem um efeito incentivador no sentido dos alunos não buscarem conhecimento, não questionarem-se ou levantarem críticas acerca dos efeitos sociais e organizacionais da contabilidade. Como ressaltam, "livros didáticos, no entanto, são representações móveis e persuasivas de contabilidade e são um recurso central em quase todo o curso de contabilidade" (1997, p. 432). Ainda segundo os autores, o foco das suas investigações é identificar meios pelos quais os alunos possam se tornar mais conscientes quanto às atribuições da contabilidade, que vão muito além dos números e dos relatórios. Alertam para a necessidade de um empenho interligado por parte dos educadores para a promoção da contabilidade como uma ferramenta que incentive a justiça social, a equidade e a igualdade. Além de destacar que os educadores não devem temer a inserção de mudanças nas práticas de ensino, incentivando seus alunos a irem contra o processo silencioso que fecha suas mentes e os restringem ao mundo da sala de aula. Se o potencial emancipatório da contabilidade é para ser reconhecido, "os materiais usados para ensinar contabilidade devem incentivar os alunos a reagir, perguntar, propor, analisar e avaliar, dando espaço legítimo para suas próprias vidas e experiências" (1997, p. 451).

Na busca pelo desenvolvimento de investigações que preencham a lacuna existente quanto ao estudo de culturas pouco analisadas e suas contribuições para a pesquisa em contabilidade, McNicholas e Barrett (2005) discutem acerca das metodologias de pesquisa praticadas pelos povos indígenas Maori, ressaltando sua abordagem emancipatória. Como relatam, o principal interesse é destacar o desenvolvimento de metodologias que promovam uma descolonização emergente, por meio da qual os povos indígenas buscam desenvolver suas próprias questões de pesquisas, esperando obterem resultados positivos para o coletivo. É válido mencionar o surgimento de um crescente interesse por parte dos investigadores quanto ao desenvolvimento de pesquisas que abordem a relação entre a contabilidade e os povos indígenas, tal fato contribui para a expansão das metodologias de pesquisa na área contábil, promovendo a participação das camadas marginalizadas da sociedade. Segundo mencionam as autoras, o estímulo à discussão e ao debate é um dos objetivos deste estudo, a fim de fortalecer a preocupação com os grupos oprimidos e

marginalizados, uma vez que predominantemente as pesquisas no âmbito da contabilidade são desenvolvidas no contexto anglo-saxão. Uma contabilidade mais abrangente possibilitaria o engajamento de várias camadas da sociedade, permitindo uma multiplicidade de pontos de vistas. As autoras finalizam ao realçar que a metodologia de pesquisa proposta pelos Maoris poderia ser considerada uma possível contribuição para o "fortalecimento de um movimento para o desenvolvimento de abordagens de pesquisa, através do qual o objetivo emancipatório da teoria crítica pode ser praticado na tentativa de atender às necessidades de grupos geralmente reprimidos" (2005, p. 411).

2.1.3. Contabilidade, religião e emancipação

Como já mencionado anteriormente, a contabilidade está presente nas mais diversas atividades, seja diretamente ligada a uma abordagem econômica ou não. Sua atuação ultrapassa as barreiras do extremamente profissional, sendo possível encontrar técnicas de controle, gestão e prestação de contas desde os ambientes familiares até as maiores organizações empresariais. No ambiente sagrado não poderia ser diferente, o estudo acerca dos potenciais da contabilidade se expandiu de tal modo que investigadores seguem as mais diversas linhas de pesquisa a fim de analisar e compreender sua atuação e, no sentido da linha que aqui se segue, compreender seu potencial emancipatório. Assim, são apresentados estudos que se valem da temática contabilidade, religião e emancipação.

Gallhofer e Haslam (2004) exploram em seu artigo a teologia da libertação latino americana nos anos de 1970 e 1980 a fim de fornecer *insights* sobre uma prestação de contas mais emancipatória. Conforme explicam, a escolha dessa teologia se dá pelo fato de que "a teologia da libertação tem informações valiosas para oferecer para um projeto como este. Estamos especialmente interessados em explorar como a contabilidade - e relativamente, a práxis dos acadêmicos críticos contábeis - poderia ser mais desenvolvida" (2004, p. 384). Para os autores, é possível apontar várias dimensões sociais emancipatórias dos movimentos religiosos, seja nas ajudas fornecidas aos menos favorecidos ou na atuação em períodos marcados por crises. Tal teologia abordada neste estudo reconhece a vertente repressiva e exploratória do capitalismo, assim como reconhece a necessidade por mudanças caso a emancipação seja o objetivo. Um ponto que merece destaque diz respeito a necessidade de se ir além da forma convencional da contabilidade, permitindo uma maior

abrangência no tocante às reflexões sobre o ser humano, incluindo aí também uma dimensão espiritual.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Moerman (2006) apresenta em seu trabalho a teologia da libertação como uma proposta radical para informar e abordar questões de responsabilidade. Segundo a autora, os estudos em crítica contábil têm se atendado apenas no aspecto repressivo da contabilidade, sendo que seu trabalho rompe essa barreira ao fornecer à crítica contábil uma visão teológica que possui o potencial de informar um movimento emancipatório da contabilidade. Para que a perspectiva emancipatória na contabilidade seja atingida se faz necessário o alargamento dos ideais, uma vez que uma contabilidade mais emancipatória visa à reflexão sobre os meios que irão promover a libertação. Nesse sentido, a teologia da libertação vai além da formulação de estratégias para a crítica contábil, para a autora, ela tem o "potencial para ser profética, fornecendo uma posição radical da verdade" (2006, p. 171). Ao agregar uma perspectiva teológica à crítica contábil se tem uma compreensão de libertação através de um "ponto de vista moral que tem autoridade na Palavra de Deus" (2006, p. 182).

Kamla (2009) explora criticamente o potencial da pesquisa em contabilidade islâmica com o intuito de contribuir para que a crítica contábil atinja formas mais emancipatórias. A autora menciona que em diversos contextos a religião é utilizada como meio de exploração e maximização de riquezas, mas se apresentada em sua essência sem a sujeira da corrupção e do autoritarismo, pode contribuir de maneira positiva para a justiça social, apresentando aspectos emancipatórios. Assim sendo, a autora propõe avaliar criticamente pesquisas e práticas do sistema bancário islâmico e contabilidade para ajudar a preencher as lacunas na literatura e incentivar a investigação crítica contábil tendo em conta o contexto da contabilidade. Os resultados da pesquisa indicam uma carência substancial na literatura econômica e na crítica contábil no Islão. Indicam também a necessidade do sistema bancário islâmico voltar sua atenção para o social e empregar-se em ações que visem atingir soluções para os problemas que afetam a justiça social. No tocante a contabilidade, à luz dos ensinamentos islâmicos, é uma ferramenta capaz de promover mudança significativa no setor bancário, assim como fornecer informações relevantes que reflitam em mudanças sociais profundas. Conforme esclarece a autora, tal avaliação crítica demonstrou "uma significativa falta de estudos que enfoquem vozes ou

visões de muçulmanos para as necessidades dos pobres e desfavorecidos da sociedade" (2009, p. 930), sendo importante que haja uma colaboração e comunicação com outras iniciativas religiosas e não religiosas para que seja possível ao sistema bancário islâmico e a contabilidade responderem efetivamente à sociedade no tocante a erradicação da pobreza e justiça social.

Ao analisar as percepções entre a teoria crítica e os diferentes tipos de teologias e a compreensão do potencial emancipatório da contabilidade que tal relação pode proporcionar, Shapiro (2009) propõe fornecer uma análise comparativa das perspectivas críticas e perspectivas teológicas cristãs e judaicas tendo em conta o impacto que a educação contábil pode ter sobre os contabilistas e sua forma de pensar e atuar, além de explorar como os relatórios financeiros podem promover o desenvolvimento espiritual e a transformação das pessoas e das suas comunidades. O autor se baseia nos livros bíblicos de Gênesis que abordam a criação e na interpretação de Soloveitchik, diretor e fundador influente do judaísmo ortodoxo moderno nos Estados Unidos. Conforme destaca, embora seja constante a busca por movimentos que proporcionem a emancipação, a teoria crítica ainda não estabeleceu o que as pessoas devem fazer ou se propor a fazer em um futuro no qual se tenha de fato uma sociedade emancipada. Em um contexto de luta por igualdades e de práticas emancipatórias, é importante ter em conta os fatores sociais e globais que restringem as práticas contábeis potencialmente transformadoras. Para o autor, embora os contadores e gestores possuam liberdades em seu modo de agir tal liberdade não é completa diante das restrições promovidas por poderes que inibem o processo de mudança social.

Assumindo reflexões pouco exploradas, Molisa (2011) apresenta uma interpretação espiritual da emancipação e sua ligação com a crítica contábil. Trata-se de um repensar em como têm sido abordadas as questões sociais na literatura contábil sob uma perspectiva espiritualista de amor e luz. Conforme esclarece o autor, há a necessidade de desenvolvimento de novas modalidades de contabilidade e prestação de conta, sendo seu objetivo apresentar reflexões sobre emancipação e espiritualidade e discutir possíveis enriquecimentos por meio dos *insights* apresentados ao longo do seu estudo para a pesquisa e a prática em contabilidade. O autor esclarece que a pesquisa foi desenvolvida tendo em conta uma crença alimentada por sua própria experiência a qual relaciona o ser

humano a essência de luz e amor. Menciona também que uma das razões que motivaram a pesquisa foi o interesse em "explorar e apontar algumas das maneiras em que a transformação espiritual é absolutamente vital e inevitável para a tarefa de emancipação humana que os projetos em crítica contábil e social se esforçam para perceber" (2011, p. 481), além da liberdade para investigar e debater sobre as relações entre espiritualidade, teoria crítica, economia, política, ética e mudança social, principalmente pela falta de estudos que posicionem a espiritualidade no foco do discurso sobre prestação de contas. As discussões sugerem que muito ainda deve ser feito para que se atinja de fato a emancipação sob a ótica contábil, uma vez que as pesquisas desenvolvidas até o momento não trazem em si a iluminação espiritual, apenas privilegiam a mudança externa sobre a interna, concentram-se nos aspectos materiais, focam insistentemente no passado e no futuro esquecendo-se do momento presente, e não utilizam o amor em seus discursos sobre contabilidade. Por meio de sua pesquisa o autor espera que auxilie na inserção do amor nos discursos acadêmicos, além de incentivar os pesquisadores a despertarem para a mudança que o mundo precisa.

Partindo do estudo desenvolvido por Molisa (2011), alguns autores dedicarem-se a análise e/ou complementação deste estudo, dentre eles Gallhofer e Haslam (2011) que apresentam uma reflexão sobre a emancipação, o espiritual e a contabilidade com o intuito de relacionar alguns pontos importantes sobre tais temas. Os autores interligam os pontos apresentados por Molisa (2011) e expõem como uma transformação espiritual pode incentivar a emancipação, assim como destacam a importância do amor nesta relação como peça principal capaz de promover mudanças significativas por representar e compreender também democracia, igualdade e prestação de contas. "Amor aqui abraça um carinho e um profundo respeito pelos outros, e os direitos e obrigações podem ser uma articulação ou dimensão desta. E tal carinho e respeito implica envolvimento no mundo externo" (2011, p. 506). Como mencionam, desenvolver estudos que interliguem a espiritualidade com aspectos da teoria crítica da emancipação proporciona uma expansão dos discursos acadêmicos, desafiando teorias já estabelecidas, promove aos acadêmicos conhecimentos acerca das práticas sociais, indo além da perspectiva técnica da contabilidade, além de promover o combate à repressão, ao individualismo e o foco no mundo material. Por meio deste ponto de vista é possível associar a contabilidade com a espiritualidade e se fazer

com que tal ferramenta tão importante funcione por um maior sentido de unidade, cuidado e respeito.

Jacobs (2011) também se dedicou à análise do estudo desenvolvido por Molisa (2011) a fim de colocar alguns pontos em discussão. Para o autor, a pesquisa desafia os investigadores a se afastarem de uma abordagem legalista ou contratual para questões de responsabilidade baseada no amor, faz com que saiam da zona de conforto acadêmico no tocante ao estilo e conteúdo. Conforme esclarece, o processo de emancipação necessita do reconhecimento "da natureza tomada por certo valores e uma vontade de mudar as estruturas externas e as instituições" (2011, p. 510). O autor assinala concordância aos pontos apresentados por Molisa em sua conclusão e menciona que a alteração do valor interno e externo não pode ser separada em um processo de emancipação. Na busca por contabilidade e emancipação, tão discursada em alguns estudos, é importante o questionamento dos valores individuais, das premissas e motivações, pois emancipação deve envolver não somente as mudanças físicas, como recursos ou bens, mas também a mudança de atitude ou valores ditados como certos.

McPhail (2011) apresenta uma análise crítica sobre o projeto de espiritualização da contabilidade defendido dor Molisa (2011) e argumenta o importante contributo deste trabalho no sentido de ajudar a constituir um novo campo de pesquisa e uma nova direção a ser seguida em contabilidade. O autor apresenta, por meio das obras de John Milbank (1990; 1999), a inserção de um movimento filosófico chamado Radical Ortodoxo, com o intuito de incentivar mais debates sobre os tipos de vertentes espirituais e religiosas que fundamentam este campo em desenvolvimento. São apresentados alguns pontos relacionados ao movimento, tal como o espírito de descontentamento com o qual é sustentado, não sendo exposta uma discussão aprofundada em decorrência da complexidade e problemática que o envolve. Conforme esclarece, o movimento Radical Ortodoxo tem sua base fundamentada na filosofia pós-moderna com o intuito de reafirmar o valor da narrativa cristã como fonte de oposição radical ao secularismo prevalecente. Para o autor, é de suma importância inserir o estudo promovido por Molisa (2011) em um contexto mais geral das tendências intelectuais, não apenas pela representatividade que o tema da transformação espiritual vinculada à emancipação possui, mas por tocar em questões que a crítica contábil pouco se envolveu até o momento.

2.1.4. Contabilidade a favor dos mais necessitados

Restringir a contabilidade a relatórios tecnicistas é reduzir seu potencial e seu campo de atuação, pois como uma ciência social, está ligada às diversas atividades que o homem pode desempenhar. Assim, os estudos que serão apresentados a seguir demonstram o amplo e complexo campo de atuação da contabilidade, interligando-os ao potencial emancipatório que tal ciência pode proporcionar.

Gallhofer e Haslam (2006b) assumem a ideia de que no contexto da globalização também há a possibilidade de mudanças emancipatórias, mesmo que estas sejam atingidas por meio de lutas. A pesquisa promove uma relação entre a contabilidade e a globalização com o intuito de reparar a negligência por parte da investigação crítica sobre esta relação e apresentar as oportunidades que possam decorrer desta interação. Segundo informam os autores, o contexto globalizado expõe muitos desafios para a análise social e crítica da contabilidade, o que promove maior estímulo à literatura já que a globalização exige práticas contabilísticas mais emancipatórias. Um ponto relevante da pesquisa demonstra que a intervenção política, assim como a luta por melhores formas de governação, faz com que surjam novas formas de atuação da contabilidade. Embora este seja um processo contínuo e dinâmico, torna-se válido e útil que pesquisadores críticos assumam posições proativas e desenvolvam formas de contabilização tendo em conta, além do contexto, o modo de governação. Para os autores, boa parte das pesquisas desenvolvidas até o momento destacam principalmente os resultados negativos da inter-relação entre a contabilidade e a globalização, sendo este estudo preponderante no que diz respeito à utilidade informacional sobre a potencialidade emancipatória-progressiva de tal assunto. Os resultados da pesquisa indicam a necessidade de se construir um contexto de coordenação mais global que possibilite converter campanhas políticas em ações. Os autores são enfáticos ao destacarem que "a contabilidade, como amplamente concebida, é especialmente fundamental para o desenvolvimento progressivo-emancipatório da governação no contexto globalizado" (2006b, p. 927). Ou seja, a contabilidade, como uma ferramenta social, pode promover significativa transformação na estrutura da governança mundial, refletindo nesta mudança características como a justiça, democracia, segurança, comunidade e o bem-estar. Por meio de suas pesquisas os autores esperam influenciar o

alargamento das investigações que evidenciem ainda mais a relação da contabilidade com a globalização.

Com o intuito de demonstrar o potencial emancipatório que a comunicação social pode ter, Chwastiak (2008) examina os motivos que levam a inclusão ou exclusão de certos custos em um orçamento de guerra. Seu trabalho evidencia o papel da contabilidade que vai além do econômico, assumindo uma perspectiva social, por meio da qual são documentadas as consequências sociais de conflitos. Para tanto, o estudo centra-se nas Guerras do Vietname e do Golfo, por serem as mais recentes, tendo assim, um apelo emocional que seja capaz de promover o debate e as ações pertinentes para que ocorra a mudança social. A autora destaca que o objetivo de sua pesquisa é analisar como as práticas contábeis usadas pelo governo americano contribuíram com a invisibilidade necessária para a promoção da violência, além de tornar visível o número de vítimas atingidas pela guerra, colaborando deste modo com o potencial emancipatório da contabilidade. Como o estudo apresenta, mesmo tendo como resultados a destruição, a morte e a dor, um dos meios pelos quais um estado pode convencer seus cidadãos sobre a necessidade de uma guerra é silenciando suas consequências, sendo a contabilização e a prestação de contas dos custos efetivos, ou seja, uma contabilidade mais completa, a solução para a extinção dessa instituição denominada guerra. Segundo a autora, a contabilidade convencional, aquela que serve aos interesses da elite política e econômica, não é a melhor ferramenta para abordar as consequências sociais de uma guerra, o que evidencia a necessidade de formas mais radicais de contabilidade que assumam uma perspectiva social e libertadora para a divulgação das dores da guerra. Assim, uma contabilidade que descrevesse o número de mulheres, homens, idosos e crianças que morreram ou sofreram qualquer tipo de consequência oriunda dos conflitos, tais como sequestro, estupro, mutilações, dentre tantas outras dores, promoveria o "abrir de olhos" da população para o extermínio das guerras. Para a autora, se tal realidade fosse assumida, os verdadeiros custos, não apenas no sentido econômico, oriundos das guerras se tornariam mais "visíveis e compreensíveis, infiltrando-se a consciência social de tal forma que a guerra não poderia mais ser vista como uma abstração sem consequências reais, revelando o potencial da contabilidade social para nos emancipar da guerra" (2008, p. 587).

Com o objetivo de apresentar uma nova perspectiva da atuação da contabilidade no período da escravidão, Oldroyd, Fleischman e Tyson (2008) averiguam em seus estudos a culpabilidade dos profissionais e usuários de contabilidade na manutenção da escravidão no Império Britânico e nos Estados Unidos nos séculos XVIII e XIX. Segundo argumentam os autores, ao analisar a atuação da contabilidade no período da escravidão as pesquisas ressaltam o seu lado obscuro, sendo utilizada como uma ferramenta de repressão, controle e imposição de poder. Mas, conforme destacam, o papel da contabilidade não era totalmente negativo, pois mesmo atendendo aos interesses dos proprietários, alinhava tais interesses à manutenção da saúde e segurança dos escravos com o objetivo de preservar tanto a vida como o seu valor econômico. Tal atuação ambígua se deu também no movimento abolicionista por meio dos processos de compensação, nos quais a extrema repressão foi trocada por incentivos aos escravos que ainda se mantinham vinculados aos seus proprietários, o que demonstra o potencial da contabilidade como um agente de mudança social, servindo tanto aos apoiantes como aos opositores, ajudando a incitar uma mudança significativa na política social através de incentivos alternativos. Nesse sentido, "o papel da contabilidade no que diz respeito à escravidão era ambíguo, servindo não só para facilitar a prática da escravidão, mas também para regular a saúde e segurança dos escravos, bem como para promover, eventualmente, a sua emancipação" (2008, p. 767). Para os autores, sustentar a culpa da contabilidade e de seus usuários na manutenção da escravidão não é algo claro por conta da sua atuação nos dois lados da moeda, sendo possível olhar "para duas contabilidades simultâneas que trabalham em direções opostas, uma a oprimir, a outra a sustentar a vida ou libertar" (2008, p. 767). Através dos resultados desta pesquisa é possível verificar a capacidade da contabilidade de ser um instrumento flexível de controle social, servindo ambas as extremidades, o que facilita a promoção de mudanças sociais importantes e emancipatórias.

Em seu estudo Walker (2014) explora o potencial da contabilidade acerca das práticas utilizadas no programa de reabilitação rural nos Estados Unidos nos anos de 1930 e 1940, com o objetivo de demonstrar como a contabilidade contribuiu para a reabilitação rural e combate a pobreza. Como esclarece o autor, as técnicas contábeis foram implantadas no meio rural americano a fim de responder de forma rápida a crise econômica e social que se alastrava pelos Estados Unidos, sendo muitos agricultores obrigados a aderir práticas contábeis para conseguirem superar o momento de crise e alcançarem

melhorias, tanto no âmbito familiar quanto a nível nacional. Para muitos a supervisão e controle permanente por parte de quem detém o poder tende a representar práticas ameaçadoras e constrangedoras, mas é importante ter em mente que os processos de controle e disciplina podem estar associados à construção de características importantes para um indivíduo, tais como competências, responsabilidade e até mesmo a liberdade. Segundo o autor "a pesquisa contrasta com estudos históricos anteriores que relatam a aplicação de tecnologias de contabilidade na subjugação ou na exploração de populações específicas" (2014, p. 231). Os resultados também apontam que a camada agrícola ou rural pode ser um local de perspectivas inovadoras para a contabilidade e que o impacto educativo das técnicas contábeis foi tido como positivo pelos usuários que a praticavam, promovendo melhorias significativas na renda familiar, controle financeiro e doméstico, além de assegurar paz de espírito para a resolução de seus problemas àqueles que enfrentaram o período de crise americano.

2.2. A contabilidade como forma de emancipação das mulheres

Como evidenciado na seção anterior, a contabilidade assume perspectivas que possibilitam sua atuação nos diversos setores sociais. Interagindo com as mudanças que ocorrem na sociedade, a contabilidade, dentro do contexto em que se insere, é capaz de exercer significativa influência não apenas no meio econômico, mas também no social. Para Gallhofer e Haslam (1996, p. 25), a contabilidade tem o potencial de ser mobilizada para um projeto crítico e emancipatório, além de desafiar as normas atuais, expondo as desigualdades, injustiças e explorações, e promover a mudança, contribuindo para a construção de uma sociedade mais livre.

Assumindo essa vertente, observa-se a utilização de técnicas de registro e divulgação em situações até então poucos exploradas pela pesquisa crítica, como em períodos de guerra, recensão econômica, manutenção ou abolição da escravatura, dentre tantos outros temas explorados neste capítulo. Nestas situações, percebe-se que a contabilidade pode ser apresentada como uma ferramenta de repressão, servindo às camadas detentoras do poder econômico e político, mas também como uma ferramenta libertadora ou emancipacionista, agindo em prol das camadas marginalizadas da sociedade. Conforme ressalta Francis (1990), tem sido argumentado que a contabilidade pode ser

utilizada como uma força moralizante, uma fonte de melhoria para as questões que atingem a humanidade.

Tendo em conta a perspectiva emancipacionista da contabilidade, relaciona-se tal abordagem às pesquisas sobre gênero a fim de analisar como o uso de técnicas de gestão e controle é capaz de promover a emancipação feminina em contextos marcados pela discriminação e segregação social. Segundo apontam Gallhofer e Haslam (1997), é importante que sejam identificados os grupos sociais reprimidos, tais como as mulheres, os povos indígenas, os pobres, os explorados, ou grupos cuja situação exija uma prestação de contas para que sejam envolvidos nos planos sociais ou para que sejam reconhecidos.

McNicholas e Barrett (2005) são enfáticos ao mencionarem que a pesquisa crítica contábil vem se desenvolvendo ao longo dos anos, havendo uma predominância de pesquisadores brancos, do sexo masculino, anglo-saxão e de classe média. "As perspectivas das mulheres, dos pobres, da classe trabalhadora, das minorias étnicas e dos povos indígenas tendem a ser sub-representadas, se não totalmente ausentes" (2005, p. 395). Para os autores, é necessário que seja dada mais atenção às dimensões negativas do funcionamento social e organizacional, e ao "desenvolvimento e refinamento de pesquisa empírica fundamental para dar voz aos oprimidos" (2005, p. 395).

Neste sentido, busca-se por meio da inter-relação dos estudos sobre emancipação e gênero destacar que o uso de técnicas de controle e gestão também esteve presente na vida das mulheres em períodos distintos, como o abrangido por esta pesquisa. Embora a literatura revele uma atuação feminina limitada, percebe-se que muitas mulheres estiveram à frente dos negócios da família, principalmente senhoras viúvas que herdavam propriedades e fortunas, sendo imprescindível o envolvimento com os negócios. No caso da figura analisada por este estudo, tratou-se de uma mulher reconhecidamente à frente do seu tempo, seja no seu modo de agir ou na influência que exerceu.

Na seção seguinte serão apresentados os estudos que evidenciam a relação da contabilidade com gênero em diferentes contextos, seja como uma ferramenta de contenção ou emancipação, a fim de complementar o embasamento bibliográfico deste estudo.

2.3. Contabilidade e gênero

Ao longo dos últimos anos viu-se o campo de pesquisa em contabilidade se ampliar a fim de abranger temáticas antes inimagináveis. Assim, surge uma perspectiva histórica com o objetivo de responder a questões presentes e futuras tendo como ponto de partida o passado. É válido ressaltar que a abrangência da contabilidade vai muito além das técnicas de registros e dos relatórios financeiros, e que sua atuação está presente em diversas áreas, seja no âmbito público ou privado. A ideia de contabilidade como ciência social sobrepõe-se a ideia tecnicista, entrelaçando-se ao cotidiano social e exercendo forte influência sobre as diversas camadas da sociedade (Carnegie e Napier, 1996, 2012; Carnegie e Rodrigues, 2007; Fleischman e Radcliffe, 2005; Gomes, Carnegie, Napier, Parker e West, 2011; Jeacle, 2009; Napier, 2006; Walker, 2008a).

A pesquisa de gênero em contabilidade surge com o intuito de suprir uma vertente pouco explorada e dar voz às mulheres que atuaram e atuam de forma preponderante para o desenvolvimento desta ciência. Trata-se, em muitos casos, de um resgate de histórias outrora esquecidas e de figuras remetidas ao segundo plano em meio a uma sociedade fundamentada nos preceitos de enaltecimento do papel masculino.

É perceptível a crescente expansão dos estudos que abordam as questões de gênero ao longo dos últimos 20 anos (Cooper, 2001), sendo o sexo apontado como um fator importante, capaz de levantar questionamentos acerca das mais amplas dimensões da contabilidade (Carnegie, McWatters e Potter, 2003). Nesse sentido, Hammond (2003) evidencia a necessidade de pesquisas que examinem a relação da contabilidade com as camadas mais marginalizadas, ressaltando a influência que o estudo do passado pode gerar sobre o futuro e as mudanças que pode provocar sobre a estrutura social e organizacional. Seguindo esta mesma perspectiva, Haynes (2008), Lehman (2012) e Walker (2008b) realçam a grande influência que a contabilidade exerce sobre a sociedade como um todo, dando enfoque principalmente para a questão de gênero. Destacam também, que em um curto espaço de tempo será praticamente indissociável a pesquisa em história da pesquisa de gênero.

Existem inúmeras possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas que analisem o papel das mulheres e sua relação com a contabilidade, seja no ambiente doméstico, onde é possível analisar o uso de técnicas e registros como meio para assegurar um maior controle das finanças e do patrimônio familiar (Carnegie e Walker, 2007a, 2007b; Llewellyn e Walker, 2000; Northcott e Doolin, 2000; Walker, 1998; Walker e Llewellyn, 2000), seja no ambiente público, no qual se tem a possibilidade de examinar o papel da mulher e sua relação direta ou indireta com a profissão contábil, assim como sua atuação na gestão de empreendimentos (Black, 2006; Ciancanelli, Gallhofer, Humphrey e Kirkham, 1990; Cooper, 2008, 2010; Emery, Hooks e Stewart, 2002; Lightbody, 2009; Walker, 2003b), seja no mundo dos investimentos, no qual podem ser levantadas evidências que possibilitem averiguar se existem diferenças e/ou semelhanças nas decisões tomadas em relação aos homens no tocante aos investimentos (Carlos, Maguire e Neal, 2006; Freeman, Pearson e Taylor, 2006; Johns, 2006; Laurence, 2006; Newton e Cottrell, 2006). Mas um ponto a ser destacado diz respeito à necessidade de ampliarem-se as amostras, assim como o período a ser analisado e região, para que seja possível entender as atitudes das mulheres com relação à gestão e, se possível, compará-las às atitudes masculinas a fim de examinar se há diferenças nos comportamentos (Carmona, 2004; Maltby e Rutterford, 2006).

Com o intuito de expor um panorama das investigações sobre gênero, relacionam-se pesquisas que se dedicaram à análise do papel da mulher na contabilidade tendo em conta diferentes contextos. A revisão que se segue será feita de modo a segregar as pesquisas conforme as temáticas que abordam, tais como contabilidade doméstica, mulheres gestoras, contadoras e investidoras, sendo apresentadas segundo o ano de sua publicação. Assim, para melhor análise e comparação dos resultados das pesquisas, esta seção se subdividirá em contabilidade doméstica (Carnegie e Walker, 2007a, 2007b; Kirkham e Loft, 2001; Komori, 2012; Komori e Humphrey, 2000; Llewellyn e Walker, 2000; Northcott e Doolin, 2000; Pahl, 2000; Piorkowsky, 2000; Walker, 1998, 2003; Walker e Carnegie, 2007; Walker e Llewellyn, 2000); gênero e contabilidade de negócios (Abraham, 2008; Carlos *et al*., 2006; Dingwall, 1999; Ewan, 1999; Freeman *et al*., 2006; Gamber, 1994; Johns, 2006; Laurence, 2006; Lewis, 1992, 1995; Licini, 2011; Newton e Cottrell, 2006; Rutterford e Maltby, 2007; Schultz e Hollister, 2008; Virtanen, 2009; Walker, 2006; Wiskin, 2006); e as mulheres e a profissão contábil (Black, 2006; Cooper,

2008, 2010; Emery *et al*., 2002; Komori, 2007; Lightbody, 2009; Lord e Robb, 2010; Walker, 2003b), uma vez que tais estudos formam o pilar da pesquisa aqui apresentada.

2.3.1. Contabilidade doméstica

Nos estudos inseridos na temática da contabilidade doméstica, Walker (1998), valendo-se da análise de revistas, livros de contas e manuais de aconselhamento familiar do século XIX, destinou sua pesquisa ao cotidiano da burguesia britânica a fim de analisar como a prática doméstica da contabilidade refletia sobre as relações das famílias da classe média da Grã-Bretanha. Como resultados, constatou que a prática da contabilidade doméstica foi utilizada como um meio para promover a manutenção do *status* social das famílias, além de servir como base para a dominação masculina. Conforme esclarece, o exercício da contabilidade no âmbito doméstico era uma das formas de manter a mulher ocupada o bastante para que não se envolvesse com atividades no domínio público, servindo também como técnica disciplinar a fim de evitar gastos desnecessários e extravagantes. Mediante sua análise, o autor constatou que os sistemas de registros recomendados nos manuais variavam segundo a complexidade das atividades domésticas, partindo do mais simples, para casas menores, para os mais sofisticados, para casas maiores. O autor destaca o potencial existente para examinar a contabilidade como uma prática social, capaz de promover uma compreensão da estrutura das relações dentro da casa e da família, tendo em conta a grande diversidade de rotinas diárias, os diferentes estratos sociais, contextos espaciais, históricos e contemporâneos.

Com o intuito de contribuir para a investigação da contabilidade doméstica em um contexto social diferente do até então apresentado, Komori e Humphrey (2000) dedicaram seus estudos à investigação da prática contábil no ambiente doméstico pós Segunda Guerra, no Japão. Para tanto, utilizaram como base os relatos e experiências de pessoas premiadas no esquema de prêmio anual de contabilidade familiar no período de 1954 a 1994. Conforme concluíram, a utilização da contabilidade doméstica, em sua primeira fase, destinava-se necessariamente ao controle orçamental a curto prazo, sendo essa visão substituída pela manutenção contínua da economia familiar, assim como suas relações sociais. O uso da contabilidade doméstica permitiu às mulheres, destinadas ao cuidado dos filhos e da casa, uma maior participação na sociedade, além de atrair a atenção das pessoas

para as questões ambientais, sociais e econômicas, propiciando e estimulando o debate, indo muito mais além do que os interesses unipessoais. Segundo ressaltam os autores, diante da crescente participação dos homens na contabilidade doméstica, que buscam maior envolvimento familiar, tem-se um ponto de partida para o desenvolvimento de novas pesquisas que verifiquem se a contabilidade desenvolvida no âmbito familiar perderá suas tendências emocionais, assumindo características masculinas.

Llewellyn e Walker (2000), a fim de analisarem a prestação de contas no ambiente familiar e seu impacto sobre a economia e principalmente sobre o gênero, utilizaram como fontes de investigação textos didáticos sobre a gestão financeira em casa, compreendendo o período dos anos 70 até final dos anos 90. Conforme esclarecem os autores, o objetivo do estudo é explorar a gerência financeira em casa, tendo como base o fato de que a contabilidade doméstica é uma importante área de pesquisa pouco explorada. Ressaltam que os registros domésticos, assim como a prestação de contas, estão intimamente relacionados com as questões de gênero e podem representar muito mais do que o simples controle de gastos familiar. Os autores ainda sugerem que uma maior atenção aos aspectos produtivos da família levaria a uma maior compreensão das responsabilidades de gênero.

Northcott e Doolin (2000) dedicaram-se a um estudo exploratório no Reino Unido sobre o uso de práticas contábeis no lar, para tal, realizaram entrevistas com pessoas envolvidas com a atividade contábil e com pessoas leigas. O objetivo do estudo voltou-se para a identificação das formas em que a contabilidade é utilizada no ambiente doméstico para garantir a gestão financeira familiar. Os autores identificaram quatro formas que se tornaram o foco da pesquisa, sendo elas: orçamento, manutenção de registros, tomada de decisão e planejamento financeiro de longo prazo. Como resultados, verificaram que as práticas mais simples são utilizadas com o intuito de abranger diversos propósitos e que a racionalidade da gestão financeira, existente no âmbito empresarial, torna-se difícil de ser equilibrada com os objetivos de vida no ambiente doméstico. Há para além da racionalidade, outros aspectos que exercem influência sobre a forma como são tomadas as decisões financeiras, tais como, as necessidades emocionais, materiais e até mesmo espirituais. Outro ponto relevante sugere que as técnicas utilizadas e consideradas necessárias no ambiente profissional nem sempre são consideradas para as decisões

domésticas, e que há ainda muito para ser investigado sobre como a contabilidade é construída e posta em prática no ambiente doméstico.

Com o objetivo de analisar a vida financeira de casais do Reino Unido sob a luz da contabilidade e prestação de contas, Pahl (2000) utilizou dados coletados através de entrevistas e orçamentos familiares. A autora concluiu que as práticas contábeis mantidas pelos casais não apresentam consistência, mas são significativas no que diz respeito ao gerenciamento financeiro familiar. Além disso, a pesquisa apontou uma maior preocupação com o uso das informações financeiras como meio para garantir um melhor monitoramento dos gastos e, consequentemente, uma melhor tomada de decisão, o que pouco diferencia a contabilidade doméstica da contabilidade empresarial. Um ponto relevante apresentado na pesquisa relacionou o uso das práticas contábeis com a situação econômica familiar, pois casais com menores rendimentos possuem maior controle da situação financeira se comparados a casais mais ricos. A autora sugere como pesquisas futuras, tendo em conta o contexto da prestação de contas, a análise das relações entre os indivíduos dentro das famílias e a relação destas com a sociedade em geral.

Piorkowsky (2000) apresentou em sua pesquisa os resultados de uma investigação empírica acerca do uso das práticas contábeis no domínio familiar. O estudo teve início em 1993 e foi desenvolvido por um grupo de economistas da Universidade de Bonn com o objetivo de desenvolver um sistema de contabilidade doméstica na Alemanha e promover o uso da contabilidade pessoal a fim de fortalecer a gestão financeira familiar. A pesquisa demonstrou que os registros contábeis foram mantidos de forma regular em 27% das residências alemãs. Para o autor, futuros projetos de pesquisa tendem a desenvolver sistemas de contabilidade doméstica para pessoas com pouca habilidade com os números.

Walker e Llewellyn (2000) ao investigarem sobre a contabilidade no lar, valendo-se de experiências do Reino Unido, demonstraram a necessidade dos profissionais e estudiosos da área dedicarem maior atenção às práticas desenvolvidas no meio doméstico. Os autores esclarecem que, embora o lar seja representado na literatura como um lugar de descanso, é também um lugar destinado ao consumo, à produção e ao exercício do poder, e por isso deve ser incluído no âmbito das pesquisas em contabilidade, já que a mesma apresenta-se intimamente relacionada aos fenômenos sociais. Destacam também que o

planejamento financeiro funciona como uma ação preventiva contra futuros danos e traumas emocionais oriundos da desestabilização financeira, além de promover a tranquilidade nas relações familiares. Para os autores, o ambiente doméstico é um local importante para o estudo das práticas gerenciais, contábeis e da quantificação do trabalho produtivo desempenhado, capaz de proporcionar à comunidade acadêmica de contabilidade vasta área de pesquisa que ainda necessita ser explorada, diferentemente do que têm acontecido nas demais comunidades.

Kirkham e Loft (2001) dedicaram-se à revisão da obra *The Gentleman's Daughter: Women's Lives in Georgian England* com o intuito de analisarem as ideias e revelações descritas na obra como forma de agregar valor à pesquisa em história da contabilidade. Através desta análise as autoras ressaltam a importância dos registros mantidos no domínio privado como fonte esclarecedora da prática contábil exercida pelas famílias da Inglaterra no século XVIII, principalmente pelas mulheres. Diferentemente dos resultados apresentados em pesquisas anteriores, as autoras constataram que a prática dos registros domésticos mantidos pelas mulheres evidencia suas responsabilidades e deveres, além de ser uma fonte de poder perante a família. Destacam também que a análise dos registros pessoais é fonte valiosa sobre o uso da contabilidade dentro e fora do ambiente doméstico, proporcionando possibilidades de investigações futuras.

Walker (2003a) utiliza-se das teorias construtivistas sociais de gênero para examinar a relação entre a prática da contabilidade doméstica e o papel dominador do homem nos Estados Unidos e Grã-Bretanha no início do século XX. Para tanto, foram utilizadas como fontes para o estudo a literatura didática do período. O autor concluiu que a prática gerencial no ambiente doméstico reforçou a imagem da mulher como agente consumidora, mantendo-a ocupada com as questões familiares a fim de desviar sua atenção da necessidade de construção de uma carreira fora do ambiente doméstico.

A fim de contribuírem para a pesquisa em história da contabilidade no tocante à prática no domínio privado, vestuário e gênero, Walker e Carnegie (2007) examinaram, por meio de fontes primárias e secundárias, a atuação do estado para conter a extravagância da mulher australiana no seu vestir entre os séculos XIX e XX. Conforme esclarecem os autores, durante este período os abusos com despesas de vestuário foram

fortemente repreendidos, sendo considerados como uma ameaça à manutenção da economia familiar. Em períodos de instabilidade econômica e social tal ato era considerado antipatriótico, tendo a intervenção do estado sobre o consumo feminino, reorientando suas necessidades com o intuito de estruturar os gastos domésticos. Nesse sentido, os autores destacam que as campanhas desenvolvidas no período de guerra na Austrália eram guiadas essencialmente por interesses capitalistas, tendo forte impacto principalmente sobre as mulheres, o que de certa forma reforçava as desigualdades de gênero. Como investigações futuras, sugerem o aprofundamento de estudos que analisem o uso da contabilidade para além das empresas.

Carnegie e Walker (2007a, 2007b) dedicaram-se ao estudo das práticas contábeis no cotidiano doméstico das famílias australianas no período de 1820 a 1960, tendo como resultado uma pesquisa dividida em duas partes. Na primeira parte (2007a), é feita uma análise das práticas contábeis mantidas pelas famílias tendo em conta as evidências descritas na literatura. Os autores destacam que as técnicas mais utilizadas eram os registros dos fatos cotidianos da vida doméstica, sendo que a elaboração de orçamentos e demonstrações eram práticas dificilmente utilizadas. Ressaltam que o controle das contas domésticas foi principalmente utilizado em períodos de crise econômica ou fatos sociais de grande impacto, como as guerras. Outro ponto importante destacado pela pesquisa diz respeito ao papel desempenhado pelo homem e pela mulher, dentro do casamento, quanto à manutenção das contas domésticas. Aos homens cabia a responsabilidade financeira da casa como um todo, enquanto que as mulheres eram responsáveis pelo registro diário das operações relacionadas aos gastos domésticos, como limpeza, cozinha e vestuário. Os autores mencionam ainda que não há evidências de que as contas mantidas pelas mulheres deveriam passar por aprovação do marido, o que demonstra que a prática contábil doméstica não estava associada com a repressão, além de evidenciar a existência de valores igualitários na sociedade. Na segunda (2007b), os autores aprofundam sua análise seguindo uma abordagem micro histórica sobre as práticas utilizadas no ambiente doméstico a fim de interpretá-las e contextualizá-las. Como conclusões, expõem que os registros no âmbito familiar foram mantidos tanto pelos homens quanto pelas mulheres, apresentando notável diversidade no que diz respeito às práticas, e que a análise indica pontos convergentes e divergentes com o que a literatura existente relata sobre o uso das práticas contábeis.

Komori (2012) dedicou-se ao exame das práticas contábeis mantidas pelas mulheres japonesas na segunda metade do século XX. Seu estudo baseia-se em narrativas que refletem a realidade das mulheres japonesas, assim como materiais publicados que servem de orientação para o uso de práticas contábeis no ambiente doméstico. Segundo esclarece a autora, o contexto social e cultural no qual as mulheres japonesas estão inseridas fez com que o uso e a finalidade das práticas contábeis mantidas no ambiente doméstico se apresentassem de forma diferente dos países anteriormente já estudados. A contabilidade praticada pelas mulheres japonesas se expande para além do meio familiar, objetivando também contribuir para a sociedade. O estudo demonstra que os registros familiares utilizam-se da racionalidade e objetividade aplicada na contabilidade empresarial, o que assegura uma saúde financeira e a concretização dos planos familiar. Um ponto a ser destacado diz respeito ao uso da contabilidade como meio de construir a identidade das mulheres japonesas, o que também difere da ideia de que a contabilidade doméstica funcionava como um meio de promover a submissão da mulher perante seu marido. Para a autora, o estudo da atuação feminina no tocante ao uso de práticas contábeis em contextos sociais e culturais diversificados torna-se importante por revelar diferentes aspectos da relação entre gênero e contabilidade.

2.3.2. Gênero e contabilidade de negócios

No âmbito dos estudos sobre mulheres gestoras ou comerciantes destacam-se pesquisas que analisaram a atuação feminina em atividades fora do ambiente doméstico, nas quais o uso de técnicas de registro e gestão, das mais simples às mais complexas, fazia parte do dia a dia destas mulheres. Nesse sentindo, Lewis (1992) investigou sobre as mulheres empresárias da cidade de Albany no século XIX a fim de efetuar um levantamento, por meio dos relatórios de créditos, registros federais e estaduais do censo e até mesmo de biografias de mulheres da região, das atividades desempenhadas pelas norte-americanas em um período de 45 anos (1840-1885). A pesquisa comprova a existência de centenas de mulheres, sejam solteiras, casadas ou viúvas, envolvidas em empreendimentos diversos, sendo mencionada pela autora a criação de uma base de dados de mais de 400 biografias de negócios femininos. Tal realidade invalida o pressuposto de que às mulheres cabia-lhes a manutenção do ambiente doméstico, sendo impedidas de atuarem em qualquer atividade comercial fora do âmbito familiar. Conforme esclarece a autora, essa proposição

precisa ser modificada, pois embora houvesse dificuldades para a permanência e o sucesso das mulheres no mundo dos negócios no século XIX, não se pode descartar a história daquelas que atuaram ativamente no comércio local.

Já Gamber (1994) estudou o papel das mulheres no comércio de chapéus em Boston, entre os anos de 1850 e 1990, assim como a relação entre o comércio atacadista e varejista deste produto. Foram considerados em sua pesquisa os registros de créditos, além de informações dos censos. A autora menciona que são raras as figuras femininas que aparecem na história dos negócios, sendo que tal fato pode estar associado ao pouco interesse em trazer à tona uma nova perspectiva para a história social. Em seu estudo, Gamber concluiu que as mulheres dominavam o comércio de chapéus, exemplificando certo grau de independência feminina na época estudada. Embora se tenha um demasiado crescimento no interesse para o desenvolvimento de estudos voltados para a pequena empresa, para a autora, pouca atenção tem sido dada ao papel feminino nestas empresas. A partir de sua análise entre a relação dos atacadistas e varejistas, destacou a discriminação existente para com os comerciantes do sexo feminino, pois conforme apresenta, os homens que atuavam no comércio chapeleiro recebiam mais créditos, tanto em quantidade como em frequência. Ressalta ainda que, investigações acerca da atuação feminina nos negócios é um campo vasto, que leva tanto à compreensão sobre a história dos negócios e das empresas, como a compreensão do papel feminino na sociedade.

Como continuidade de sua pesquisa sobre as mulheres de negócios de Albany na primeira metade do século XIX, Lewis (1995) esclarece que embora tenha iniciado sua pesquisa com a ideia de que poucas mulheres estavam envolvidas em empreendimentos no século XIX, descobriu que muitas atuavam no comércio local, seja com mercearias, artigos de fantasia ou pequenas fábricas, sendo que tais empreendimentos foram essenciais para a manutenção da economia familiar, além de terem contribuído para o crescimento da cidade. Apesar dessa participação no comércio local, a autora relata, com base nos documentos analisados, que se comparadas com os comerciantes do sexo masculino, os empreendimentos geridos por essas mulheres eram considerados insignificantes e de risco para a aquisição de créditos. Certamente o papel feminino no comércio de Albany foi atuante e crescente, mas os documentos da época apontam a discriminação encontrada pelas mulheres para terem seu próprio negócio. Segundo menciona a autora, tais

empreendimentos asseguravam às mulheres sua sobrevivência, assim como da família, era um meio pelo qual detinham uma oportunidade de trabalhar e desenvolver suas habilidades. Evidencia também que a fim de contribuir para a investigação do papel da mulher nos negócios, é necessário explorar novos paradigmas femininos e reavaliar o significado de sucesso e fracasso no âmbito dos negócios em diferentes contextos.

Dingwall (1999), seguindo a mesma linha de pesquisa dos autores anteriores, dedicou-se à análise das diferentes funções exercidas pelas mulheres em Edimburgo no final do século XVII. O estudo aponta que as mulheres chefes de famílias muitas vezes eram solteiras ou viúvas, o que não impossibilitava sua efetiva participação nos negócios, uma vez que era permitido às mulheres controlar suas heranças e imóveis, o que facilitou a permanência de algumas na economia. Conforme relaciona a autora, além de comerciantes, as mulheres atuavam também no campo da agiotagem, produção têxtil, aluguel de imóveis, dentre outras atividades menos visíveis. Com o advento da profissionalização o âmbito de atuação das mulheres, além de alguns homens de pouca qualificação, ficou reduzido, sendo a educação a única área profissional na qual poderiam se envolver. Para Dingwall esse foi um ponto importante que contribuiu para a redução do poder econômico e influência de algumas mulheres em Edimburgo. A autora finaliza expondo o complexo papel desempenhado pelas mulheres na economia escocesa no final do século XVII.

Ewan (1999) investigou sobre o papel das mulheres na economia escocesa no período medieval, centrando-se principalmente na atividade de produção de cerveja. Conforme esclarece, considerável número de mulheres atuava na fabricação de cerveja, o que acarretou um impulso significativo na economia local, já que estas desempenhavam o papel de consumidoras de bens para o lar e produtoras, comprovando assim que a comercialização também fazia parte das tarefas domésticas destas mulheres. Para a autora, o contexto social no qual as mulheres estavam inseridas exigia-lhes maior poder de adaptação, pois suas ocupações decorriam do seu estado civil, responsabilidades familiares e até mesmo da profissão exercida pelo pai ou marido. Como resultado, destaca-se que a produção de cerveja foi uma atividade ideal para as mulheres escocesas, pois era desempenhada no ambiente doméstico e associada às demais responsabilidades do lar, além de complementar a renda familiar.

A fim de examinar a atuação feminina no mercado de ações, Carlos *et al*. (2006) dedicaram-se ao estudo das atividades financeiras de um grupo de mulheres que compraram ou venderam ações na *Royal African Company* durante o ano de 1720, período da *South Sea*, tendo como fontes da pesquisa os livros de transferência da companhia. Conforme ressaltam os autores, embora o período compreendido pela investigação fosse marcado pela participação secundária das mulheres, seja socialmente, legalmente ou economicamente, os resultados constataram considerável presença feminina no meio financeiro, havendo uma relação positiva entre gênero, ganhos de capital e mercado financeiro. Destacam também que o próprio anonimato decorrente das transações no mercado permitiu às mulheres a liberdade de obter uma renda fora das limitações sociais, culturais e legais do período. Ainda segundo os autores, a participação das mulheres no mercado de capitais ampliou e diversificou a base de clientes no mercado do século XVIII. Como posteriores pesquisas os autores sugerem a análise dos ativos por indivíduo antes, durante e depois a *South Sea*.

Seguindo esta mesma perspectiva Freeman *et al*. (2006) investigaram o papel das mulheres como acionistas de empresas de economia mista na Grã-Bretanha entre o século XVIII e meados do século XIX a fim de entenderem o quanto elas poderiam ser caracterizadas como investidoras atuantes. Para tanto, valeram-se de um banco de dados das constituições de empresas, além de registros processuais e da literatura de cordel do período. A escolha das empresas, segundo ressaltam os autores, se deu de forma assistemática, tendo atenção à inclusão dos principais setores onde as empresas de economia mista proliferaram (canais, ferrovias, seguros, serviços bancários e gás). Os resultados desta investigação sugerem uma participação feminina significativa no mercado de ações, sendo que apenas uma pequena parte das empresas estabelecidas na Grã-Bretanha antes de 1850 não possuíam acionistas do sexo feminino. No tocante às mulheres detentoras de ações encontradas pela pesquisa, os autores as segregaram em três grupos, as casadas, as quais possuíam uma estreita relação de dependência para com o marido ou parente do sexo masculino; as independentes, que embora fossem casadas administravam seus próprios negócios ou possuíam suas propriedades distintas dos cônjuges; e as viúvas e solteiras, sendo estas as participantes de maior número. Conforme destacam, resta ter conhecimento de quantas destas mulheres agiram de forma independente, sem um intermediário masculino.

Johns (2006) também se dedicou ao estudo da atuação das mulheres como investidoras com o intuito de entender as possíveis razões que as levaram a adquirir ações. Para tal, analisou a participação feminina no *Bank of New South Wales*, em Sydney, no período de 1817 a 1824. Para a coleta de informações a autora utilizou dados de arquivo contidos no banco. Segundo relata, a motivação para esta investigação é decorrente da necessidade de verificar quem eram os sócios do sexo feminino e, se possível, descobrir por qual motivo elas compraram suas ações e em que medida tiveram participação na governação do banco. A escassez de pesquisas capazes de detalhar as atividades desenvolvidas por mulheres em períodos anteriores, como por exemplo, o colonial, faz com que esse tipo de estudo seja de grande valia, pois pode ser capaz de confirmar ou desmistificar as afirmações que sustentam a submissão feminina. Os resultados deste estudo sugerem que a participação feminina no mundo dos investimentos geralmente era com o intuito de aumentar o poder de voto dos seus maridos. No caso das mulheres solteiras e viúvas, suas participações indicavam a busca por investimento que lhes proporcionassem retorno favorável, embora seu direito de voto fosse concedido a figuras masculinas. A autora menciona que a limitação da pesquisa está centrada na falta de dados que possibilitem a análise de um período mais alargado, sendo útil que pesquisas posteriores se dedicassem a compreender a relação da mulher com seu poder de voto.

Já Laurence (2006) realizou um estudo empírico sobre a participação de seis mulheres no mercado de ações no início do século XVIII na Inglaterra, período da *South Sea Bubble*, o qual foi marcado por fortes especulações no mercado financeiro. Para o desenvolvimento deste estudo o autor se valeu da correspondência das cinco irmãs Lady Elizabeth Hastings, Ann, Frances, Catherine e Margaret, e de sua amiga viúva Jane Bonnell, além de registros de venda e compra de valores mobiliários mantidos através do *Hoare's Bank*, do qual eram clientes, com o intuito de examinar seus comportamentos como investidoras. Conforme ressalta a autora, a participação feminina no mercado financeiro era significativa e muitas suposições foram feitas acerca do seu comportamento, sendo algumas destas contraditórias. A participação no mercado de ações destas cinco irmãs e uma amiga evidencia que suas estratégias de investimento eram diferentes, gerando resultados diferentes, o que demonstra que associar gênero a ideias de risco não é uma tarefa fácil, assim como a análise das transações mantidas por mulheres sugerem que os seus comportamentos não divergem tanto dos homens.

Newton e Cottrell (2006) examinaram a participação dos investidores do sexo feminino em bancos de ações conjuntas constituídos nos termos da Lei de 1826, lei bancária que possibilitou o estabelecimento de bancos de ações conjuntas na Inglaterra e no País de Gales. Suas investigações são baseadas em uma análise dos proprietários de 20 bancos de ações conjuntas estabelecidos entre os anos de 1827 e 1836. Como resultados relatam que as mulheres, principalmente as solteiras e viúvas, eram mais dispostas a investir em ações, uma vez que os riscos associados aos investimentos tornaram-se mais calculáveis com o passar do tempo. Segundo os autores, a ausência de mulheres casadas se dava principalmente em decorrência do regime jurídico da propriedade das mulheres casadas antes da legislação de 1870 e 1882. Embora o número de mulheres investidoras tenha variado entre os bancos e as empresas individuais, a sua participação teve uma tendência crescente ao longo dos anos. O fato é que as mulheres atuavam como investidoras, sejam de forma independente ou sob a influência de familiares ou maridos, o que resultava na disponibilização de renda principalmente para as mulheres de classe média. Os autores ressaltam que há um interesse cada vez maior dos historiadores financeiros no tocante a atuação de mulheres como acionistas.

Com o intuito de debater sobre as atitudes das mulheres em relação ao risco, Rutterford e Maltby (2007) examinaram estudos de caso sobre investimentos realizados por mulheres inglesas entre o século XVIII e início do século XX, a fim de comparar os resultados de suas pesquisas com os resultados de pesquisas realizadas recentemente que versam sobre a atitude das mulheres no tocante aos investimentos. Segundo as autoras, as pesquisas modernas sugerem que as mulheres possuem menos riscos de investimentos se comparadas aos homens. Para a análise, consideraram a influência de quatro fatores que são levados em conta na determinação do risco, educação, conhecimento e acesso, estado civil e riqueza. Ao comparar os achados referentes aos séculos XVIII e XIX com os achados atuais, a educação e informação parecem ter efeitos semelhantes nos dois períodos, uma vez que as mulheres com acesso às informações financeiras foram e são mais propensas a realizar investimentos de risco, mas as autoras destacam que ligada a este fator está à influência de maridos, familiares e conselheiros profissionais sobre as decisões femininas. Em relação ao estado civil, as pesquisas atuais sugerem que mulheres solteiras são mais avessas aos riscos oriundos de investimentos se comparadas às solteiras do século XIX, um ponto que dificulta a comparação quanto ao estado civil é a limitada capacidade

da mulher casada de adquirir e controlar investimentos em períodos anteriores. No que diz respeito à riqueza, este fator gera influência direta sobre as atitudes das mulheres, uma vez que a pobreza pode incentivar a assunção de riscos a fim de aumentar a renda. Mas as mulheres ricas também assumiram riscos, já que possuíam recursos para assumi-lo, além do acesso à informação financeira, o que demonstra uma menor aversão ao risco nas duas extremidades e maior aversão para as mulheres de classe média, por estarem sujeitas a perda do *status* social caso seus investimentos fracassassem. As autoras defendem a necessidade de estudar e entender a vida das mulheres e suas ligações com o social e o econômico, deixando de lado a ideia da ausência feminina na contabilidade, assim como no mundo dos negócios.

Walker (2006) estudou a relação da contabilidade com o trabalho filantrópico desenvolvido por Octavia Hill em Londres durante o século XIX, para tanto, realizou um estudo biográfico tendo como fontes os relatórios, correspondências e biografias relacionadas à Octavia Hill. De acordo com a pesquisa, o trabalho filantrópico esteve presente na vida de um grande número de mulheres da classe média, tal fato se deu principalmente por ser um trabalho não remunerado e, muitas vezes, de cunho religioso, o que permitiu a participação feminina. O trabalho filantrópico, além de promover o desenvolvimento de capacidades naturais femininas, como o carinho e a moral, permitiu-lhes também expandir os horizontes no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades financeiras e gerenciais. Assim, o autor concluiu que a contabilidade foi ferramenta importante na vida de uma das mulheres mais influentes da Grã-Bretanha, seja na gerência das dívidas da família, no ensino da técnica, na gestão de habitações ou como meio de disciplinar seus inquilinos, sendo de grande valia para a pesquisa de gênero em história da contabilidade um estudo mais aprofundado das técnicas quantitativas utilizadas por Octavia Hill, assim como as demais mulheres que atuaram em obras filantrópicas.

Tendo em conta a participação das mulheres nas atividades comerciais, Wiskin (2006) investigou a forma como três mulheres inglesas, Eleanor Coade, Charlotte Matthews e Jane Tait, mantiveram seus empreendimentos ao longo do século XVIII. A autora realizou, através de um estudo de caso, um levantamento de materiais primários (correspondências, livros de contabilidade e revistas) com o intuito de traçar o perfil gerencial destas mulheres e demonstrar que o sucesso ou o fracasso de um

empreendimento gerido por uma mulher dependia, principalmente, da sua competência comercial e não do seu sexo. Conforme esclarece, a educação deficiente destinada às mulheres não foi motivo para que não adquirissem habilidades suficientes com os números. A destreza gerencial, independente da classe social, era contraída no âmbito familiar, com a gestão da economia doméstica. Para a autora, sua pesquisa comprova a capacidade das mulheres exercerem variados tipos de empreendimentos, muito embora o fator de sucesso seja apresentado em diferentes graus e dependente de aspectos específicos.

Abraham (2008) destinou sua pesquisa para uma área até então pouco explorada, as organizações sem fins lucrativos, com o intuito de analisar o papel desempenhado por O'Malley Wood, tesoureira da *Australian Girl Guides Association*, na tentativa de desenvolver práticas contábeis nesta organização, tendo como método de investigação a reconstrução micro histórica. Segundo esclarece a autora, a maior parte dos estudos sobre mulheres na contabilidade foi desenvolvida tendo em conta um ambiente de negócios ou doméstico, sendo de grande valia estudos que abarquem áreas atípicas das já estudadas. A pesquisa destaca, por meio das fontes analisadas, as inúmeras contribuições realizadas por O'Malley Wood para a organização, sendo estas muitas vezes não acatadas pelo Comitê Executivo. Através de levantamentos acerca da vida de O'Malley Wood, a autora constatou que tais recomendações podem não ter sido acatadas em decorrência da sua descendência e posição social, o que contrastava com as integrantes do Comitê Executivo, que eram geralmente mulheres ricas e denominadas altamente moralistas. Conforme ressalta, ao centrar sua atenção em um único indivíduo o investigador torna-se capaz de encontrar limitações que o comportamento humano pode apresentar em momentos específicos da história, assim como permite um exame intensivo de partes da vida ou ações deste indivíduo.

Schultz e Hollister (2008) analisaram os registros contábeis mantidos por Ann DeWitt Bevier no período de 1802 a 1813, a fim de recriarem sua vida e entenderem a maneira como uma senhora viúva administrou sua fazenda, escravos, imóveis arrendados, o lar, educou seus oito filhos, assim como sua interação com o meio social e cultural da época. Para a análise foram utilizadas, além dos registros contábeis, fontes primárias e secundárias coletadas nos arquivos de New Paltz. Conforme expõem os autores, as investigações em história dos negócios têm deixado de lado o papel desempenhado pelas

mulheres norte-americanas no mundo dos negócios, assim, suas pesquisas tendem a contribuir para o preenchimento de tal vazio. Esclarecem ainda que, no período colonial o envolvimento das mulheres americanas com os negócios se deu inicialmente em um contexto familiar, sendo que as viúvas se destacavam entre as empresárias mais ativas. Concluem que o estudo acerca da vida de mulheres que estiveram envolvidas em empreendimentos e gerenciamento de bens amplia as atividades relacionadas aos negócios e permite identificar um grupo variado de pessoas envolvidas em práticas gerenciais e contábeis no início do século XIX na América.

Seguindo a mesma pespectiva do estudo mencionado anteriormente, Virtanen (2009) investigou sobre a vida de Minna Canth com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca do papel feminino no século XIX e sua relação com o uso da contabilidade, para isso, teve como fontes para sua investigação as correspondências e registros de Minna Canth. O estudo foca-se principalmente no ano de 1882, ano em que Minna Canth, já viúva, assume as rédeas dos negócios da família. A autora defende que um dos aspectos que diferencia sua pesquisa das até então realizadas, centra-se na personalidade da figura estudada, que além de mãe, era escritora e gerenciava seu lar e o comércio da família. Tal fato vai contra o papel da mulher submissa, tendo a contabilidade como um meio de repressão apontado em pesquisas anteriores. Assim, o estudo comprova a existência do outro lado da moeda, no qual a contabilidade atual como meio para promover a independência de mulheres como Minna Canth, que mantinha seus registros com o intuito de controlar sua riqueza, os honorários de seus livros e as despesas da família. Segundo a pesquisa, Minna Canth foi uma mulher que desfrutou de sua posição social e priorizou a educação dos seus filhos. A autora concluiu que a história de Minna Canth comprova que muitas mulheres do século XIX tiveram uma relação intrínseca com a contabilidade, indo além da contabilidade familiar.

Licini (2011) estudou a situação econômica e social das mulheres em Milão durante o período da industrialização, tendo como fonte de pesquisa os inventários. Conforme dados da pesquisa, observa-se um número razoável de mulheres detentoras de riqueza, mas é válido salientar que tais riquezas eram oriundas principalmente de heranças. Segundo a autora, a igreja romana substanciava a crença de que às mulheres destinavam-se as atividades relacionadas ao cuidado com o lar, filhos e família, sendo, portanto, impedidas

de adquirirem renda por meio de alguma atividade profissional. Assim, o único meio de tornarem-se detentoras de propriedades e bens era através das disposições testamentárias, havendo também aí certa discriminação por parte dos pais que preferiam repassar os bens à prole masculina. A autora concluiu que em meio a uma sociedade patriarcal e discriminatória, sobressaíram mulheres, donas de grandes fortunas, que atuavam como gestoras e investidoras, e que tinham a responsabilidade de transferir seus bens para as futuras gerações, tendo papel importante no principal meio de distribuição de recursos da época. Além de ressaltar a necessidade de mais investigações que tratem deste tema com o intuito de aprofundar a compreensão de como a atuação de mulheres moldaram o mundo dos negócios e contabilidade, tendo em vista o cenário mediterrâneo, até então pouco explorado.

2.3.3. As mulheres e a profissão contábil

A fim de entender como se deu a inserção e atuação feminina na profissão contábil em diferentes períodos da história, serão apresentados estudos que analisaram e descreveram os motivos que retardaram a participação das mulheres na profissão, assim como os que influenciaram sua inserção. Neste sentido, Emery *et al*. (2002) dedicaram-se ao estudo da participação feminina na profissão contábil na Nova Zelândia entre os anos de 1940 e 1950. Por meio de entrevistas realizadas com mulheres que ingressaram na Sociedade de Contadores da Nova Zelândia no período de 1940 a 1950 e da literatura sobre gênero e contabilidade, os autores constataram que as mulheres ainda não adquiriram total igualdade em relação aos homens na profissão, sendo que sua atuação no mercado é um acontecimento recente. Conforme evidenciam, embora não houvesse impedimentos formais para a não participação das mulheres na atividade, os documentos demonstram que a contabilidade na Nova Zelândia foi considerada uma profissão masculina até finais do século XX e que a entrada das mulheres se deu de forma lenta e gradativa. As informações oriundas das entrevistas revelaram a discriminação sofrida pelas mulheres em relação à progressão na profissão, assim como à remuneração. Embora o número de mulheres na área tenha aumentado, mudanças em relação à hierarquia da profissão ainda não ocorreram, sendo destacada pelos autores a necessidade de mais estudos que analisem o papel feminino na contabilidade em contextos atuais.

Compartilhando do mesmo objetivo da pesquisa anterior, Walker (2003b) utilizou dados da versão eletrônica dos livros dos recenseadores e fontes documentais para estudar a entrada das mulheres na contabilidade no final do século XIX na Grã-Bretanha e assim montar um perfil sócio demográfico destas mulheres na profissão. Os resultados desta investigação demonstram que há divergência quanto ao número de mulheres atuantes, sendo 3,6% com base nos relatórios do censo de 1881 e 18% com base nos livros dos recenseadores; quanto à média de idade a pesquisa indica que era de 26 anos, sendo a maioria destas mulheres solteiras; em relação aos setores nos quais atuavam, estavam distribuídas no varejo, distribuição, produção e manutenção de vestidos, alimentação e alojamento. Assim, o autor explica que a atividade de escrituração era a ocupação adequada para as solteiras e viúvas, principalmente em decorrência do grande número de operações rotineiras serem consideradas apropriadas para as capacidades físicas e mentais femininas, além da mulher ser uma fonte de mão de obra barata ou em alguns casos não remunerada. Conforme esclarece o autor, embora os dados do censo forneçam valiosas informações sobre o processo de profissionalização da contabilidade e gênero ela não permite a análise longitudinal necessária para acompanhar e explicar mais detalhadamente a entrada das mulheres na contabilidade.

Tendo em conta o cenário da Primeira Guerra Mundial, Black (2006) destacou em seu estudo o papel pioneiro de mulheres que atuaram em posições contábeis, administrativas e de gestão no Departamento de Pagamento do Exército (APD) no Reino Unido entre os anos de 1914 a 1920. As fontes utilizadas pelo autor incluem documentos depositados no Arquivo Nacional e documentos recebidos de descendentes das mulheres que foram empregadas pelo exército. Black relata que as limitações da pesquisa estão relacionadas com a falta de registros das 28.000 mulheres contratas no período da Primeira Grande Guerra, e embora seja grande o interesse do mundo acadêmico nas áreas de negócios e gênero, poucos estudos têm se dedicado ao período em questão e à análise da atuação feminina em órgãos do exército. Mesmo diante do grande número de mulheres contratadas não era intenção do governo mantê-las nos cargos, uma vez findada a guerra todas as mulheres foram demitidas. O autor evidencia que embora a participação das mulheres tenha sido de curta duração, representou uma importante contribuição feminina para a organização do exército britânico e que merece o reconhecimento histórico.

Ao focar seu estudo em um contexto até então pouco explorado, Komori (2007) analisou a relação das mulheres japonesas com a contabilidade em cinco períodos históricos. Para tal, utilizou a literatura sobre a história das mulheres japonesas, estudos sócios históricos de empresas japonesas e das famílias. Segundo a autora as mulheres japonesas têm se beneficiado por meio da contabilidade, utilizando-a na manutenção da economia doméstica e para aumentar seu poder como consumidoras, além de ser um caminho para a criação da sua identidade. Um ponto que chama a atenção é que um número significativo de mulheres está entrando para a profissão, sendo necessário o exame do papel e posição feminina no lar e no local de trabalho tendo em conta as relações de gênero. Os resultados deste estudo indicam que a falta de senso de independência por parte das mulheres japonesas remonta ao fato de que historicamente a família tem definido os papéis femininos e sua posição na sociedade. Em decorrência das mudanças socioeconômicas essa função foi transferida ao Estado que passou a orientar as ações femininas com o intuito de assegurar seus objetivos econômicos. É nesse contexto que a contabilidade assume papel importante na vida das mulheres japonesas, permitindo que estas exerçam maior pressão contra o domínio público e construam sua identidade.

Cooper (2008), por meio de sua pesquisa, teve como objetivo evidenciar o papel desempenhado por Mary Addison Hamilton como primeira mulher admitida em 1915 na profissão contábil na Austrália, resgatando sua história da omissão dos registros, e assim contribuir para a literatura sobre gênero. Com base em registros mantidos pelo *Institute of Accountants and Auditors of Western Australia* e jornais da época a autora descreve e reconhece as realizações de Mary Addison como funcionária pública e sua destreza com a contabilidade, além dos seus serviços prestados às organizações de caridade e sem fins lucrativos. Conforme ressalta, assim como aconteceu com muitas mulheres que tiveram ligação direta com a contabilidade, a falta de registros relacionados à adesão de Mary Addison ao *Institute of Accountants and Auditors of Western Australia* é um fator limitante para um favorável desenvolvimento da pesquisa e reconhecimento da importância desta mulher para a contabilidade. Embora Mary Addison não tenha atuado em prol da participação feminina na contabilidade, suas ações demonstram que muitas histórias podem estar escondidas atrás da atuação silenciosa de mulheres que desempenharam funções gerenciais e contábeis ao longo dos anos, o que demonstra a necessidade de pesquisas que resgatem essas histórias.

Com o intuito de traçar o caminho percorrido pelas mulheres australianas para serem admitidas em órgãos de contabilidade no final do século XIX e início do século XX, Cooper (2010) se baseou em experiências femininas além de documentos de arquivo, tais como jornais e publicações dos primeiros órgãos que antecederam o *Institute of Chartered Accountants* e o *Certified Practising Accountants* na Austrália. A autora destaca que ao longo de 40 anos as mulheres enfrentaram dificuldades para terem acesso aos órgãos profissionais de contabilidade na Austrália e no Reino Unido, tal fato se deu principalmente em decorrência do temor de que os direitos masculinos ficassem comprometidos caso as mulheres competissem de forma igualitária na força de trabalho. Conforme relata, a luta das mulheres para ascenderem aos órgãos contábeis tem sido negligenciada pelos estudos até então publicados, sendo que tal investigação visa preencher este vazio e também contribuir para a literatura sobre gênero e contabilidade. Os resultados demonstram que as mulheres australianas que buscavam uma carreira em contabilidade, assim como a adesão em organismos profissionais enfrentaram discriminação sustentada na premissa de que o lugar de mulher era em casa. Inicialmente todos os órgãos de contabilidade australianos rejeitaram o ingresso feminino, sendo que tal rejeição se manteve por mais tempo na área pública do que nos setores privados e comerciais. A ideia de que a mulher não possuía habilidades mentais e emocionais para atividades relacionados aos negócios foi sustentada até final do século XIX.

Assumindo uma vertente pouco considerada, Lightbody (2009) utilizou histórias narrativas de três mulheres contabilistas do sul da Austrália, incluindo a si própria, com um foco especial sobre os pontos de transição de emprego e os fatores percebidos pelas próprias mulheres que influenciaram as decisões que tomaram ao longo da carreira. Para a autora, os estudos que analisam as intenções de abandono dos contabilistas não têm demonstrado a existência de uma ligação entre os antecedentes relacionados ao trabalho e as taxas mais altas de rotatividade das mulheres. Tais estudos tentam medir quantitativamente a intenção dos funcionários deixarem seus empregos e identificar as variáveis que se relacionam com tais intenções, gerando resultados contraditórios que indicam que homens e mulheres não diferem quanto aos motivos que os levam a uma rotatividade na profissão. Com o intuito de suprir a carência de estudos sobre rotatividade em contabilidade, a autora utilizou-se da micro história para realizar uma análise profunda das carreiras destas mulheres. Os resultados assinalam a necessidade da formulação de

perguntas mais específicas a fim de compreender o motivo que levam a uma alta taxa de rotatividade feminina na profissão. Além de indicarem que não são os fatores relacionados ao ambiente de trabalho ou à atividade desenvolvida que influenciam na decisão de uma mulher deixar seu emprego e sim fatores domésticos, tais como filhos, marido. Ao finalizar, a autora menciona a importância dos estudos contábeis sobre rotatividade irem além das portas do escritório, reconhecendo a relação existente entre os vários aspectos do trabalho, profissional e doméstico, e a influência que geram sobre as decisões das mulheres.

Com o objetivo de suprir a escassez de pesquisas que analisem as experiências de mulheres como acadêmicas e docentes de contabilidade, Lord e Robb (2010) apresentaram em seus estudos uma narrativa histórica sobre a experiência de 31 mulheres estudantes de contabilidade e 10 da equipe do Departamento de Contabilidade, Finanças e Sistemas de Informação da Universidade de Canterbury com o intuito de compreender os fatores que exercem influência sobre a decisão de cursar uma universidade e estudar contabilidade, assim como a decisão de avançar na carreira, a interação com os alunos e as experiências pós-universidade. Os resultados indicam que em certos momentos houve a percepção da discriminação em decorrência do gênero, particularmente no momento de decidir se quer ou não estudar contabilidade, se deseja prosseguir a um grau mais elevado na profissão, ao entrar no mercado de trabalho e também na concessão de promoções. Os autores sugerem que mais estudos que se dediquem a investigar as experiências de mulheres como estudantes e funcionárias acadêmicas são necessários, tendo em conta principalmente as diferenças culturais existentes em vários países.

2.4. Em resumo

Os estudos apresentados neste capítulo destinado à revisão da literatura discutem e analisam em um primeiro momento o caráter emancipatório da contabilidade, demonstrando a importância e a necessidade dos profissionais e estudiosos da área se atentarem para a complexa relação que a contabilidade pode assumir com as questões sociais. Em um segundo momento se tem a apresentação de estudos que exploram uma perspectiva histórica da contabilidade vinculada ao estudo de gênero. Embora os estudos se diferenciem quanto à abordagem utilizada, há a predominância do interesse em trazer à

tona uma vertente da contabilidade capaz de promover e assegurar o bem estar, a igualdade, a justiça social e a liberdade, ou seja, características que dão à contabilidade uma abordagem emancipacionista. Os estudos são unânimes em destacar que a contabilidade pode ser flexível perante os dilemas ambíguos da sociedade, assumindo particularidades repressivas e também emancipacionistas. Neste sentindo Chwastiak (2008, p. 37) defende que "tudo o que é convencionalmente fixo e imutável pode vir a ser encarado de forma muito diferente, na educação e no discurso social em geral, uma vez que sua fixidez e imutabilidade são postas em causa". Além do que, servindo como uma ferramenta de comunicação, a contabilidade é capaz de gerar informações que auxiliem na formação de uma sociedade mais justa, dando voz aos grupos marginalizados.

Seja sob um aspecto religioso, radical, social ou ambiental, a contabilidade tem acompanhado as mudanças sociais e se fazendo presente nas mais diversas situações, mas muito ainda precisa ser feito, tanto no ambiente acadêmico quanto no empresarial. A abordagem social e crítica da contabilidade devem ser assumidas ainda nas instituições de ensino, pois o incentivo ao senso crítico possibilita a formação de futuros profissionais capazes de questionar, analisar e propor soluções que satisfaçam as necessidades não somente empresariais, mas de toda a sociedade.

No tocante aos estudos sobre gênero, percebe-se que mesmo em contextos marcados pelo preconceito e pela segregação do sexo, muitas mulheres tiveram participação ativa na profissão contábil. Observa-se que durante o século XVIII e parte do século XIX o papel da mulher era restrito ao ambiente doméstico, sendo sua atribuição o cuidado do lar, dos filhos e também da manutenção da economia doméstica. Aqui é possível notar a característica ambígua da contabilidade, sendo utilizada como um meio para manter a mulher distante das atividades além do ambiente doméstico e conter seus gastos, mas também lhe fornecendo autonomia para administração do lar, uma vez que o uso de técnicas contábeis no ambiente familiar possibilitou um equilíbrio financeiro, fornecendo-lhe capacidade para administrar os bens familiares.

A inserção das mulheres na profissão contábil se deu de forma lenta e gradativa, primeiro substituindo a mão de obra masculina em tempos de guerra, posteriormente assumindo o direito de igualdade dentro desta profissão conhecida em seus primórdios

como uma atividade exclusivamente masculina. Neste percurso o preconceito esteve à frente daquelas que se destacaram e deixaram sua marca, mesmo não sendo reconhecidas da forma devida. Os estudos citados anteriormente apontam a participação feminina em diversas atividades econômicas, seja na produção no próprio ambiente familiar, no comércio ou através de investimentos, não se pode negar que as mulheres foram peças atuantes no mundo dos negócios. Embora as pesquisas evidenciem tal atuação, muitas figuras importantes para sua época e para a contabilidade podem ter se perdido na história. Por isso torna-se imprescindível o desenvolvimento de pesquisas que evidenciem a participação feminina no ambiente econômico, reconhecendo suas contribuições para o desenvolvimento da contabilidade, assim como o impacto das técnicas contábeis sobre suas vidas, tendo em conta contextos e regiões ainda não exploradas, tais como América do Sul ou África, refutando a premissa de que às mulheres, criaturas dotadas de pouca inteligência para os negócios, cabiam à participação secundária. Seria dar vozes às camadas marginalizadas da sociedade, resgatando histórias que destaquem a relação intrínseca da contabilidade e o seu potencial emancipatório com as questões de gênero.

O estudo que aqui se pretende desenvolver será realizado sobre a vida de uma mulher maranhense que, mediante seus feitos, ficou marcada na história e irá abranger desde o período de sua ascensão econômica até sua morte.

Capítulo III - Metodologia

Tão importante quanto saber o que investigar é saber como investigar, por isso a escolha da metodologia de investigação torna-se um passo fundamental em qualquer pesquisa que se pretenda realizar. Conforme define Bryman (2008, p. 160) "metodologia é o estudo dos métodos que são empregues e preocupa-se com a descoberta das práticas e pressupostos de quem usa métodos de diferentes tipos". Nesse sentindo, é válido ressaltar que a escolha metodológica envolve também o papel do investigador e seus objetivos, além da relação meio/objeto de estudo. Segundo esclarece Vieira (2009), não se deve achar que existe uma única metodologia perfeita em detrimento das demais, uma vez que, a fim de abrangerem diferentes abordagens e resultados, estas podem se complementar. Ainda de acordo com o autor, "para que a investigação em contabilidade explore plenamente todos os aspectos e dimensões é necessária uma pluralidade de metodologias".

Neste terceiro capítulo serão apresentados os conceitos sobre o método de investigação utilizado, assim como o processo de recolha dos dados e o quadro teórico que irá embasar a investigação.

3.1. Método de investigação

3.1.1. Estudo qualitativo

As ações humanas mantêm constante interação com o meio, sendo, portanto, relevante para a compreensão do comportamento social a análise do contexto no qual está inserido. Para tanto, o estudo qualitativo possibilita ao pesquisador explorar as interações dos indivíduos, tendo em conta toda a complexidade que envolve as relações sociais.

Com a finalidade de estudar "o outro", a metodologia qualitativa teve sua origem na Antropologia, sendo posteriormente estendida às demais áreas do conhecimento (Marconi e Lakatos, 2010). Segundo apresenta Hyde (2000), a abordagem qualitativa objetiva explicar o particular, ao invés de procurar chegar a um perfil geral em relação à população do estudo, a pesquisa qualitativa deve fornecer conclusões que representam as particularidades de cada caso.

Uma característica da abordagem qualitativa diz respeito a seu caráter interpretativo, mas é válido ressaltar que, conforme esclarece Vieira, Major e Robalo (2009, p. 133), "os estudos interpretativos não são sinônimos de estudos qualitativos". Assim, Queiroz (2006, p. 90) menciona que "não se pode, com inteira certeza, afirmar que a causalidade do comportamento humano obedece a leis semelhantes ou iguais àquelas que determinam o acontecimento natural". Ainda segundo o autor, para analisar fatos relacionados à ação humana é preciso ter em mente características, tais como gestos e palavras, que necessitam de interpretação e que não podem ser mensuradas. Para Shaw (1999), o estudo qualitativo enxerga a realidade social como construída por seres humanos, e para que possa ser entendida é necessário que o pesquisador se aproxime e se envolva com o fenômeno social no qual está interessado com o intuito de descobrir, interpretar e compreender a realidade dos indivíduos. Vaivio (2008) complementa ao relatar que a pesquisa qualitativa se esforça em obter interpretações teoricamente valiosas, valendo-se de múltiplas fontes de evidência, como entrevistas, documentos, bem como as formas de observação participante. No tocante à construção do conhecimento na abordagem qualitativa, Vieira *et al*. (2009) assinalam que o mesmo se dá de três formas, positivista, interpretativa ou crítica. Para os autores, a escolha do método de pesquisa não possui ligação direta com a escolha epistemológica.

O estudo que aqui se apresenta constitui-se uma investigação qualitativa interpretativa, tendo como método de pesquisa o estudo de caso, para o qual foram utilizadas fontes primárias e secundárias. Nas seções seguintes serão apresentados os conceitos das abordagens metodológicas supracitadas.

3.1.2. Estudo interpretativo

Fundamentado nas bases filosóficas de Kant, o estudo interpretativo caracteriza-se por sua análise subjetiva da realidade social com o objetivo de compreender a natureza das relações, tendo em conta as experiências individuais. Para tanto, a abordagem interpretativa considera as interações sociais um processo emergente e resultante dos indivíduos (Carrieri e Luz, 1998). De modo geral, Baker e Bettner (1997) definem a pesquisa interpretativa como a tentativa de descrever, compreender e interpretar os

significados oriundos das ações humanas, sem deixar de lado o contexto em que se encontram.

Conforme ressalta Vieira (2009, p. 20), a investigação interpretativa "não procura verdades últimas, mas sim relatos que traduzam as diversas interpretações", uma vez que, segundo o autor, a realidade não é estática, mas sim fruto das relações e interações humanas. No tocante aos métodos de pesquisa, o autor relata que há a utilização de métodos qualitativos, havendo uma interação do pesquisador com seu objeto de análise. Assim, o produto final da investigação gera "uma descrição, usualmente narrativa, de situações concretas e há interpretações alternativas que são testadas. A ideia é que há múltiplas formas válidas e interessantes de ver o mundo" (2009, p. 20).

Indo de encontro a tais achados, Baker e Bettner (1997) destacam que, ao contrário do entendimento público, a contabilidade não é um reflexo estático da realidade econômica. Acrescentam ainda que a essência da contabilidade pode ser mais bem compreendida através do seu impacto sobre os indivíduos, organizações e sociedades, o que faz com que seja de grande valia que as pesquisas em contabilidade utilizem a abordagem interpretativa. Segundo os autores, os tipos de pesquisas que têm predominância nos periódicos de contabilidade tradicionais, ou seja, a perspectiva metodológica positivista e os métodos quantitativos, são incapazes de lidar com as ramificações sociais complexas de contabilidade. Para eles, os "estudos interpretativos e críticos podem abrir caminhos para explorar formas de facilitar o movimento em direção a uma sociedade mais humana, por quebrar as barreiras da comunicação que são erigidas como um subproduto natural das perspectivas tradicionais" (1997, p. 307).

3.1.3. Estudo de caso

O estudo de caso é uma estratégia metodológica que tem sua origem na Medicina, sendo considerada "uma das metodologias mais antigas na investigação científica" (Martins, 2008, p. 11). Segundo relata Ventura (2007), apresentar uma descrição para o estudo de caso não é simples, uma vez que pode ser empregado de variadas formas, tanto em estudos quantitativos como qualitativos, abrangendo inúmeras áreas do conhecimento. Martins (2008, p. 10) o caracteriza como sendo "próprio para a construção de uma

investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro do seu contexto real, com pouco controle do pesquisador sobre eventos e manifestações do fenômeno".

Conforme esclarece Godoy (1995), o investigador que se utiliza do estudo de caso como metodologia, empregando uma perspectiva exploratória e descritiva, e valendo-se de variadas fontes de informação, deve estar aberto aos seus achados, tendo especial atenção à complexidade da realidade. No que diz respeito à tipologia, um estudo de caso pode ser classificado quanto ao número de casos em análise, estudos de casos únicos ou múltiplos, e quanto ao seu uso, estudos exploratórios, descritivos ou explanatórios (Meirinhos e Osório, 2010).

Para Martins (2008, p. 10), através da utilização do estudo de caso como método de investigação "busca-se, criativamente, apreender a totalidade de uma situação (...) e, de maneira engenhosa, descrever, compreender, discutir e analisar a complexidade de um caso concreto, construindo uma teoria que possa explicá-lo e prevê-lo". Assim, Ventura (2007, p. 386) classifica os pontos positivos da utilização dos estudos de caso, uma vez que "estimulam novas descobertas, enfatizam a multiplicidade de dimensões de um problema, além de permitir uma análise em profundidade dos processos e das relações entre eles".

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso exploratório único, no qual se propõe o estudo da vida de Anna Jansen a fim de analisar seu papel à frente dos negócios da família e compreender sua atuação sob a perspectiva da pesquisa de gênero.

3.1.4. Fontes de arquivo

A prova documental é frequentemente utilizada em diferentes ramos da pesquisa em contabilidade e tem sido usada em história da contabilidade para fornecer narrativas sobre fenômenos como o desenvolvimento de profissionais de contabilidade (Lee e Humphrey, 2006). Comumente empregada em pesquisas qualitativas, a análise documental possibilita ao investigador ter acesso às informações de períodos passados, permitindo assim o estudo de diferentes épocas e contextos. Godoy (1995, p. 22) destaca que os documentos "podem ser considerados uma fonte natural de informações à medida que, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e

fornecem dados sobre esse mesmo contexto". No que diz respeito ao uso da análise documental nas investigações em contabilidade, Carnegie e Napier (1996) relatam que cada vez mais os estudos tentam ir além dos próprios registros contábeis com o objetivo de ampliar o alcance do arquivo. Os autores ainda destacam que documentos como diários, cartas, relatórios internos, dentre outros, podem representar fontes úteis para os historiadores em contabilidade.

Embora seja amplamente utilizada, a análise documental pode apresentar algumas dificuldades, seja por perdas, destruição, desgastes devido à má conservação ou dificuldade de acesso aos documentos, é importante que o investigador tenha em mente que em muitos casos será preciso montar verdadeiros quebra-cabeças com as peças documentais a fim de estruturar a pesquisa que se pretende.

O presente estudo trata-se de uma análise documental realizada em arquivos históricos, tendo como principais fontes os documentos manuscritos do século XIX, dentre os quais se tem o inventário de Anna Jansen, registros portuários, assim como solicitações dirigidas a D. Pedro II. Além das fontes primárias, faz-se uso de fontes secundárias com o intuito de complementar o estudo, uma vez que permitem ter conhecimento do contexto compreendido pela pesquisa.

3.2. Recolha dos dados

Para a construção deste trabalho utilizou-se fontes primárias e secundárias, além destas, para o desenvolvimento da revisão de literatura foram analisados artigos que investigam sobre a relação contabilidade, gênero e emancipação. É válido ressaltar que a procura destes artigos foi delimitada às revistas voltadas para publicações em história da contabilidade, tais como *Accounting Historians Journal*, *Accounting History, Accounting History Review, Accounting, Auditing and Accountability Journal*, *Accounting, Organizations and Society, Critical Perpectives on Accounting*, dentre outras.

A busca e recolha das fontes primárias foi realizada no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), no Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, ambos localizados na cidade de São Luís, e no Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, localizado na cidade

do Rio de Janeiro, sendo que neste último a pesquisa se deu através de consultas no *site* da instituição e também por meio de contatos via *e-mails*. Nestes arquivos foi constatada a existência de registros relacionados à Anna Jansen, tais como registro de porto, despachos de requerimento, solicitações de títulos, além do 2° volume do seu inventário, sendo este último a prova do seu poder financeiro. Em decorrência da má conservação e da escrita muitas vezes ilegível, vários documentos foram deixados fora da análise. Outra dificuldade relacionada a recolha dos dados diz respeito ao furto de alguns documentos relacionados à família Jansen, dentre os quais se tem o testamento de Anna Jansen. É válido ressaltar que os documentos mais significativos para a compreensão da história de Anna Jansen são as solicitações de títulos que se encontram na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e segundo volume do seu inventário que se encontra no Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, em São Luís. O período compreendido pela pesquisa vai de 1822 a 1869, sendo este primeiro o provável ano do seu casamento com o Coronel Izidoro Pereira e o segundo o ano de seu falecimento.

Além dos documentos manuscritos datados do século XIX, os jornais da época, também conhecidos como pasquins, receberam destaque na análise documental uma vez que retratam o contexto da época, assim como a grande participação da família Jansen nos assuntos relacionados à política e economia. Boa parte dos jornais que circularam no período compreendido pela pesquisa encontra-se disponível no Acervo da Hemeroteca Digital, no site da Biblioteca Nacional. A análise das informações contidas nestes jornais foi realizada tendo em conta a busca pela palavra "Jansen", sendo filtradas todas as notas relacionadas à matriarca da família Jansen, assim como do seu marido e filhos.

Com o intuito de complementar as informações adquiridas por meio dos documentos primários, foram adquiridos livros desenvolvidos por historiadores maranhenses que se dedicaram ao estudo, ou relato, da vida de Anna Jansen, não deixando de empregar profunda atenção ao mito que envolve a figura central desta pesquisa.

Neste subcapítulo foi relatado o processo de recolha dos dados para esta investigação. No subcapítulo seguinte será feita a contextualização do quadro teórico.

3.3. Enquadramento teórico

A pesquisa interpretativa tem o potencial de focar-se nos significados, reconhecendo a multiplicidade e o dinamismo das ações na qual está inserida a contabilidade, sendo também sensível a ambiguidade a que está sujeita a linguagem. Tem a preocupação de entender a natureza social das práticas contabilísticas, acreditando que estas são construídas socialmente e que sofrem constantes influências dos fatores sociais. A abordagem interpretativa é bastante utilizada nas pesquisas em história da contabilidade, sendo de grande relevância para o desenvolvimento da investigação que o autor atenha-se ao contexto para que a análise leve em consideração os fatores, sejam eles de caráter social, econômico ou político, que possam influenciar direta ou indiretamente o objeto em estudo. Segundo Gomes e Rodrigues (2009, p. 213) "o conhecimento histórico permite reduzir o risco de efetuarem interpretações que podem ser consideradas inadequadas ou incompletas por não se ter em consideração a perspectiva histórica".

Assumindo a perspectiva da interação dos fenômenos sociais com a contabilidade e a influência que estes podem causar sobre essa ciência, viu-se o surgimento de uma nova abordagem para as pesquisas em história da contabilidade, a nova história da contabilidade, na qual os investigadores passam a assumir um posicionamento mais crítico, ressaltando a necessidade de serem desenvolvidos estudos que abordem as questões contabilísticas tendo em conta sua relação com o meio social (Gomes e Rodrigues, 2009). Por meio desta nova abordagem, observa-se o surgimento de novas questões, novos pontos de vista e novas descrições acerca da história. "A compreensão do que conta como contabilidade ampliou, uma maior consciência de como a contabilidade está entrelaçada na vida social surgiu, as vozes de baixo foram autorizados a falar" (Napier, 2006, p. 445).

Segundo Carnegie e Napier (1996, p. 7) a história de contabilidade tem uma longa tradição, mas nos últimos anos expandiu os seus interesses e abordagens. Anteriormente os estudos em história da contabilidade objetivavam glorificar a prática da contabilidade e o *status* dos contabilistas, sendo estes estudos complementados por uma abordagem mais utilitária, vendo o passado como um "banco de dados" para melhorar o entendimento da prática contemporânea.

Conforme defendem Carnegie e Napier (2012, p. 329), "a contabilidade é, acima de tudo, uma prática humana, e como todas as práticas humanas, se baseia na interação humana". Nesse sentido, a contabilidade é valorizada e criticada como uma atividade humana, sendo a história uma valorosa ferramenta capaz de fornecer uma estrutura que possibilite avaliar seus impactos sobre os indivíduos, a sociedade e as organizações, tendo em conta não apenas o passado, mas também o presente.

No tocante as áreas de estudo em história da contabilidade Carnegie e Napier (1996) enumeram as seguintes: biografia, prosopografia, história institucional, contabilidade do setor público, história contabilidade internacional comparativa, métodos de pesquisa inovadores da história da contabilidade. O estudo que aqui se adota para o desenvolvimento desta pesquisa é o biográfico, tendo como embasamento os documentos primários e secundários descritos na seção anterior. Para Gomes e Rodrigues (2009, p. 225) "com o estudo e análise destes documentos o investigador deverá identificar as principais influências no pensamento do indivíduo resultantes da educação que teve, do ambiente familiar, de instituições sociais importantes e da atividade profissional".

Nesse contexto, assume-se a perspectiva de gênero na história da contabilidade com o intuito de analisar a atuação feminina no tocante as práticas contábeis tendo em conta o contexto social, econômico e político, uma vez que, como já ressaltado, tais fatores exercem influência direta sobre a contabilidade e esta sobre a sociedade como um todo.

Conforme esclarece Haynes (2008), embora em muitos países, principalmente os desenvolvidos, as mulheres tenham conseguido igualdade em postos de trabalho, direitos, educação e poder de voto em relação aos homens, ainda permanecem as desigualdades residuais, pois é raro encontrar mulheres em altos cargos políticos ou organizacionais, além da desigualdade salarial e o assédio sexual aos quais estão expostas. A profissão contábil informa e regula sobre os sistemas de contabilidade e relatórios, tendo todas essas facetas da contabilidade efeitos significativos sobre a vida das pessoas que lhes estão associados e, particularmente, aqueles que já podem estar em desvantagem por suposições de gênero, estruturas ou culturas.

Assim, tendo em conta a importância e a necessidade de pesquisas que analisem a interação e influência da contabilidade sobre os grupos marginalizados da sociedade, pretende-se examinar a atuação de Anna Joaquina Jansen na sociedade maranhense do século XIX. É importante ressaltar que especial atenção é destinada ao contexto compreendido pelo estudo, uma vez que a Província do Maranhão passou por significativas mudanças no âmbito social, político e econômico durante o século XIX.

Para tanto, o enquadramento teórico utilizado na investigação é retirado da literatura que explora os conceitos de gênero e contabilidade, sendo também considerado o conceito de emancipação oriundo desta relação, uma vez que a contabilidade, como uma ciência social, é capaz de atuar como ferramenta emancipatória em benefício dos grupos sociais menos favorecidos. O ponto de partida desta literatura centra-se nos estudos desenvolvidos por Khalifa e Kirkham (2009), no qual apresentam de forma detalhada os principais autores e estudos que se dedicaram à análise da relação gênero e contabilidade, e por Gallhofer e Haslam (2009) em que se tem a apresentação de uma abordagem ainda pouco explorada no tocante a contabilidade, que é sua característica emancipatória, sendo também enumerados os autores precursores dessa nova abordagem.

3.4. Em resumo

Neste capítulo foi apresentada e descrita a metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa. O estudo que aqui se propõe se trata de uma investigação interpretativa na qual procura-se descrever, compreender e interpretar as ações da figura central da análise tendo em conta o contexto em que encontra-se inserida. Para tanto, faz-se o uso do estudo de caso, uma vez que este método possibilita uma análise aprofundada dos processos.

O estudo tem como base as fontes de arquivos oriundas do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional e do Acervo da Hemeroteca Digital, no site da Biblioteca Nacional, e compreende o período de 1822 a 1869. No próximo capítulo se tem a contextualização do período, em que são expostos os acontecimentos no âmbito social, político e econômico da Província do Maranhão no século XIX.

Capítulo IV - O Maranhão do século XIX

Neste capítulo pretende-se contextualizar o período compreendido pela pesquisa, século XIX no Maranhão colonial, a fim de que sejam apresentadas características da província no tocante à economia, a vida social e política, auxiliando no entendimento das ações e interações da figura central do estudo com a sociedade como um todo. Assim, este capítulo encontra-se subdividido em duas seções. A primeira dedica-se a apresentar um panorama da província do Maranhão no século XIX em relação a sua economia, a sociedade e no tocante aos grupos políticos existentes na região. A segunda seção é destinada, devido à importância e força destes acontecimentos, aos conflitos sociais e políticos que devastaram o Maranhão no período em análise.

4.1. Contexto econômico, político e social da província do Maranhão no século XIX

Com a instituição da segunda Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão[3] pelo então secretário de Estado de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Maranhão vivenciou um período de expansão da sua lavoura de algodão e arroz, e de crescimento das exportações, assim como de sua economia (Borralho, 2009; Campos, 2008; Lima, 2006; Meireles, 1980; Studart, 1960). Para além da produção de algodão e arroz outros produtos ganharam impulso, dentre os quais se ressalta o milho, a mandioca, o café e também o açúcar, este último ganharia lugar de destaque na economia em meados do século XIX (Gaioso, 1970; Meireles, 1980). Em poucos anos de funcionamento desta Companhia viu-se o levantar de uma província que se encontrava em total situação de abandono (Gaioso, 1970; Studart, 1960). Mesmo com a sua extinção, os vinte anos de existência da Companhia fortificaram a economia maranhense, o que garantiu à província, apesar das inúmeras atribulações que desatariam no decorrer do século XIX, um alicerce econômico que não abalaria de imediato à ascensão de uma sociedade nobre e

[3] Empresa organizada em 1755, por comerciantes portugueses, com o apoio do Marquês de Pombal, para explorar o monopólio, concedido pela Coroa, do tráfico e comércio atacadista nas capitanias do Maranhão e Pará. O monopólio abrangia a exportação e importação do Estado do Maranhão, ou seja, de toda a Amazônia. A única exclusão era o comércio de vinho, objeto de privilégio de outra empresa lusa. Cabia também à Companhia organizar frotas mercantes entre a Europa e o Maranhão, para o que obteve a doação de duas fragatas do governo português. Seu capital era de 1.200.000 cruzados e, para favorecer a sua subscrição, foram proibidos no Reino os empréstimos particulares de mais de 300$000 (trezentos mil réis), o que forçava os poupadores a aplicar suas economias na Companhia. A Companhia era dirigida por uma Junta, sediada em Lisboa, responsável perante centenas de acionistas, entre os quais conventos e membros da nobreza (Dias, 1970).

escravocrata. Um fator preponderante para a manutenção do comércio da província foi o período de lutas pela independência travada na América do Norte, o que possibilitou ao Maranhão uma maior ligação com o comércio inglês (Meireles, 1980).

A prosperidade econômica trouxe consigo melhorias para o Maranhão, principalmente para a sua capital, São Luís. Viu-se o crescimento da nobreza na região e a construção de inúmeros casarões azulejados, assim como a realização de diversas benfeitorias pela capital (Santos, 1983; Silva, 2008). Assim se consolidava a economia maranhense, fundamentalmente agroexportadora e apoiada na mão de obra escrava (Borralho, 2009; Meireles, 1980).

Em decorrência do pacto firmado entre Portugal e Inglaterra para abertura dos portos às nações amigas, instalaram-se no Brasil, assim como no Maranhão, inúmeras firmas inglesas, impulsionando o comércio algodoeiro na província (Lima, 2006). Tal movimentação econômica proporcionou mudanças significativas na sociedade maranhense que se viu abastecida pelos produtos ingleses e franceses, constituindo uma nobreza preocupada com o acúmulo de bens luxuosos aos moldes dos recém-instalados (Meireles, 1980).

Concomitante ao crescimento da produção agrícola e ao desenvolvimento econômico da região, o crescimento da população maranhense torna-se perceptível principalmente devido ao número de negros trazidos da África em substituição à mão de obra indígena. Conforme relata Assunção (2010, p. 69) "às vésperas da Independência, o Maranhão era a província brasileira com maior percentual de escravizados (78 mil, ou 55% da população)", demonstrando o quanto a sua economia era sustentada na exploração da mão de obra escrava. O sobressalto para a formação social do Maranhão se deu principalmente com a implantação da Companhia Geral do Comércio que atraiu estrangeiros interessados nas propostas e facilidades econômicas estipuladas pela Companhia na região (Lima, 2009).

O período econômico do Maranhão pode ser dividido em dois ciclos, o primeiro determinado pelo apogeu oriundo da produção e exportação do algodão e o segundo com o açúcar em substituição ao primeiro (Meireles, 1980). O comércio de algodão proporcionou

ao Maranhão um período de prosperidade até então não experimentado. A sociedade se consolidou, inúmeras fazendas dedicavam-se ao plantio do produto que levou a região a viver um período denominado "idade de ouro" (Viveiros, 1954).

Acompanhando esta fase de progresso, era prática comum as nobres famílias enviarem seus filhos para Portugal, Inglaterra e França a fim de receberem educação digna de sua nobreza (Meireles, 1980). No que diz respeito à educação, principalmente das mulheres, Abrantes (2003, p. 1) menciona em seu estudo que, até metade do século XIX, permanecia a ideia de que "aos homens se instruía para desenvolver a inteligência e às mulheres se educava para desenvolver o caráter". Torna-se perceptível que no campo da educação, no início do século, cabia à mulher receber um preparo para que pudesse repassar os primeiros ensinamentos aos seus filhos, preparando os futuros cidadãos para a sociedade e sendo um exemplo para as suas filhas. "Como esposa, a instrução mais elevada propiciaria uma companhia agradável ao marido e capaz de representa-lo bem socialmente" (Abrantes, 2010, p. 20). Essa ideia começou a mudar a partir da segunda metade desse século, principalmente em decorrência do crescimento econômico e social, sendo visível a participação das mulheres "nos bailes, nos teatros, nos colégios particulares, onde as jovens eram instruídas em conhecimentos de dança, instrumentos musicais, como piano, e em línguas estrangeiras" (Abrantes, 2003, p. 1).

A partir do estudo realizado por Mota (2007) acerca das redes de poder constantes no Maranhão, observa-se grande número de mulheres, viúvas ou solteiras, donas de fortunas no período colonial. Tal fato se dava principalmente em decorrência da transferência de bens através dos testamentos. No que tange a formação social maranhense e principalmente o papel da mulher na sociedade, constata-se que o casamento aliançava as principais famílias maranhense. Ressalta Abrantes (2010, p. 63) que o casamento "funcionava como um sistema de 'mercado matrimonial' para preservar a pureza étnica e a manutenção da classe social". Fica claro o jogo de interesse mantido pela elite maranhense que, garantindo uma educação primorosa aos seus filhos, objetivava e articulava meios para que ocupassem cargos importantes na província e unissem através do matrimônio os sobrenomes de maior poder na região.

Nesse contexto, embora se acredite na submissão feminina e seu papel secundário perante a sociedade, estudos (Campos, 2008; Janotti, 1996; Mota, 2007) evidenciam o papel atuante da mulher no período colonial, surgindo, para além da figura de esposa e mãe, a senhora dona de propriedades, escravos e lavouras. Com o intuito de clarificar a imagem da mulher no período colonial, Freyre (2003, p. 209) relata que:

> As senhoras de engenho, desse feitio amazônico, embora mais femininas de corpo, não foram raras. Várias famílias guardam a tradição de avós quase rainhas que administravam fazendas quase do tamanho de reinos. Viúvas que conservaram e às vezes desenvolveram grandes riquezas. Quase matriarcas que tiveram seus capangas, mandaram dar suas surras, foram "conservadoras" ou "liberais" no tempo do Império. Tais mulheres que, na administração de fazendas enormes, deram mostras de extraordinária capacidade de ação – andando a cavalo por toda parte, lidando com os vaqueiros, com os mestres-de-açúcar, com os cambiteiros, dando ordens aos negros, tudo com uma firmeza de voz, uma autoridade de gesto, uma segurança, um desassombro, uma resistência igual à dos homens – mostraram até que ponto era do regime social de compreensão da mulher, e não já do sexo, o franzino, o mole, o frágil do corpo, a domesticidade, a delicadeza exagerada. Mostraram-se capazes de exercer o mando patriarcal quase com o mesmo vigor dos homens. Às vezes com maior energia dos maridos já mortos ou ainda vivos porém dominados, excepcionalmente, por elas.

E assim era constituída a sociedade maranhense no período colonial, escravagista, com o poder centrado nas mãos das famílias mais abastadas, com os senhores e senhoras detentores de fazendas, casarões e inúmeros escravos, tendo grande influência da cultura e economia europeia.

Com o advento da vinda da família real para o Brasil, e em meio ao desenvolvimento socioeconômico que vivia a província, era preciso que fossem constituídos órgãos que delimitassem a atuação econômica na época, surgindo assim as Juntas do Comércio. Não tardou para que fosse instituída a primeira aula de comércio na província em 1811, mas que em decorrência do reconhecimento da incapacidade do então professor, Francisco Justino da Cunha, foi cancelada, sendo retomada apenas em 1832 com a nomeação do professor Estevão Rafael de Carvalho (Ericeira, 2003). Ressalta-se que este modelo de ensino perdurou até final do século XIX, no qual estavam presentes as cadeiras de contabilidade, tanto governamental, quanto das empresas (Sá, 2008).

No campo cultural o Maranhão do século XIX destacou-se por ser o berço de renomados escritores e estudiosos, dentre os quais se pode destacar: Odorico Mendes, Sotero dos Reis, Gonçalves Dias, Gentil Braga, Trajano Galvão, Sousândrade, Aluízio Azevedo, Graça Aranha, Artur Azevedo, Dunshee de Abranches, Ribeiro do Amaral, Justo

Jansen, além de muitos outros que se dedicaram a literatura e às demais áreas do conhecimento (Borralho, 2009; Meireles, 1980).

Um fato que merece destaque, principalmente para o desenvolvimento da contabilidade no período provincial, foi o lançamento da primeira obra de contabilidade denominada Metafísica da Contabilidade Comercial, escrita pelo professor maranhense Estevão Rafael de Carvalho e editada em 1837 no Rio de Janeiro. É válido ressaltar que Estevão Rafael foi muito além de uma exposição dos fatos em sua obra, apresentando principalmente uma reflexão acerca da contabilidade como ciência (Sá, 2008). Ainda consoante o autor (2008, p. 57) "não se limitou a apresentar lançamentos, mas, sim, descreveu a natureza dos fenômenos e o que se faz necessário deles conhecer, rompendo os limites da informação para embrenhar-se naquele da explicação dos acontecimentos". Segundo relata Meireles (1980), é no fim do período colonial que surgem as primeiras manifestações culturais na região, na qual se tem a criação da primeira companhia de espetáculos, o Teatro União, é implantada a primeira tipografia da província, a Tipografia Nacional, e é criada a primeira associação cultural, Sociedade Patriótica, Política e Literária.

Apesar do significativo avanço econômico, social e cultural proporcionado pelo ciclo do algodão, o colapso que se abateria sobre a produção e exportações redirecionaria a economia para o ciclo do açúcar. Como já mencionado, o período de guerra nos Estados Unidos permitiu ao Maranhão beneficiar-se financeiramente com a exportação de algodão para a Inglaterra, apesar de todos os benefícios já citados, a crise se abateu, os preços caíram e com isso os prejuízos aos produtores foram incontáveis. O Maranhão construiu sua riqueza baseada na monocultura, mão de obra essencialmente escrava e sem investimentos significativos na melhoria do processo produtivo, ou seja, faltava-lhe o incremento industrial. Além desses fatores, a dependência econômica do Maranhão era tanta que com a crise logo se desencadeou a falta de mantimentos básicos para a subsistência da sociedade, era o preço que se pagava pelo desenfreado consumo importador instalado na província (Lima, 2006; Santos, 1983). Para Gaioso (1970) cinco fatores contribuíram para a desestruturação da produção de algodão: a falta de terreno para expansão da lavoura em decorrência principalmente da ocupação indígena em diversas áreas; o altíssimo preço dos escravos; as execuções das dívidas decorrentes da aquisição de

mão de obra escrava; a baixa do preço do algodão no mercado internacional; e a nova forma estabelecida para a cobrança do dízimo sobre a produção. Em meio a esse período de crise alguns produtores destinaram seus investimentos ao plantio da cana de açúcar, o que posteriormente possibilitaria ao Maranhão viver sua segunda fase econômica, o ciclo do açúcar.

Além das perturbações vividas no setor econômico, os primeiros decênios do século XIX foram marcados pelas lutas que acarretaram mudanças significativas no campo político. Com o advento da Revolução do Porto e o retorno de Dom João VI para Portugal, espalhou-se pelo território brasileiro ideais liberais que agitavam a população, desde os mais desfavorecidos até à camada nobre da sociedade. Tão logo se tem conhecimento da reação tomada pelo Príncipe Regente em declarar independência ao Brasil, a Junta Provisória e Administrativa instaurada no Maranhão se viu obrigada a defender os interesses da sociedade maranhense, ou os próprios, manifestando-se contrariamente a autoridade imperial que se auto instituía, declarando lealdade à Constituição Portuguesa. Tal fato se dá devido ao vínculo econômico, social e político estabelecido entre a província maranhense e Portugal por longos anos. Assim, alastravam-se pelas províncias do Maranhão, Pará, Piauí e Ceará conflitos entre aqueles que lutavam pela permanência do controle lusitano e aqueles que lutavam pela unificação nacional diante do novo reino que se instalava. O Maranhão ofereceu forte resistência contra o movimento, principalmente sua capital São Luís, o que fez com que a independência nesta província fosse reconhecida um ano após o grito de "Independência ou Morte" (Meireles, 1980).

Após a aderência do Maranhão à independência o que se viu nos anos seguintes foram duros conflitos entre brasileiros e portugueses, sendo exigida pelos primeiros a expulsão dos portugueses do território nacional com a justificativa de combaterem uma possível restituição da colônia. Três conflitos que eclodiram no Maranhão no segundo e terceiro decênio do século XIX merecem destaque, o primeiro, denominado Revolta de 1824, também conhecido como a Guerra dos Três Bês[4], o segundo, a Revolução de Novembro de 1831, que teve seu início em setembro do mesmo ano, e por isso ficou

[4] Esta revolta assim ficou conhecida por estar relacionada às três famílias que se destacavam no meio político na região maranhense, "os Burgos, Bruces e Belforts – os três 'Bês'", sendo declarada guerra contra o despotismo, na qual se tinha como objetivo a retirada do governo dessas três famílias (Meireles, 1980).

conhecida como Setembrada, e a Balaiada, em 1838. Na seção seguinte serão apresentadas de forma pormenorizada.

Nesse meio os jornais foram significativos, conforme esclarece Lopes (1959, p. 33), "a partir de 1821 os periódicos multiplicaram-se desempenhando papel saliente na evolução política e cultural, e contam-se no seu número jornais e revistas notáveis pelo valor político e literário e pela intensa influência que exerceram na opinião pública". Apesar de tal importância, o mesmo autor refere-se também aos jornais que invadiram a província e que veiculavam injúrias e difamação entre os dois partidos, "é claro que ao lado dessa imprensa de alto coturno, tão distinta pelas nobrezas de atitudes, medrou a flora dos jornalecos onde a infâmia e a calúnia campeavam de mãos dadas." (1959, p. 34). Tais jornais, conhecidos como "pasquins", faziam jus ao relato de Lopes, pois as ofensas dirigidas ao seu alvo denegriam-no perante toda a sociedade, desde os mais poderosos senhores até as damas maranhenses, ninguém poderia considerar-se imune à exposição provocada pelos pasquins. Aragão e Gonçalvez (2013, p. 5) apontam seu surgimento para a década de 30 do século XIX e se apresentavam a população "com paródias, versos, quadrinhos, sátiras, chistes etc. Com o único objetivo de denegrir o adversário, invadir a privacidade, sem qualquer tipo de clemência".

Embora a província do Maranhão tenha sofrido danos com esse longo período de conflitos que afetou significativamente o desenvolvimento das lavouras, a economia dava ares de sobressaltos com a crescente produção da cana de açúcar. Segundo relata Santos (1983, p. 24), "a paisagem maranhense transformou-se. Os engenhos de açúcar pontilharam os vales dos rios. Surgiu o senhor de engenho em toda a sua magnitude social e econômica". O retorno financeiro gerado pela exportação de açúcar devolveu à província a estabilidade perdida com a crise do algodão. Conforme apresenta Meireles (1980, p. 297), "em 1860 o Maranhão contava 410 engenhos, dos quais 284 movidos à máquina a vapor e à força hidráulica e 136 de tração animal". Apesar das mudanças que vinham acontecendo no país, a economia do Maranhão mantinha-se sustentada pela exploração da mão de obra escrava. Para Meireles (1980, p. 298) "a abolição da escravatura, em 1888, poria termo a esse período fecundo, progressista e promissor". O que se viu logo após a abolição foi a desvalorização das propriedades, o fechamento de inúmeros engenhos e

proprietários de fazendas perdendo seu principal meio de trabalho. Estava declarada a crise no Maranhão.

O propósito deste subcapítulo foi apresentar o contexto econômico, político e social da província do Maranhão no séc. XIX a fim de clarificar o período coberto pelo estudo. Na seção seguinte serão discutidas as revoltas que ocorreram no Maranhão e que tiveram significativa influência sobre a vida social e econômica da região.

4.2. As revoltas populares

Após a aderência do Maranhão à independência o que se viu nos anos seguintes foram duros conflitos entre brasileiros e portugueses, sendo exigida pelos primeiros a expulsão dos portugueses do território nacional com a justificativa de combaterem uma possível restituição da colônia. Três conflitos que eclodiram no Maranhão no segundo e terceiro decênio do século XIX merecem destaque, o primeiro, denominado Revolta de 1824, também conhecida como Guerra dos Três Bês, o segundo, a Revolução de Novembro de 1831, teve seu início em setembro do mesmo ano e por isso é também conhecida como Setembrada, e a Balaiada em 1838.

A Revolta de 1824 se dá em decorrência dos interesses conflitantes daqueles que estavam à frente do poder após a adesão do Maranhão à independência. Logo se viu as principais famílias da região disputarem o poder da província, iniciando aí uma sobreposição dos interesses particulares sobre os interesses da província e da sociedade maranhense. A indicação de familiares aos cargos importantes na administração era prática constante entre aqueles que assumiam o poder local, o que gerava insatisfação e revolta entre as demais famílias ricas da região que também almejavam cargos importantes e pertinentes à riqueza que possuíam. Conforme esclarece Reis (1992, p. 32):

> A reflexão sobre o processo de formação do sistema de dominação política no Maranhão requer a distinção preliminar entre dois períodos. O primeiro compreende o início da década de 1820 até o final da década de 1840 e apresenta uma extrema fragmentação das facções políticas, geralmente expressa nas lutas entre as famílias importantes de proprietários rurais das regiões do Itapecuru e da Baixada, as mais significativas economicamente. Neste momento, não existia propriamente um setor voltado para a ocupação da política e o padrão de liderança ainda predominante era aquele típico da dominação local, onde os chefes de clã exercem os postos de mando como atividade subsidiária.

Após a adesão do Maranhão à independência do Brasil, Miguel Inácio dos S. Freire e Bruce assume a presidência da junta da província, sendo composta ainda por Lourenço de Castro Belfort, José Joaquim Vieira Belfort, e inicia ações governamentais déspotas, demitindo os portugueses que se encontravam em cargos públicos na região e mantendo apenas aqueles fiéis às causas da independência. Acreditando que o governador das armas, o tenente coronel José Felix Pereira de Burgos, atuava em favor dos portugueses na província, entrou em conflito com o mesmo. Sobre o comportamento de Miguel Inácio dos S. Freire e Bruce, Viveiros (1954, p. 80) relata:

> Despótico e tirânico, Bruce sentiu-se bem na nova posição, pouco ligando à perda do apoio da burguesia maranhense, que se afastava do Governo com Belfort, tal como um ano antes, sobranceiramente, se incompatibilizara com o partido português, que tinha as simpatias de Burgos. Desprestigiado, desta maneira, entre a burguesia nacionalista, como entre os lusitanos, Bruce procurou apoiar-se na patuléia, massa inconsciente de pardos e negros, pra enfrentar as tropas de Salvador de Oliveira. Criou batalhões tão-só com esta gente e permitiu aos pardos galgarem o oficialato. Deu-lhe carta branca para a prática das mais nefandas crueldades.

Embora as intrigas políticas fossem constantes no Maranhão, foi no ano de 1824 que as tensões resultantes dessas disputas de poder se agravaram, desencadeando conflitos armados entre os adversários políticos e entre brasileiros e portugueses. Inúmeras ondas de saques se alastraram pelas regiões interioranas, os revoltosos não lutavam apenas contra a retirada dos portugueses, mas também contra o governo sob o comando de Miguel Inácio Bruce. Era declarada guerra contra o despotismo, na qual se objetivava retirar do governo as três famílias que mais se destacavam no meio político naquele momento "os Burgos, Bruces e Belforts – os três 'Bês'" (Meireles, 1980, p. 254). Tal movimento tem seu fim quando o Almirante Lorde Cóchrane, ciente das atrocidades ocorridas na região e das ações do presidente, assume o comando das armas e destitui do poder o então presidente da junta, Miguel Inácio Bruce (Reis, 1992; Silva, 2007).

O segundo conflito, a Revolução de Novembro de 1831, teve seu início em setembro do mesmo ano, sendo conhecida também como Setembrada, e dá-se em meio à abdicação de Dom Pedro I, que reacende o sentimento antilusitano e novas exigências são impostas para a expulsão dos portugueses das tropas oficiais e cargos públicos da província. Tal sentimento aliado às ideias liberais mostrava cada vez mais o desejo de se reduzir a autonomia portuguesa na região. Esse movimento, liderado pelos jovens liberais da capital, contou principalmente com os anseios das camadas mais marginalizadas da

sociedade colonial, como os mestiços e escravos. O ápice da revolta se dá quando boatos de levantes restauradores se espalham vindos da região do Pará, assim, a tropa juntamente com um grande número de pessoas se reúne no quartel Campo d'Ourique. Sobre tal revolta Leal (1987, p. 118) menciona que:

> A Setembrada foi uma revolta ocorrida em São Luis, no dia 13/09/1831, que teve José Cândido como um dos seus líderes. Os revoltosos fizeram uma série de exigências ao presidente do Maranhão, Cândido José Araújo Viana, Marquês de Sapucaí. O caráter dessas exigências foi marcado pelo elemento antilusitano, "luta" pela qual José Cândido empenhou-se desde o início de sua vida pública. De imediato, houve aquiescência por parte de Cândido Viana em atender aos insurgentes. Todavia, postergou o cumprimento dos itens reivindicados. Em novembro do mesmo ano, Cândido Viana, mediante manobra militar, conseguiu prender alguns líderes revoltosos, tendo José Cândido conseguido escapar.

Mediante o não atendimento de todas as reclamações, levantam-se mais uma vez os revoltosos e em novembro iniciam mais uma marcha contra o governo, impondo a expulsão definitiva dos portugueses que se mantinham no poder da província. Muito embora tenham resistido aos confrontos, em julho de 1832 dá-se por encerrado o conflito com a morte do líder dos revoltosos, Antônio João Damasceno (Meireles, 1980).

Para Santos (1983) todos esses movimentos são consequência dos ideais estabelecidos com os levantes pela independência, difundia-se pelas camadas menos favorecidas as ideias liberais que se incorporavam às nacionalistas e como a autora destaca "a remodelação ideológica radicalizava-se cada vez mais, aprofundando os contrastes da sociedade" (1983, p. 48).

A sociedade sofreu os efeitos destas ações, a qual se viu em meio às lutas políticas e de interesse. Os conflitos não eram solucionados de forma pacífica, e como resultado muito sangue foi derramado. É possível ter conhecimento da situação em que se encontrava a província por meio de um abaixo assinado elaborado pelas senhoras da elite maranhense destinado ao Almirante Lorde Cóchrane, o qual é reproduzido por Silva (1972, p. 295): "obrigadas as suplicantes pelo Presidente a residir nesta cidade, espetáculo frequente de pancadas e roubos e assassínios, e compelidas pelo susto dos ultrajes contra a honra e honestidade". Com a repressão dos movimentos, se seguiram alguns anos de aquietação social na província, mas que logo seria interrompido com a explosão da Balaiada em 1838, terceiro conflito que marcou o Maranhão.

Com o desenrolar dos acontecimentos torna-se visível a divisão no campo político, de um lado estavam aqueles que eram impulsionados pelos conceitos liberais, conhecidos como bemtivis, do outro, os movidos pelas ideias conservadoras, denominados cabanos. Os pensamentos liberais, a luta pela igualdade de oportunidades para todas as classes sociais e o ódio alimentado contra os portugueses que ainda se mantinham em cargos importantes na província são os motivos declarados que levaram a eclosão da Balaiada em 1838. Movimento este que se arrastou por dois anos e deixou marcas profundas na sociedade maranhense. Para Meireles (1980) a Balaiada pode ser considerada como um acúmulo de acontecimentos que remontam à luta pela independência. Com o fim dos conflitos ocorridos no início do século, aqueles milhares de homens recrutados pelos diversos cantos da província para comporem o exército acabaram por se instalarem no Maranhão, o que posteriormente se tornaria um campo minado diante da influência ideológica exercida pelos bemtivis. O autor expõe através de sua obra a situação na qual se encontrava a província do Maranhão em meados de 1838 (1980, p. 269):

> A capital, estraçalhando-se na mais acesa luta política; o interior, infestado de bandidos, de desajustados, de ex-revolucionários ociosos, e envenenados pela oposição Bem-te-vi contra o arbítrio e a violência dos cabanos governamentais.

Com a ascensão dos cabanos ao poder no ano de 1838 e constituindo maioria na Assembleia Provincial, os liberais travaram dura oposição ao governo (Santos, 1983). Os conflitos políticos exerciam grande influência sobre a sociedade, a qual sofria os impactos da luta pelo poder travada entre os dois partidos. Nesse campo todas as artimanhas eram válidas, desde a manipulação fraudulenta das eleições até o uso da violência e do recrutamento obrigatório.

É nesse cenário que eclode a Balaiada, revelando a fragilidade sobre a qual estavam sustentados os conceitos sociais e, principalmente, expondo a calamitosa diferença existente entre as classes que compunham a sociedade maranhense do século XIX. Para Serra (1946, p. 16), "a Balaiada não foi uma aventura, nem política, nem banditismo; foi antes um fenômeno de acentuadas características revolucionárias, quase comunista, e que se manifestou como movimento de massa com o caráter de reabilitação social". Embora seja possível perceber a junção de diferentes grupos sociais nos conflitos, é visível que os motivos que impulsionaram os líderes desta revolta partem de pontos diferentes para se

fundirem na luta contra a imposição e dominação daqueles que detinham o poder financeiro e político. Três figuras se destacaram à frente da Balaiada, são eles: Raimundo Gomes Vieira, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira e Cosme Bento das Chagas. Sobre estes, são expostos os episódios que os levaram a tornarem-se as cabeças dos conflitos.

O primeiro, Raimundo Gomes Vieira, era vaqueiro e exercia sua função para o riquíssimo fazendeiro Padre Inácio. Por desentendimentos políticos entre o Prefeito da vila de Manga e o padre, os companheiros de Raimundo Gomes foram detidos, dentre eles seu irmão, impossibilitando a continuidade do seu trabalho. Nesta época era prática constante o abuso do poder, seja por meio dos recrutamentos ou por prisões. Diante desta circunstância, Raimundo Gomes, seguido pelos companheiros que lhe restavam, invade a cadeia, detém o armamento dos soldados e liberta seus companheiros. Assim se inicia a revolta. O segundo, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, mais conhecido como Balaio, por confeccionar balaios[5], e que deu nome ao conflito, se vê impulsionado pelo desejo de vingança e encontra na revolta um meio de lavar sua honra ferida. Em meio aos primeiros conflitos desta revolução, Manuel Francisco sofreu o golpe da imposição desenfreada do poder tendo suas duas filhas desonradas por um oficial da polícia da província, e assim, "ferido na sua honra jurou lavar com sangue a nódoa de suas filhas; cheio de indignação publicou a sua desonra, excitou os ânimos de amigos e conhecidos" (Serra, 1946, p. 214) e tomou a frente de uma marcha sangrenta, disseminando o medo e a destruição por onde passava. Já o terceiro líder da Balaiada, Cosme Bento das Chagas, valendo-se do momento e estando à frente de milhares de negros, busca por meio dos conflitos melhorar a situação dos negros foragidos. Embora tenha sido parte do movimento e tê-lo impulsionado, os ideais que norteavam Cosme Bento eram divergentes dos defendidos pelos balaios, pois "ele quis foi dela se aproveitar o mais possível, tanto que mais tarde, quando a rebelião já ia em declínio, prendeu Raimundo Gomes, aproveitou-se dele para fazer pólvora e ia fuzilar esse chefe dos balaios quando a este surgiu uma oportunidade para fugir" (Serra, 1946, p. 220). Logo se nota que a participação dos negros na Balaiada foi uma história a parte dos interesses e motivações desta revolução, pois "em nenhum momento, os líderes rebeldes preocuparam-se com a sorte dos escravos ou sequer colocam em discussão o problema do trabalho escravo" (Santos, 1983, p. 90). Assim, depois de dois anos de lutas e tendo como resultado um grande número de mortos e as lavouras devastadas pelos saques e

[5] S.m. Cesto de palha, geralmente em forma de alguidar (Aurélio, 2002).

destruições, dá-se por encerrada a Balaiada com a morte de seus líderes e concessão de amnistia aos que se entregaram (Serra, 1946).

4.3. Em resumo

Neste capítulo foram apresentados fatos históricos sobre a Província do Maranhão no século XIX a fim de clarificar o contexto econômico, político e social desta região no período compreendido pela pesquisa, 1822 a 1869. Posteriormente são discutidos os movimentos revolucionários que se romperam nesta época e que provocaram mudanças significativas na sociedade maranhense.

Durante o século XIX, o Maranhão viveu dois períodos distintos na economia. O primeiro com o apogeu da produção e exportação do algodão, proporcionando um período de prosperidade no qual a sociedade maranhense transformou-se aos moldes das nações europeias. O segundo em que se observa a inserção da produção de cana de açúcar e inúmeros engenhos ao longo das fazendas em substituição às lavouras de algodão. No tocante à política, o que se vê ao longo do século XIX são incessantes disputas pelo poder entre os dois partidos da região, o liberal e o conservador. É neste período que o Maranhão torna-se cenário de lutas sangrentas em nome da liberdade e do nacionalismo decorrentes da adesão da província à independência do Brasil, o caos se instala e os ânimos exaltados tornam-se as faíscas detonadoras contra o abuso de poder, a exploração da mão de obra escrava e a expulsão dos portugueses da região.

No capítulo seguinte se tem a análise sobre a vida de Anna Joaquina Jansen. Para tanto, serão expostas suas características como esposa, mãe e senhora dona de inúmeras propriedades e escravos. É válido ressaltar que a análise que se segue tem em conta o contexto econômico, político e social da província do Maranhão no século XIX.

Capítulo V - Anna Jansen, a rainha do Maranhão

Neste capítulo serão abordadas características sobre a vida de Anna Joaquina Jansen, figura central deste estudo, com o intuito de analisar sua atuação na sociedade maranhense durante o século XVIII e entender de que maneira seu modo de agir, seja como esposa, mãe ou dona de grande fortuna, se refletiu no tocante às práticas gerencias e contábeis. Para melhor exposição dos fatos, e consequentemente obtenção das respostas pretendidas nesta pesquisa, o capítulo encontra-se dividido em duas seções. Na primeira seção é traçado o perfil de Anna Jansen tendo em conta seus descendentes, assim como características físicas e comportamentais. Na segunda seção são abordados os feitos de Anna Jansen no âmbito político e econômico a fim de que sejam relacionados ao seu comportamento pouco convencional para o período em estudo. É válido ressaltar que as análises serão realizadas com base no enquadramento teórico desenvolvido.

5.1. Perfil de Anna Joaquina Jansen

Dentre as inúmeras lendas regionais que sobrevivem ao tempo e mantêm-se vivas no imaginário da população da ilha de São Luís, capital do Estado do Maranhão (Brasil), destaca-se a da carruagem de Anna Joaquina Jansen. Diz a lenda que em noites de sexta-feira uma carruagem puxada por cavalos decapitados que emanam fogo de onde deveria haver cabeças e conduzida por um escravo também decapitado vaga pelas ruas de São Luís com o espírito de Anna Jansen a agonizar como forma de pagar pelas maldades que cometeu em vida. Aquele que tiver o infortúnio de se deparar com tal visagem e não fizer uma oração em prol da salvação da alma de Anna Jansen receberá de suas mãos uma vela de cera que durante a manhã se transformará em osso humano. Para muitos ludovicenses[6] trata-se de uma história que causa dúvidas e medo, pois há quem acredite que de tantas maldades cometidas em vida restou à Anna Jansen a má sorte de vagar, assustando quem se atrevesse a permanecer pelas vielas de São Luís madrugada adentro. Muito embora seja lembrada como uma mulher de pulso forte e malévola, Anna Jansen fez história, rompeu barreiras e passou a ser conhecida como a "Rainha do Maranhão".

[6] Assim chamados os que nascem na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

Alguns autores trataram de traçar o perfil de Anna Jansen através de suas obras, dentre os quais se destaca Santos (1978), Abranches (1992), Ribeiro (1995) e Viveiros, Montello, Abranches, Ribeiro, Serra, Moraes e Lima (2007). Destes, ressalta-se a obra publicada por Abranches, em sua primeira edição no ano de 1941, por conter relatos sobre a sociedade maranhense do século XIX e basear-se em fatos vividos em sua adolescência e em cartas escritas por sua avó, Dona Marta Abranches, amiga de Anna Jansen (Janotti, 1996).

Filha de Vicente Gomes de Lemos e Albuquerque e de Rosa de Castro Jansen Müller, Anna Joaquina de Castro Jansen e Albuquerque[7], também conhecida como Don'Anna Jansen ou Donana, nasceu em São Luís no ano de 1787[8], conforme mencionam em seus estudos Abranches (1992), Santos (1978) e Viveiros (2007), na então capitania do Maranhão. Apesar de ser descendente de nobre família holandesa e portuguesa não teve o privilégio de nascer em um berço de ouro. Viveiros (2007) relaciona o infortúnio que ocasionou as dificuldades financeiras da família Jansen no Maranhão ao fracasso de uma serraria projetada e financiada por Pedro Jansen Müller van Praet. Embora tivesse constituído sociedade para a construção da serraria, Pedro Jansen assumiu metade dos gastos com maquinário, navios e escravos acreditando no retorno que teria com o início das atividades da empresa. Após a conclusão, repleto de dívidas, viu seu empreendimento ser confiscado por autoridades maranhenses que se uniram em prol da apropriação deste empreendimento, assim o conseguiram alegando que a serraria foi erguida em terras que não lhe fora concedida sesmarias[9]. Diante deste desastre, Pedro Jansen Müller faleceu em Portugal, deixando como legado à sua esposa apenas os 12 filhos.

Segundo apresenta Viveiros (2007), o fundador da família Jansen no Maranhão foi Cornélio Jansen Müller, também considerado pelo autor como bisavô de Anna Jansen, sobrinho que Pedro Jansen Müller van Praet enviou às terras maranhenses para administrar a construção do seu empreendimento. Mas tal afirmativa é refutada por Coutinho (2005, p.

[7] Nome de batismo de Anna Jansen conforme cita Coutinho (2005, p. 54).

[8] Segundo estudo realizado por Rezende (2012) acerca do ano de nascimento de Anna Joaquina Jansen, o mesmo conclui em sua pesquisa que a matriarca nasceu no ano de 1798 e não em 1787 como apontam muitos historiados, tal afirmação se dá principalmente por Anna Jansen afirmar em um processo de justificação de batismo, datado de 1832, ter 34 anos. Outro fato a considerar é a data de casamento dos seus pais, 27 de julho de 1792, sendo muito improvável para a época que Anna Jansen tenha nascido antes do casamento de seus pais.

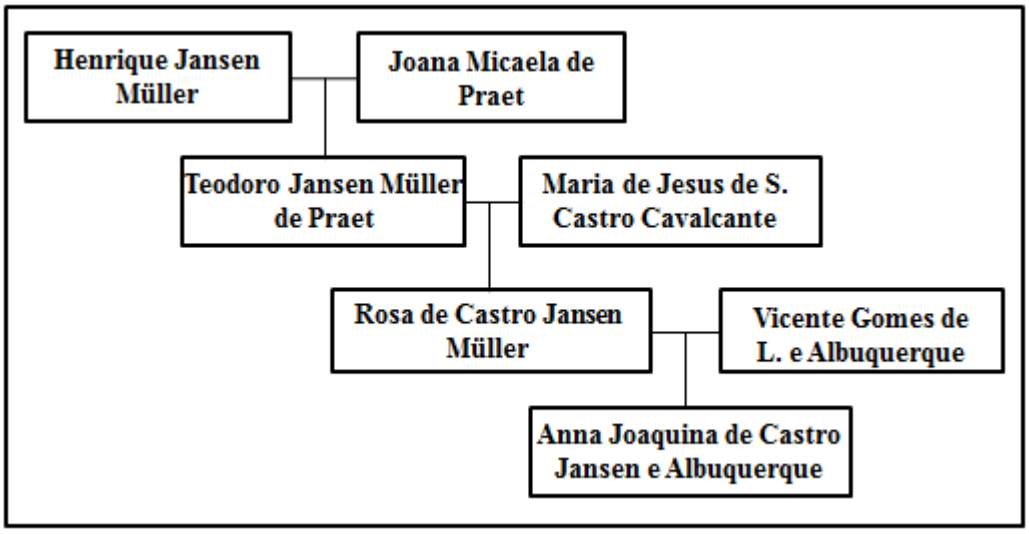
[9] Terreno sem culturas ou abandonado, que a antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se comprometesse a cultivá-lo. Quem a recebia pagava uma pensão ao estado, em geral constituída pela sexta parte do rendimento através dele obtido. Quando o Brasil foi descoberto, para cá transplantou-se o regime jurídico das sesmarias.

250) que apresenta em sua obra um estudo genealógico sobre Theodoro Jansen Müller de Praet, e que conforme esclarece:

> A historiografia maranhense, quando fala de Anna Joaquina Jansen, a poderosa Rainha do Maranhão, insiste em que o fundador, em nossa terra, desse clã, fora Cornélio Jansen Müller (ou Möller, nome aportuguesado já a partir de finais do século XVIII). Mas nunca houve estudo aprofundado para justificar essas repetidas assertivas.

Para o autor, não há provas que relacionem a figura de Cornélio Jansen à Anna Jansen, pois ao analisar sua descendência direta, e tendo como base a afirmativa da própria Anna Jansen em seu pedido de brasão, percebe-se que seu bisavô foi o desembargador português Henrique Jansen Müller (Coutinho, 2005). Por meio de sua solicitação a D. Pedro II do título de baronesa Anna Jansen afirma ser neta de Theodoro Jansen Müller, sendo este descendente legítimo de Pedro Jansen Müller de Praet (ver Anexo 1). A seguir se tem o Quadro 1 no qual é exposta a relação direta de Anna Joaquina Jansen com seus descendentes, vale salientar que não são considerados na composição desta relação os possíveis irmãos e tios que possa ter:

Quadro 1 - Descendência direta de Anna Joaquina Jansen



Fonte: adaptado de Coutinho (2005).

Conforme menciona Coutinho (2005), Theodoro Jansen Müller era filho do desembargador português Henrique Jansen Müller e de sua esposa Joana Micaela de Praet, seus avós paternos, Pedro Jansen Müller e Josefa Valéria Bonini Henriques de Müller, e bisavós paternos, Mateus Jansen e Catarina Müller, eram de origem portuguesa, seus avós

maternos, Jácome van Praet e Micaela Silva, eram da região de Flandres e de Portugal, respectivamente, já seu bisavô materno, Antônio van Praet casado com Joana de Frères, era de origem holandesa. Independente dos erros e fracassos de seus antecedentes, Anna Jansen soube superar todas as dificuldades e tornou-se uma das mulheres mais influentes do Maranhão no século XIX. Viveu segundo suas próprias regras e satisfez suas vontades de mulher, esposa e matriarca de uma família numerosa.

Contrariando todas as regras de uma época, tornou-se mãe antes mesmo de contrair matrimônio. Conforme transcrição do seu testamento realizada por Santos (1978, p. 26), a mesma declara que "(...) tive em tempo de solteira, por minha fragilidade, um filho, o qual se chamava o Doutor Manoel Jansen Pereira". Além de tornar-se mãe solteira, manteve um longo relacionamento amoroso com o Coronel Izidoro Rodrigues Pereira, rico comerciante português casado com Dona Vicência Theodora Rosa. Deste relacionamento Anna Jansen teve cinco filhos, e após a morte de Dona Vicência, oficializaram o matrimônio e tiveram mais um filho. Nesse período, Anna Jansen já era mãe de sete filhos, um de pai desconhecido e seis do Coronel Izidoro Rodrigues (Moraes, 2007).

É através do matrimônio que passa a ser dona de considerável fortuna e ao lado de seu marido soube administrá-la ao ponto de fazê-la aumentar. Acerca da origem da fortuna dos Rodrigues Pereira, Viveiros (2007) explica que Manoel Rodrigues Pereira, comerciante português e pai do Coronel Izidoro Rodrigues, mantinha como um de seus negócios a venda e compra de assinados[10], os tendo em grande quantidade no período em que foi anunciado, por ordem do Marquês de Pombal, a venda das ricas e numerosas propriedades dos jesuítas que se instalaram na província do Maranhão, tornou-se o maior comprador destas terras. Posteriormente, tal riqueza seria repassada ao filho e à Anna Jansen através do casamento.

Segundo apresentam Abrantes e Santos (2011), embora Anna Jansen tenha tido ao longo de sua vida muitos relacionamentos amorosos, era considerada por seus inimigos como uma figura desprovida de beleza, gaga e sem educação suficiente para lhe garantir

[10] Nos tempos coloniais, a balança comercial brasileira era favorável, pois se exportava mais do que importava, ficando todos os anos grandes saldos em Lisboa. Não havendo bancos no Maranhão, a remessa destes saldos em numerário só podia chegar à província através do Erário Real, que os remetia em cheques contra a sua delegacia estabelecida no Brasil. Mas como sempre encontrava-se desprovida de fundos, tais cheques, chamados de Assinados, ficavam encostados à espera de melhores tempos. Sofria, por isso, imediata desvalorização (Viveiros, 2007).

um bom partido perante a sociedade, sendo seu vantajoso casamento com o Coronel Izidoro atribuído ao uso de feitiçaria. Sobre seus encantos físicos pouco se pode comentar, pois apenas uma fotografia de Anna Jansen perdurou ao tempo, sendo esta datada de 1861. Mas é certo que, por sorte ou por meio dos seus dotes físicos, Anna Jansen conseguiu casar-se com um dos homens mais ricos do Maranhão na virada para o séc. XIX (Viveiros, 2007).

Figura 1 - Foto de Anna Joaquina Jansen

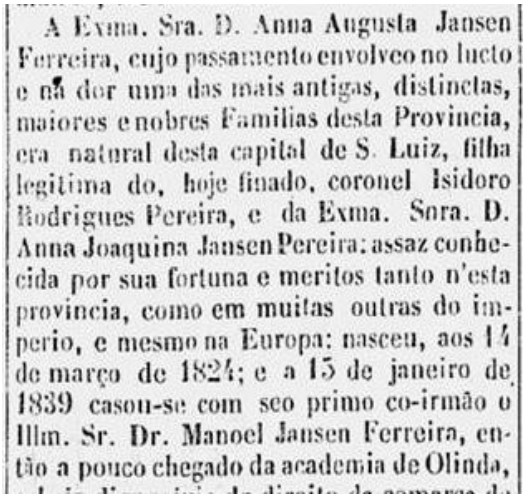


Fonte: Abranches (1992, p. 57).

As regras sociais mantidas nesta época pela sociedade maranhense destinavam às mulheres o ambiente doméstico, cabendo-lhes a responsabilidade sobre a casa e os filhos, além de atribuírem-lhes a ideia de pureza, pois, tidas como sexo frágil e submissas, deveriam preservar-se dos desejos libidinosos, sendo aceita a prática sexual apenas com o intuito de procriação. Mas ao se analisar a figura de Anna Jansen logo se vê que tais prescrições não faziam parte do seu estilo de vida. Mulher de pulso firme e consciente de suas vontades "a vida de Anna Jansen se destacou por essa audácia, com a atuação no espaço público e um comportamento privado que não condizia com as regras da moralidade vigente, mesmo que procurasse esconder" (Abrantes e Santos, 2011, p. 58).

Seu temperamento forte e autoritarista causava em seus conterrâneos medo e preenchia o imaginário popular de estórias a seu respeito. "Quem mandava e desmandava no Maranhão, era ela. Mais que o bispo. Mais que o Presidente da Província" (Montello, 1985, p. 318). Mesmo casada era sua vontade que prevalecia, sendo o Coronel Izidoro tido como um marido que a obedecia cegamente (Abranches, 1992). Para Galves (2011, p. 3), ao lado da "Rainha do Maranhão", a figura do Coronel aparece como "apêndice, saudado pelo fato de ter amparado aquela que seria a sua segunda esposa e por ter lhe deixado uma polpuda herança, base para a fortuna que sua viúva acumularia durante a vida". Com a morte do Coronel Izidoro Rodrigues, Anna Jansen definitivamente assume as rédeas dos negócios da família e com pulso forte alcança lugar de destaque na economia e até mesmo na política maranhense (Janotti, 1996). Através da nota de falecimento de D. Anna Augusta Jansen Ferreira, filha de Anna Jansen, divulgada no jornal "A Imprensa", é possível perceber o prestígio da matriarca dos Jansen na região:

Figura 2 - Nota de falecimento D. Anna Augusta Jansen



A Exma. Sra. D. Anna Augusta Jansen Ferreira, cujo passamento envolveo no luto e na dor uma das mais antigas, distinctas, maiores e nobres Familias desta Provincia, era natural desta capital de S. Luiz, filha legitima do, hoje finado, coronel Isidoro Rodrigues Pereira, e da Exma. Sora. D. Anna Joaquina Jansen Pereira: assaz conhecida por sua fortuna e meritos tanto n'esta provincia, como em muitas outras do imperio, e mesmo na Europa: nasceu, aos 14 de março de 1824; e a 15 de janeiro de 1839 casou-se com seo primo co-irmão o Illm. Sr. Dr. Manoel Jansen Ferreira, então a pouco chegado da academia de Olinda,

Fonte: Jornal A Imprensa (1857)[11].

Ainda viúva do seu primeiro marido, manteve um relacionamento amoroso com Francisco Carneiro Pinto Vieira de Melo, com o qual teve mais quatro filhos como consta em seu testamento "declaro que no estado de viúva, tive, por fragilidade minha, 4 filhos" (Santos, 1978, p. 26). Apesar deste relacionamento, foi com Antônio Xavier da Silva Leite, negociante do Pará, com quem Anna Jansen se casou pela segunda vez, não tendo filhos

[11] Nota de falecimento publicada no Jornal A Imprensa, n° 43, de 28-10-1857.

deste relacionamento (Santos, 1978; Viveiros *et al*., 2007). A seguir se tem a relação dos filhos de Anna Jansen, sendo que os mesmos encontram-se divididos na Pauta de Herdeiros do seu inventário da seguinte maneira:

Quadro 2 - Relação de filhos de Anna Jansen

Filhos legítimos	Filhos Naturais
Coronel Isidoro Jansen Pereira	Dr. Manoel Jansen Pereira
Major Joaquim Jansen Pereira	Dr. Francisco H. Jansen Vieira de Mello
Bacharel Bruno Jansen Pereira	Joaquina Honorata Jansen de Mello
Capitão Anastácio Jansen Pereira	Maria Ludgera Jansen de Mello
Angela Jansen Pereira	Luís Venâncio de V. Vieira de Mello
Anna Augusta Jansen Pereira	

Fonte: elaboração própria a partir dos documentos do Inventário de Anna Jansen.

São considerados filhos legítimos os que Anna Jansen teve com o Coronel Izidoro, antes e durante o casamento, e filhos naturais aqueles que foram frutos de relacionamentos enquanto solteira e viúva. No que tange ao seu papel de mãe, Anna Jansen tratou de educar muito bem todos os seus filhos e de selecionar os melhores partidos para suas filhas, exercendo legítimo matriarcado sobre cada Jansen que esteve sob sua influência. Como expõe Janotti (1996, p. 234) "Donana sabia muito bem que precisava conquistar a respeitabilidade e o reconhecimento da sociedade e não economizou esforços nem dinheiro para obtê-los".

O fato de ser mulher não lhe impedia de impor suas vontades e muito menos de expressar sua forma de pensar e agir. Soube como ninguém usar de sua influência para trazer para perto de si todos aqueles que lhes seriam úteis de uma forma ou de outra, e para colocar seus filhos nos cargos mais elevados da sociedade, era essa sua forma de manter sob seu controle toda a região de São Luís (Janotti, 1996; Viveiros *et al*., 2007).

Na Figura 3 consta a relação dos candidatos a deputado geral, dentre os quais constam filhos e sobrinhos de Anna Jansen:

Figura 3 - Participação dos Jansen na política



COLLEGIO ELEITORAL.

Presidencia do Sr. Dr. Carlos Fernando Ribeiro.

No dia 8 do corrente, reunidos 59 eleitores e procedendo-se a eleição de deputados geraes, obtiveram votos os Srs.:

Izidoro Jansen Pereira	55
João Pedro Dias Vieira	46
Joaquim Franco de Sá	39
João Duarte Lisbôa Serra	22
Fabio Alexandrino de Carvalho Reis	21
Tiburcio Valeriano da Silva Tavares	20
Francisco José Furtado	16
Veriato Bandeira Duarte	12
Joaquim Mariano Franco de Sá	4
Manoel Jansen Pereira	1

No dia 9 reunidos os mesmos 59 Eleitores e procedendo-se a eleição dos Deputados Provinciaes, obtiverão votos os Srs.

Manoel Jansen Pereira	52
Manoel Jansen Ferreira	52
Francisco da Serra Carneiro	51
Henrique de Brito Guilhon	50
Tiburcio Valeriano da Silva Tavares	48
Joaquim Jansen Pereira	45
Antonio Carneiro Homem de Souto Maior	43

COLLEGIO DE GUIMARÃES.

Reunidos os eleitores em n.º de 60 no dia 8 do corrente, e procedendo-se a eleição para deputados geraes, obtiverão votos os Srs.:—

Joaquim Mariano Franco de Sá	46
Dr. Joaquim Franco de Sá	40
Dr. João Pedro Dias Vieira	29
Izidoro Jansen Pereira	27
Joze Thomaz dos Santos e Almeida	19
Dr. Joze Jansen do Paço	18
Dr. Francisco Joze Furtado	15
Dr. Maciel da Costa	15
Dr. Joze Martins Ferreira	14
Dr. Fabio	10
Dr. Lisbon Serra	3
Dr. Veriato	3
Francisco Candido Ferreira de Sá	1

A REVISTA.

Fonte: Jornal A Revista (1843)[12].

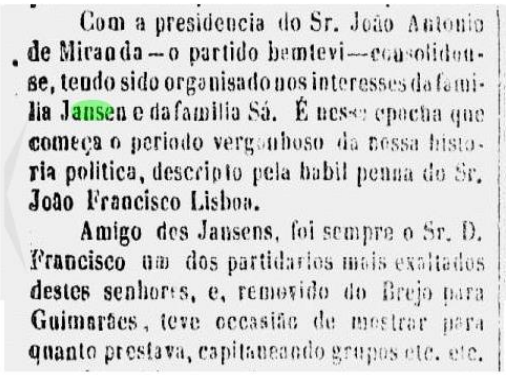
Com o intuito de apresentar características sobre a peça central deste estudo, traçou-se nesta seção o perfil de Anna Joaquina Jansen. Para tanto, foram apresentadas análises genealógicas que sustentam a descendência portuguesa e holandesa de Anna Jansen, além de serem discutidos alguns traços marcantes da personalidade desta mulher que conseguiu fixar ao seu nome o título de Rainha do Maranhão. A seguir é feita uma análise da sua atuação na política e economia maranhense do século XVIII.

5.2. Do poder e influência ao mito

Anna Jansen, senhora de escravos e dona de numerosas propriedades na região de São Luís, ficou conhecida pela grande influência que exerceu em terras maranhenses no século XIX. Como mencionado na seção anterior, era conhecida pelo pulso firme e por sua vida ativa na política e na economia local. No campo político, era uma das grandes cabeças do partido liberal, conhecido como bemtivi. Tal influência é percebida no trecho a seguir retirado do jornal "A Nova Ephoca":

[12] Nota publicada no Jornal A Revista, n° 420, de 13-12-1847.

Figura 4 - Família Jansen e o partido bemtivi



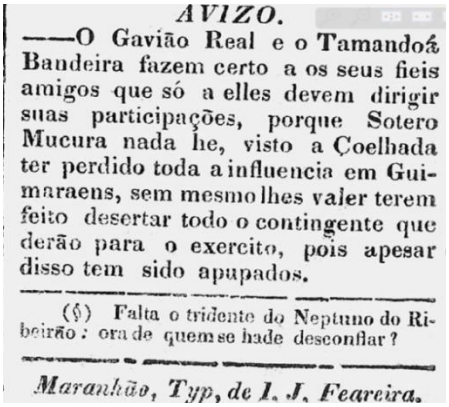
Com a presidencia do Sr. João Antonio de Miranda — o partido bemtevi — consolidou-se, tendo sido organisado nos interesses da familia Jansen e da familia Sá. É nesse epocha que começa o periodo vergonhoso da nossa historia politica, descripto pela habil penna do Sr. João Francisco Lisboa.

Amigo dos Jansens, foi sempre o Sr. D. Francisco um dos partidarios mais exaltados destes senhores, e, removido do Brejo para Guimarães, teve occasião de mostrar para quanto prestava, capitaneando grupos etc. etc.

Fonte: Jornal A Nova Ephoca (1857)[13].

Agia com autoridade e maestria, o que lhe rendeu inúmeros adversários, dentre eles Francisco Sotero dos Reis, do partido conservador, também conhecido como partido Cabano. Estes provavelmente contribuíram para a disseminação de histórias relacionadas à matriarca que construíram sua imagem de mulher má e vingativa. Como forma de combater seus inimigos Anna Jansen se valia do seu jornal "O Guajajara" para atingir todos aqueles que tentassem atravessar seu caminho. Os entraves políticos se davam de forma inescrupulosa e invadia o íntimo dos lares, expondo violentamente a vida dos partidários, tanto os bemtivis quanto os cabanos (Janotti, 1996; Santos, 1978; Viveiros *et al*., 2007). A seguir consta um trecho retirado do jornal em questão, no qual se nota o uso da linguagem pejorativa, sendo comum nesta época o uso de apelidos:

Figura 5 - O pasquim "O Guajajara"



AVIZO.

——O Gavião Real e o Tamandoá Bandeira fazem certo a os seus fieis amigos que só a elles devem dirigir suas participações, porque Sotero Mucura nada he, visto a Coelhada ter perdido toda a influencia em Guimaraens, sem mesmo lhes valer terem feito desertar todo o contingente que derão para o exercito, pois apesar disso tem sido apupados.

(§) Falta o tridente do Neptuno do Ribeirão: ora de quem se hade desconfiar?

Maranhão, Typ. de I. J. Feareira.

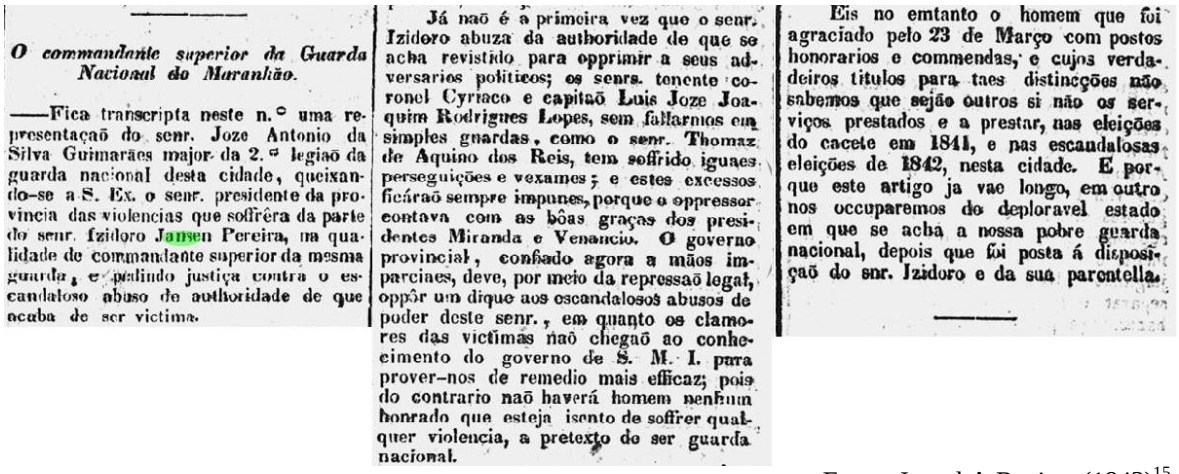
Fonte: Jornal O Guajajara (1840)[14].

[13] Aviso publicado no Jornal A Nova Ephoca, n° 92, de 25-11-1857.
[14] Nota publicada no Jornal O Guajajara, n° 14, de 18-07-1840.

Sobre o jornal "O Guajajara", Viveiros (2007, p. 34) descreve-o como tendo uma linguagem "tremendamente ferina. Aos inimigos da família Jansen não poupava nada, entrava-lhes pela vida privada e, adulterando, às vezes, trazia tudo para a rua – verdades e mentiras". Tal característica não era exclusiva deste jornal, pois todos que tinham interesse em afetar alguém o faziam por meio deste tipo de veículo de comunicação, sendo a troca de ofensas e acusações constantes na vida política maranhense.

Outra jogada política utilizada contra os inimigos era o recrutamento militar, pois através dele era possível enviar para outras regiões aqueles considerados baderneiros da ordem social. Ribeiro (2011, p. 255) esclarece que para as lideranças locais o uso do recrutamento em períodos de paz "garantia a autoridade de patronos, como também servia como um recurso controlador dos causadores de tumultos, dos desobedientes às autoridades, dos sem patrão, dos indesejáveis. O recrutamento enquadrava os desajustados e os levava para longe". Com Anna Jansen não foi diferente, valeu-se desta artimanha como meio de expor seu poder. "Desta arma abusou Donana Jansen, não em holocausto ao seu ódio, mas para gáudio dos seus cacetistas. Bastava que um deles lhe dissesse merecer Fulano ou Beltrano uma farda e lá ia o infeliz recrutado" (Viveiros, 2007, p. 43). Acerca deste abuso de poder se tem a seguinte nota publicada no jornal A Revista, na qual se observa uma reclamação direcionada ao presidente da província sobre o excesso de autoritarismo exercido pelo Coronel Isidoro Jansen:

Figura 6 - Relatos sobre abuso de poder



O commandante superior da Guarda Nacional do Maranhão.

——Fica transcripta neste n.º uma representaçaõ do senr. Joze Antonio da Silva Guimarães major da 2.ª legiaõ da guarda nacional desta cidade, queixando-se a S. Ex. o senr. presidente da provincia das violencias que soffrêra da parte do senr. Izidoro Jansen Pereira, na qualidade de commandante superior da mesma guarda, e pedindo justiça contra o escandaloso abuso de authoridade de que acaba de ser victima.

Já naõ é a primeira vez que o senr. Izidoro abuza da authoridade de que se acha revestido para opprimir a seus adversarios politicos; os senrs. tenente coronel Cyriaco e capitaõ Luis Joze Joaquim Rodrigues Lopes, sem fallarmos em simples guardas, como o senr. Thomaz de Aquino dos Reis, tem soffrido iguaes perseguições e vexames; e estes excessos ficáraõ sempre impunes, porque o oppressor contava com as bôas graças dos presidentes Miranda e Venancio. O governo provincial, confiado agora a mãos imparciaes, deve, por meio da repressaõ legal, oppôr um dique aos escandalosos abusos de poder deste senr., em quanto os clamores das victimas naõ chegaõ ao conhecimento do governo de S. M. I. para prover-nos de remedio mais efficaz; pois do contrario naõ haverá homem nenhum honrado que esteja isento de soffrer qualquer violencia, a pretexto de ser guarda nacional.

Eis no emtanto o homem que foi agraciado pelo 23 de Março com postos honorarios e commendas, e cujos verdadeiros titulos para taes distincções não sabemos que sejão outros si não os serviços prestados e a prestar, nas eleições do cacete em 1841, e nas escandalosas eleições de 1842, nesta cidade. E porque este artigo ja vae longo, em outro nos occuparemos do deploravel estado em que se acha a nossa pobre guarda nacional, depois que foi posta á disposiçaõ do senr. Izidoro e da sua parentella.

——

Fonte: Jornal A Revista (1843)[15].

[15] Nota publicada no Jornal A Revista, n° 177, de 12-04-1843.

No final da nota o autor menciona sobre a situação em que se encontrava a guarda nacional e o fato desta estar à disposição do coronel e de seus familiares. Neste ponto é possível observar que por meio do seu poder econômico Anna Jansen estendeu seu matriarcado para além do ambiente doméstico e familiar. Ter seus filhos em cargos politicamente importantes era um meio de colocar em prática suas pretensões e vontades, além de estender a influência por toda a região.

Sobre sua participação nas questões políticas, em seu casarão eram tratadas diversas questões, em tudo era possível encontrar sua influência. Ela sabia usar a seu favor as circunstâncias dos acontecimentos que se desenrolavam na região. Em meio à eclosão dos movimentos que se alastravam por todo o Brasil, nestes se inclui a Balaiada, a matriarca expandiu sua influência para além da ilha de São Luís, fazendo doações de munição, fardamento e alimentos para as tropas em combate (Viveiros *et al.*, 2007). Anna Jansen provavelmente já se projetava para o tão desejado título de baronesa. Segundo menciona Abranches (1992, p. 56):

> No seu palacete, dizia o povo, não se fechavam as portas nem se apagavam as luzes. Dia e noite, ferviam ali dentro as tricas políticas e os enredos privados da terra. Nada se fazia sem a palavra de ordem ou a aquiescência do sobrado... Chamavam simplesmente assim o famoso imóvel de azulejos da Rua Grande, residência de D. Ana Jansen. Candidaturas de senadores, deputados e conselheiros municipais, escolhas e demissões de funcionários públicos, remoções e derrubadas de magistrados, tudo se discutia e era assentado nos conciliábulos dirigidos por aquela valorosa matrona.

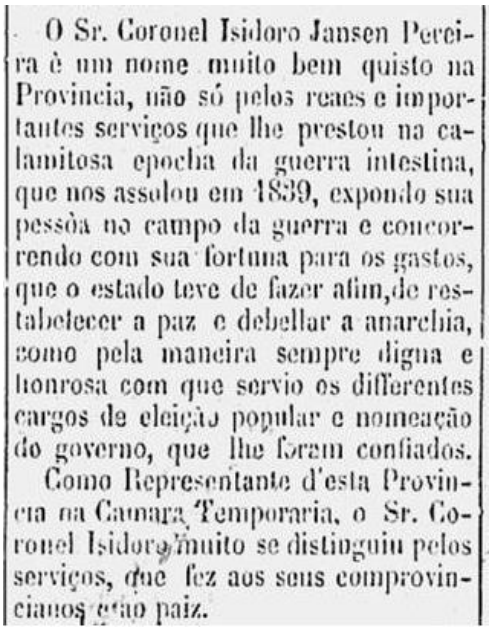
No que diz respeito ao movimento revolucionário que se alastrou por todo o Maranhão deve-se destacar a participação dos Jansen e o proveito que posteriormente Anna Jansen tentaria ter ao solicitar o título de Baronesa de Santo Antônio a D. Pedro II. Como destacado no capítulo sobre o Maranhão, a Balaiada foi um movimento de grandes proporções no qual a província do Maranhão se viu dividida entre aqueles que lutavam pela manutenção dos portugueses na região e no poder, e aqueles que desejavam sua expulsão. Mas há de se mencionar que tal movimento teve sua base fundamentada nas lutas entres os partidos políticos, partidos estes que incentivaram, mesmo que às escondidas, os revoltosos deste movimento.

Abranches (1992, p. 63) transcreve em sua obra trechos de uma carta de sua avó, D. Marta Abranches, na qual ela faz apontamentos sobre o movimento revolucionário que desencadeava no Maranhão:

> Misturar sangues é misturar destinos (...). Os mestiços julgam-se os senhores da terra; cognominam-se de nativos. Os brancos para eles, mesmo os que vieram à luz aqui, são adotivos como os estrangeiros que declararam aceitar a nacionalidade brasileira. São esses mestiços que formam o grosso do partido bem-ti-vi e estão derrubando à mão armada no Alto e no Baixo-Mearim, e pela margem do Itapecuru e do Parnaíba até aos altos sertões, os prefeitos com os quais os cabanos imaginavam aniquilar os adversários, processando-os, perseguindo-os e metendo-os no xadrez. (...) Era uma revolução que acabava de rebentar, e revolução que nada ficaria a dever às que convulsionaram o Pará, Ceará, Pernambuco e à que estava ensanguentando o Rio Grande do Sul. Os bem-ti-vis eram os farroupilhas maranhenses...

É neste cenário marcado por lutas que Anna Jansen, valendo-se do seu poder, equipa às suas custas um batalhão que tem como comandante seu filho Coronel Isidoro Pereira Jansen, formando o Corpo de Voluntários D. Pedro II, com o intuito de combaterem os revoltosos que já marchavam em direção a São Luís. Sobre este episódio o jornal "A Coalição" apresenta em uma nota os feitos do Coronel Isidoro Pereira Jansen na qual se tem a comprovação de sua atuação durante o movimento revolucionário de 1839:

Figura 7 - Os feitos do Coronel Isidoro Jansen



O Sr. Coronel Isidoro Jansen Pereira é um nome muito bem quisto na Provincia, não só pelos reaes e importantes serviços que lhe prestou na calamitosa epocha da guerra intestina, que nos assolou em 1839, expondo sua pessôa no campo da guerra e concorrendo com sua fortuna para os gastos, que o estado teve de fazer afim, de restabelecer a paz e debellar a anarchia, como pela maneira sempre digna e honrosa com que servio os differentes cargos de eleição popular e nomeação do governo, que lhe foram confiados.

Como Representante d'esta Provincia na Camara Temporaria, o Sr. Coronel Isidoro muito se distinguiu pelos serviços, que fez aos seus comprovincianos e ao paiz.

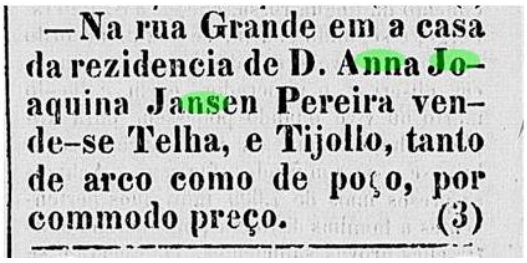
Fonte: Jornal A Coalição (1864)[16].

[16] Nota publicada no Jornal A Coalição, n° 1, de 02-01-1864.

O sobrenome Jansen por muito tempo esteve envolvido nos mais diversos acontecimentos, seja no âmbito econômico, político ou social. Anna Jansen, através de suas características peculiares alcançou a nobreza que almejava, tornando-se senhora conhecida por toda a província do Maranhão. Como já mencionado anteriormente, o seu casamento com o Coronel Izidoro foi sua porta de entrada para a elite maranhense, indo muito além do seu papel de esposa, soube, juntamente com seu marido, administrar os bens que possuíam e após enviuvar tornou-se senhora de escravos e inúmeras propriedades distribuídas por São Luís e pelo Maranhão. Segundo Abrantes e Santos (2011, p. 62), "Donana soube vender algumas de suas terras e comprar prédios em São Luís, tornando-se a maior fazendeira do Maranhão e maior 'empresária' de São Luís, com negócios que incluíam o comércio de abastecimento de água e aluguéis de imóveis urbanos".

No tocante a sua atuação na economia, Anna Jansen manteve o cultivo de arroz e algodão em suas propriedades, além de possuir poços que forneciam água para a região de São Luís, pedreiras, olarias (ver Anexo 2) e inúmeros escravos (ver Anexo 3 e 4). O anúncio divulgado no jornal "Publicador Maranhense" relata o comércio de telhas e tijolos mantido por Anna Jansen:

Figura 8 - Comércio de telhas e tijolos de Anna Jansen

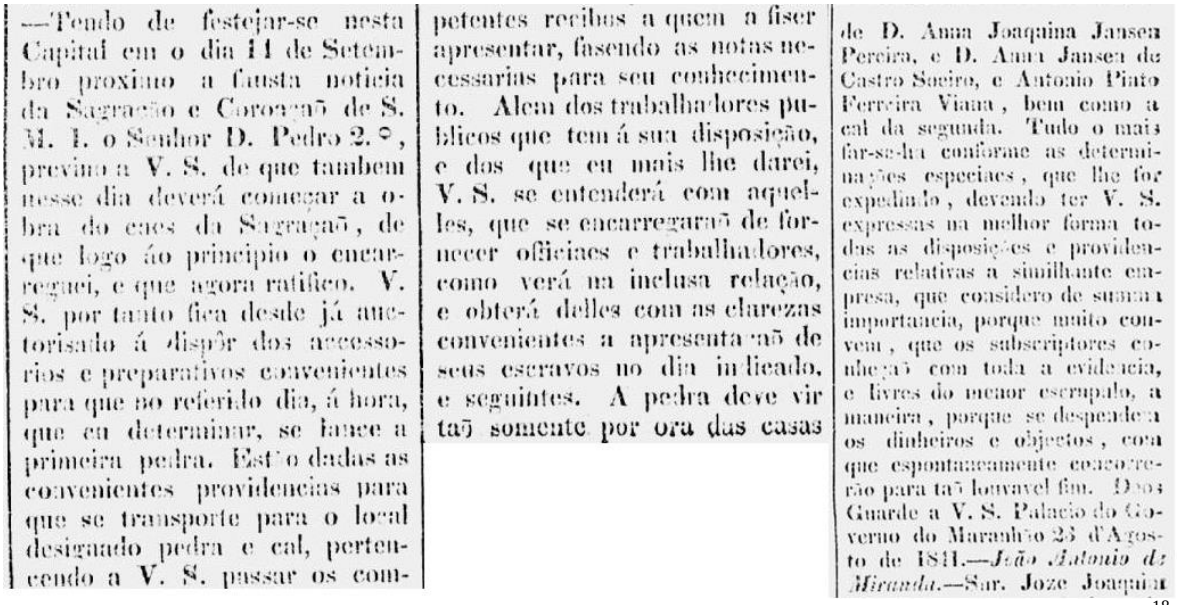

—Na rua Grande em a casa da rezidencia de D. Anna Joaquina Jansen Pereira vende-se Telha, e Tijollo, tanto de arco como de poço, por commodo preço. (3)

Fonte: Jornal Publicador Maranhense (1848)[17].

O trecho a seguir retirado do "Jornal Maranhense" menciona uma doação de pedras feita por Anna Jansen como contribuição para a construção do cais em comemoração a coroação de D. Pedro II:

[17] Nota publicada no jornal Publicador Maranhense, n° 710, de 23-09-1848.

Figura 9 - Doação de pedras

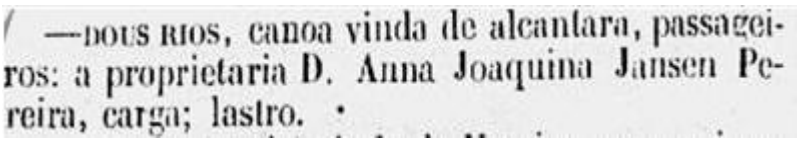


—Tendo de festejar-se nesta Capital em o dia 11 de Setembro proximo a fausta noticia da Sagração e Coroação de S. M. I. o Senhor D. Pedro 2.º, previno a V. S. de que tambem nesse dia deverá começar a obra do caes da Sagração, de que logo ao principio o encarreguei, e que agora ratifico. V. S. por tanto fica desde já auctorisado á dispôr dos accessorios e preparativos convenientes para que no referido dia, á hora, que eu determinar, se lance a primeira pedra. Estão dadas as convenientes providencias para que se transporte para o local designado pedra e cal, pertencendo a V. S. passar os competentes recibos a quem a fiser apresentar, fasendo as notas necessarias para seu conhecimento. Alem dos trabalhadores publicos que tem á sua disposição, e dos que eu mais lhe darei, V. S. se entenderá com aquelles, que se encarregarão de fornecer officiaes e trabalhadores, como verá na inclusa relação, e obterá delles com as clarezas convenientes a apresentação de seus escravos no dia indicado, e seguintes. A pedra deve vir tão somente por ora das casas de D. Anna Joaquina Jansen Pereira, e D. Anna Jansen de Castro Soeiro, e Antonio Pinto Ferreira Vianna, bem como a cal da segunda. Tudo o mais far-se-ha conforme as determinações especiaes, que lhe for expediado, devendo ter V. S. expressas na melhor forma todas as disposições e providencias relativas a similhante empresa, que considero de summa importancia, porque muito convem, que os subscriptores conheção com toda a evidencia, e livres do menor escrupulo, a maneira, porque se despende os dinheiros e objectos, com que espontaneamente concorrerão para tão louvavel fim. Deos Guarde a V. S. Palacio do Governo do Maranhão 23 d'Agosto de 1841.—*João Antonio de Miranda.*—Snr. Joze Joaquim

Fonte: Jornal Maranhense (1841)[18].

Os jornais da época são fontes de informações importantes sobre a presença constante de Anna Jansen em atividades comerciais, assim como doações ao imperador e à província maranhense. Os registros portuários divulgados nos jornais, além dos registros manuscritos (ver Anexo 5), também evidenciam a permanente movimentação de suas embarcações, como consta no jornal "O Estandarte":

Figura 10 - Registro do porto



—DOUS RIOS, canoa vinda de alcantara, passageiros: a proprietaria D. Anna Joaquina Jansen Pereira, carga; lastro.

Fonte: Jornal O Estandarte Maranhense (1854)[19].

Ao destacar-se como uma das proprietárias mais ricas do Maranhão, Anna Jansen traçou como objetivo tornar-se reconhecidamente nobre perante a sociedade maranhense, para isso valeu-se de sua fortuna como meio para obter tal reconhecimento. O título de Baronesa de Santo Antônio, requerido à D. Pedro II em agosto de 1843, seria sua definitiva consagração perante aqueles que atribuíam sua ascensão econômica a um golpe de sorte. O relato contido nesta solicitação demonstra desde sua descendência, seu poder econômico,

[18] Nota publicada no Jornal Maranhense, n° 17, de 03-09-1841.
[19] Registro do porto publicado no jornal O Estandarte, n° 51, de 22-05-1854.

até suas contribuições em nome da ordem social não só da província do Maranhão como das demais regiões do Brasil (ver Anexo 6), conforme trecho transcrito a seguir:

...A supplicante e seus antepassados sempre se tratarão a lei da nobreza tendo creados, seges e cavallos e nunca exercerão officio mecanico, nem praticarão facto algum que deslustrasse o esplendor da nobreza de seus progenitores. Alem disso Senhor a supplicante é proprietaria de uma das cazas mais ricas e abastadas da Província do Maranhão como consta... (trecho danificado) e em differentes epocas tem prestado parte de seus bens a beneficio da Causa Publica, e ultimamente fez o donativo de mil arrobas de arrôz pilado, e ensacado, por anno, em quanto durar a luta com os rebeldes do Rio-Grande de S. Pedro do Sul, como prova pelo documento n° 6, tendo verificado pronctualmente o referido donativo, documento n° 7. Em taes circunstancias, e em remuneração dos serviços ja indicados a supplicante requer a V. M. Imperial haja por bem comferir-lhe o titulo de Baroneza de S. Antonio por ser essa a denominação de um lugar da dita Província em que a supplicante... (trecho danificado) quatorze leguas de terra com mais de oito centos escravos empregados na cultura de algodão e arroz. O respeito e consideração de que a supplicante goza em toda a Província do Maranhão a fazem merecedora da graça pedida, que alem disso será um incentivo a mesma supplicante para novos donativos, e servirá de estimulo a outras pessoas.

Para seu dessabor o título não lhe fora concedido, tornando-se esse mais um motivo de chacota para seus inimigos. "Embora o seu pedido tenha sido indeferido, a poderosa Senhora jamais sentiu-se humilhada. Continuou a sua vida de lutas, muitas vezes ingratas, porém demonstrando altivez de caráter" (Santos, 1978, p. 67). Para Moraes (2007), tal indeferimento está relacionado aos inimigos prestigiosos de Anna Jansen que, de certa forma, influenciaram a decisão do imperador, mas segundo apresenta Coutinho (2005), há dúvidas quanto à veracidade do título de Teodoro Jansen Müller com base apenas em uma carta passada a Pedro Jansen Müller, seu avô. Para Coutinho (2005, p. 252):

> Não há dúvida de que o indeferimento do título de baronesa de Santo Antônio à neta de Teodoro, Ana Jansen, também pode ter sido calcado nessa duvidosa prova, contrária às leis da nobreza, que eram severas, nesse ponto. É que a matrona maranhense usara a mesma pública-forma, transladada do Cartório em São Luís, em 1°.4.1842. Como ninguém contestou a pública forma e Teodoro afirmou que pedira a transcrição da carta (e o uso do brasão) "pela mercê que lhe faz El Rey Nosso Senhor", não se poderá afirmar o contrário. Mas que faltou carta própria não resta dúvida. Ou, se houve, de direito, Teodoro Jansen Müller não a transcreveu nas notas dos tabelionatos coloniais.

Além do título de baronesa, Anna Jansen também solicitou ao imperador D. Pedro II a Comenda da Ordem do Cristo aos seus filhos Coronel Isidoro Jansen e Dr. Manoel Jansen, e o Hábito da mesma ordem aos seus filhos Major Joaquim Jansen, Bruno Jansen e Capitão Anastácio Jansen. Neste requerimento também se tem o relato dos feitos prestados em favor da província e do império (ver Anexo 7), como consta na transcrição a seguir:

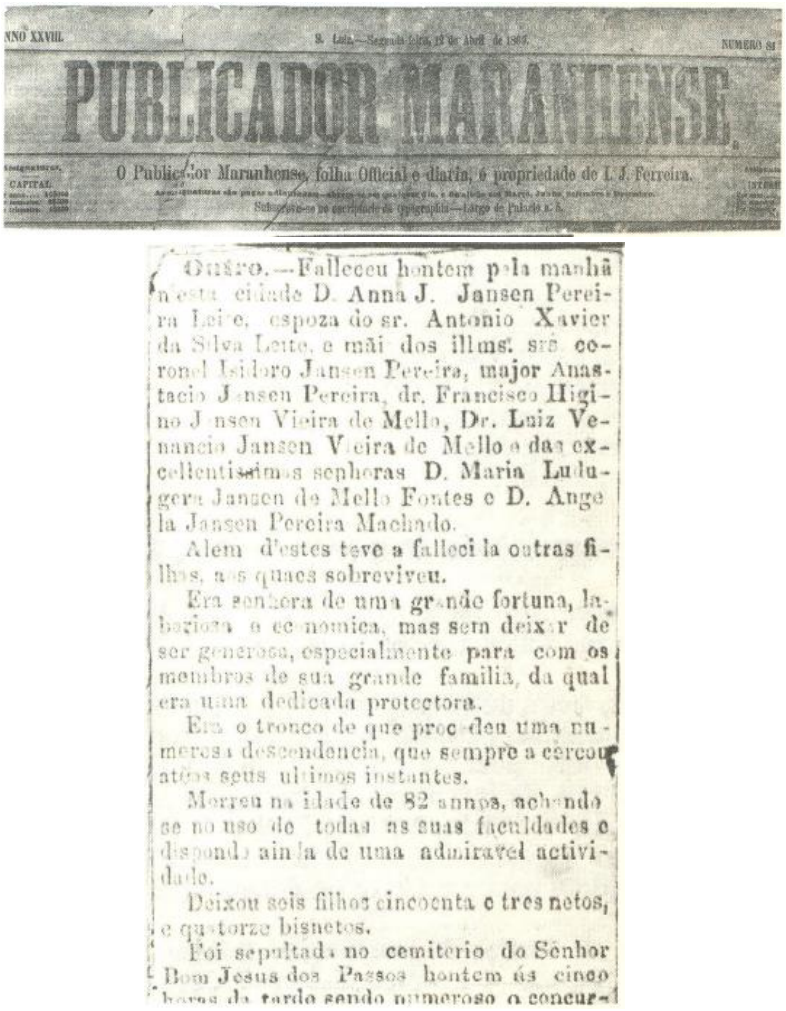
Diz D. Anna Joaquina Jansen Pereira, que seguindo o genero exemplo do finado seu marido, o Coronel Isidoro Rodrigues Pereira, tem por muitos annos continuado a fornecer de suas mattas contiguas às Fortalesas de Sam Marcos e Ponta d' Arêa na Barra do Maranhão a lenha que he mister para o consumo ordinario e extraordinario delas, bem como dos terrenos de que he proprietaria os materiais (pedra e barro) que por diversas veses tem sido necessarios para a reedificação das mesmas.

As evidências comprovam a atuação significativa de Anna Jansen no setor econômico maranhense. Aproveitando-se do crescimento demográfico da região e das exigências sociais impostas por esse crescimento, a matriarca passou a beneficiar-se do fornecimento de água na ilha de São Luís. Seus escravos faziam a venda de canecos por toda a região sem o menor controle higiênico. Sobre este fato há relatos que ligam a influência de Anna Jansen ao fracasso da tentativa de implantar a primeira companhia de fornecimento de água de São Luís. Segundo apontam Abrantes e Santos (2011, p. 65):

> Esse tipo de abastecimento foi considerado atrasado e sem higiene, razão pela qual o governo provincial tentou modernizá-lo com a canalização da água. No entanto, apesar dos esforços do engenheiro encarregado, a que Donana chamava apenas de Nhô Mundico, o projeto de instalação de uma companhia para o fornecimento de água não logrou êxito, com sabotagens que levaram à falência da empresa. A maior interessada no descrédito da empresa de águas era Donana. Por isso, quando surgiram os boatos de gato morto nas caixas d'água ou a falta de regularidade no abastecimento devido ao entupimento de canos ou defeitos e desaparecimentos de peças, ela era a principal suspeita. De fato, a cada problema com a Companhia de Águas do Rio Anil, os aguadeiros de Ana Jansen apareciam para acudir a população, e com isso, enquanto viveu, Donana conseguiu manter seu lucrativo comércio da venda de águas.

Anna Jansen faleceu no ano de 1869 e é por meio de seu inventário que se tem conhecimento do seu vasto patrimônio. A nota abaixo sobre seu falecimento foi divulgada no jornal o Publicador Maranhense, mas encontra-se disponível na publicação de Santos (1978), não estando disponível tal número na hemeroteca digital:

Figura 11 – Nota de falecimento de Anna Jansen



ANNO XXVIII. S. Luiz—Segunda feira, 19 de Abril de 1869. NUMERO 81

PUBLICADOR MARANHENSE

O Publicador Maranhense, folha Official e diaria, é propriedade de J. J. Ferreira.

CAPITAL

Obituario.—Falleceu hontem pela manhã n'esta cidade D. Anna J. Jansen Pereira Leite, espoza do sr. Antonio Xavier da Silva Leite, e mãi dos illms. srs. coronel Isidoro Jansen Pereira, major Anastacio Jansen Pereira, dr. Francisco Higino Jansen Vieira de Mello, Dr. Luiz Venancio Jansen Vieira de Mello e das excellentissimas senhoras D. Maria Ludugera Jansen de Mello Fontes e D. Angela Jansen Pereira Machado.

Alem d'estes teve a fallecida outras filhas, aos quaes sobreviveu.

Era senhora de uma grande fortuna, laboriosa e economica, mas sem deixar de ser generosa, especialmente para com os membros de sua grande familia, da qual era uma dedicada protectora.

Era o tronco de que procedeu uma numerosa descendencia, que sempre a cercou até os seus ultimos instantes.

Morreu na idade de 82 annos, achando-se no uso de todas as suas faculdades e dispondo ainda de uma admiravel actividade.

Deixou seis filhos cincoenta e tres netos, e quatorze bisnetos.

Foi sepultada no cemiterio do Senhor Bom Jesus dos Passos hontem ás cinco horas da tarde sendo numeroso o concur-

Fonte: Santos (1978, p. 159)

Embora grande parte da documentação esteja danificada pelo tempo, observa-se o destrinchar dos bens, um a um, para serem preparados para a partilha entre seus filhos, naturais e legítimos, assim como netos e muitos outros agraciados com o último desejo da matriarca. O 2° volume do inventário compreende dois esboços da partilha dos bens, a razão de tal fato está relacionada à discordância dos herdeiros com as dívidas a deduzir distribuídas entre eles.

O inventário de Anna Jansen atualmente encontra-se disponível no arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, localizado na cidade de São Luís. Neste local encontra-se apenas o 2° volume, sendo que a primeira parte foi extraviada, conforme informações obtidas no arquivo. São 456 folhas que comprovam a extensão do poder econômico da família Jansen, nas quais se tem conhecimento dos bens móveis, de raiz e semoventes em

nome de Anna Joaquina Jansen. Por meio da documentação é possível fazer um levantamento da quantidade de escravos ainda em posse da matriarca, sendo estes distribuídos entre os herdeiros. O Quadro 3 evidencia a divisão dos bens, é válido ressaltar que a moeda utilizada neste período era o Réis[20], sendo os valores a seguir apresentados nesta unidade monetária:

Quadro 3 - Resumo dos bens de Anna Jansen

Bens Semoventes	**98:075.000**
Excluídos os mortos e alforriados	
Bens de Raiz	**194:201.616**
Casas e terrenos em São Luís	178:100.000
Casa de vivenda na Fazenda Nazareth	200.000
Terras	15:756.616
Casas, currais e terras na Vargem Grande	145.000
Bens Móveis	**6:497.860**
Na cidade	**4:290.960**
Mobílias	1:535.400
Louça	293.400
Roupa	562.000
Prata	1:174.160
Ouro e Diamante	726.000
Na Vargem Grande	**143.280**
"Trartes"	104.320
11 Arrobas de algodão em caroço	33.000
Acessórios da Fazenda de gado	5.960
Em Itamacaca	**1:075.000**
"Trartes"	107.000
Cantaria	430.000
Canoas	470.000
Madeiras	68.000
Em Nazareth	**794.620**
Acessórios de lavoura	794.620
No sobrado da Rua Grande	**194.000**
"Paramentos" e Imagens	94.000
Pedras de Cantaria	100.000

Fonte: elaboração própria a partir dos documentos do Inventário de Anna Jansen.

[20] Réis – Nome derivado do Real, moeda portuguesa dos séculos XV e XVI, época do descobrimento do Brasil. Seu período de vigência foi do início da colonização, começo do século XVI, até 30.10.1942 (BCB, 2007).

Quadro 3 - Resumo dos bens de Anna Jansen (cont.)

Roças	**3:000.000**
Uma roça nova	2:000.000
Uma capoeira	1:000.000
Gado vaccum e cavalar	**6:323.000**
Em Itamacaca	80.000
Na Pedreira	275.000
Em Nazareth	870.000
Na Vargem Grande	5:098.000
Total dos Bens	**308:097.476**

Fonte: elaboração própria a partir dos documentos do Inventário de Anna Jansen.

A partir do Quadro 3 se tem conhecimento dos valores de avaliação das propriedades de Anna Jansen, sendo adicionado a estes a importância de 3:000.000 referente a "Moeda em poder do inventariante" por escravos alforriados pelo preço de avaliação e 15:433.487 por "Débitos Ativos". O total dos bens, não compreendido o adiantamento das legítimas, que não compõem a terça, é de 326:530.963, do qual se deduz a quantia de 27:250.753 que diz respeito as dívidas recebidas por Anna Jansen pertencentes aos filhos do Coronel Isidoro Jansen e a herança do seu falecido filho Bruno Jansen. Do valor resultante dessa dedução, 299:280.210, é retirada a terça parte, 99:760.070, para quitação das obrigações referentes as missas à inventariada, ao seu falecido marido e aos filhos, doações, legados, dívidas dos herdeiros e escravos alforriados. O resultado desta dedução, 62:239.640, é distribuído conforme o Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 - Resumo do Inventário de Anna Jansen

Importa a 3ª	**99:760.070**
Total a deduzir	**(37:520.430)**
Remanescentes da 3 ª	**62:239.640**
Assim distribuídos:	
Metade para os 8 netos da inventariada, filhos do Dr. Manoel J. Ferreira	31:119.820
4ª parte para o usufruto de seu marido Antônio Xavier como do testamento e codicilo	15:559.910
4ª parte que tem de ser dividida pelos herdeiros da inventariada	15:559.910

Fonte: elaboração própria a partir dos documentos do Inventário de Anna Jansen.

Quadro 4 - Resumo do Inventário de Anna Jansen (cont.)

Importam os 2/3 dos 299.280.210 em	**199:520.140**
Adiantamento da legítima	
Ao herdeiro Coronel Isidoro Jansen Pereira	12:000.000
Ao dito Joaquim Jansen Pereira	10:000.000
Ao dito Major Anastácio Jansen Pereira	13:000.000
A dita D. Angela, casada com Lúcio	800.000
Ao dito Dr. Manoel Jansen Pereira	22:492.450
A dita D. Joaquina, casada com Coronel Rocha	20:000.000
A dita D. Maria Ludgera Jansen de Mello	18:000.000
A dita D. Elvira, neta da inventariada	10:000.000
Total	**106:292.450**
Total dos 2/3 + Adiantamento da legítima	**305:812.590**
Total a cada um dos 10 herdeiros nesta importância a quantia de 305.812.590	
Importância dos bens do casal, não compreendido o adiantamento das legítimas	326:530.963
Importância do adiantamento das legítimas feita pela inventariada a seus filhos e netos, como foi explicado	106:292.450
Total de todo o casal	**432:823.413**

Fonte: elaboração própria a partir dos documentos do Inventário de Anna Jansen.

Através da análise dos Quadros 3 e 4 se chega ao valor total de bens, por avaliação, de Anna Jansen, 432:823.413 (Quatrocentos e trinta e dois contos, oitocentos e vinte e três mil e quatrocentos e treze réis). No Quadro 5 se tem a partilha dos escravos por quinhão, sendo evidenciada a quantidade para cada herdeiro e o valor total dos escravos partilhados:

Quadro 5 - Partilha dos escravos por herdeiro

Partilha por quinhão	Quant.	Valor
Quinhão Coronel Isidoro Jansen	18	12:850.000
Quinhão Major Anastácio Jansen	12	8:350.000
Quinhão Dr. Manuel Jansen Pereira	6	3:050.000
Quinhão a Manoel J. da Silva por cabeça de sua esposa D. Zulmira Jansen	6	4:200.000
Quinhão José Jansen Pereira	11	6:970.000
Quinhão Dr. Francisco Hygino Jansen Vieira de Mello	19	11:775.000
Quinhão Dr. Augusto de Mello Rocha. 1/2 do quinhão de sua falecida mãe D. Joaquina H. Jansen de Mello	2	900.000

Fonte: elaboração própria a partir dos documentos do Inventário de Anna Jansen.

Quadro 5 – Partilha dos escravos por herdeiro (cont.)

Quinhão Coronel Augusto C. da Rocha representante do seu falecido filho Antônio. 1/2 do quinhão da mãe deste	6	2:370.000
Quinhão Vincente Jansen Pereira	1	900.000
Quinhão Dr. Antônio Jansen de Mattos Pereira	1	450.000
Quinhão Alfredo Jansen Pereira	1	900.000
Quinhão ao órfão Alberto	2	900.000
Quinhão a órfã D. Rosa	1	700.000
Quinhão Luís Venâncio de V. Vieira de Mello	11	4:295.000
Quinhão Dr. Pedro Jansen Ferreira	5	3:500.000
Quinhão Dr. Leonidas Ferreira Barbosa	10	5:050.000
Quinhão D. Olympia Jansen Ferreira	6	3:850.000
Quinhão Arthur Jansen Ferreira	4	3:100.000
Quinhão Ernesto Jansen Ferreira	9	3:705.000
Quinhão de Aristides Jansen Ferreira	7	5:250.000
Quinhão Antônio Alexandre (marido de Anna Augusta)	3	1:900.000
Quinhão Lúcio de Sousa Machado	9	6:060.000
Quinhão ao Dr. Manoel Jansen Pereira	5	3:100.000
Quinhão para pagamento das seguintes quantias	1	400.000
Doação a D. Anna Ludgera da Silva Leite	2	700.000
Legado a D. Anna neta da inventariada	2	800.000
Total	**160**	**96:025.000**

Fonte: elaboração própria a partir dos documentos do Inventário de Anna Jansen.

A diferença entre o valor dos bens semoventes apresentado no resumo do inventário, 98:075.000, e o valor do Quadro 5, 96:025.000, diz respeito aos escravos alforriados no testamento. Como mencionado anteriormente, o inventário de Anna Jansen compreende dois esboços da partilha dos bens, sendo o segundo esboço considerado para a apresentação dos valores nesta pesquisa. Os documentos que embasam este capítulo evidenciam e comprovam a diferenciada participação de Anna Jansen na sociedade maranhense. Mulher, esposa e mãe que soube empregar suas habilidades gerenciais para o crescimento de sua fortuna, tornando-se uma das senhoras mais influentes do Maranhão no período colonial.

5.3. Discussão de resultados

Mediante a exposição dos documentos que trazem à tona fatos sobre a vida de Anna Jansen constata-se sua real participação no meio econômico, social e político da região maranhense. Embora o tempo traga consigo consequências muitas vezes devastadoras para a conservação da história, os documentos que ainda resistem encarregam-se de revelar a atuação desta mulher em um contexto no qual se acredita que toda evidência social, política e econômica era destinada ao sexo masculino, tal como ressaltado nos estudos de Broadbent, Laughlin e Willig-Atherton (1994) e Walker (1998, 2003a) nos quais os autores destacam como a esfera pública sobrepõe se à privada quanto à importância dos afazeres atribuídos aos homens, sendo o uso de práticas gerenciais no ambiente privado destinado ao controle e à repressão feminina.

As fontes aqui apresentadas tornam-se um resgate de parte da história deixada, em muitos casos, sob o véu do esquecimento e da desvalorização do gênero na construção da sociedade como um todo. Assim, sob a luz da revisão da literatura sobre contabilidade, gênero e emancipação apresentada anteriormente, como por exemplo, Chwastiak (2008), Dingwall (1999), Ewan (1999), Gallhofer e Haslam (1996, 1997, 2004, 2006a, 2006b, 2009), Komori e Humphrey (2000), Schultz e Hollister (2008) e Walker (2006, 2014), é possível lançar um novo olhar para o período colonial maranhense, ressaltando os feitos de uma mulher que assumiu posição de destaque na nobreza de São Luís.

É por meio do quadro teórico utilizado nesta investigação que se chega às definições da relação contabilidade, gênero e emancipação, em particular através dos trabalhos de Gallhofer e Haslam (2009) e Khalifa e Kirkham (2009), que apresentam vasta literatura que abordam os temas em questão. É através destas definições que se expande a ideia sobre o potencial da contabilidade, indo muito além dos registros e conceitos técnicos. Com o alargar das possibilidades da contabilidade como ciência, percebe-se que esta é um instrumento flexível de controle social, que serve às extremidades, capaz de promover significativas mudanças sociais e emancipatórias (Oldroyd *et al.*, 2008).

Quando se fala em extremidades se torna fácil compreender a contabilidade como uma ferramenta que abrange todas as camadas sociais, capaz de auxiliar e promover a

mudança não apenas para aqueles que detêm o poder, mas também aos grupos excluídos ou às minorias (Chwastiak, 2008; Gallhofer e Haslam, 1997; McNicholas e Barrett 2005; Oldroyd *et al*., 2008). Nesse sentido, ao associar a contabilidade e o uso de suas técnicas à emancipação se deve ter em conta um contexto de mudanças capazes de gerar benefícios a todos que se valem dessa ferramenta.

A história de Anna Jansen sob a ótica dos estudos de gênero na contabilidade (Dingwall, 1999; Ewan, 1999; Gamber, 1994; Johns, 2006; Lewis, 1992, 1995; Schultz e Hollister, 2008; Virtanen, 2009; Wiskin, 2006) é o primeiro passo para o resgate de inúmeras histórias que relacionem a participação feminina aos diversos setores da sociedade. Embora reconhecidamente uma mulher a frente do seu tempo, se deve ter em conta se o seu modo de agir e de encarar a vida e as restrições sociais ao sexo feminino no período colonial foi de fato um acontecimento pontuado ou se por detrás das premissas expostas pela literatura acerca do gênero existem histórias que corroboram com os fatos evidenciados neste estudo, como destaca Cooper (2008) ao apresentar em seu estudo relatos sobre a vida da primeira mulher admitida na profissão contábil na Austrália, demonstrando que muitas histórias podem estar escondidas atrás da atuação silenciosa de mulheres que desempenharam funções gerenciais e contábeis ao longo dos anos, o que demonstra a necessidade de pesquisas que resgatem essas histórias.

Como ressaltado, a contabilidade é uma ciência que está diretamente ligada à atividade humana, sendo que esta ligação remonta a períodos distantes da história. A contabilidade não surgiu pronta, com conceitos e técnicas definidas e orientadas apenas para o mundo dos negócios, ela foi sendo moldada ao longo dos anos a partir da evolução e da necessidade humana. Nesse sentido, seja no ambiente empresarial, com relatórios mais consistentes e trabalhados, ou no ambiente doméstico, com anotações manuais e técnicas de gerenciamento, a contabilidade se faz presente (Carnegie e Napier, 1996, 2012; Fleischman e Radcliffe, 2005; Napier, 2006; Walker, 2008a).

Ao se ter em conta todo o potencial da contabilidade, observa-se a utilização de registros e de conceitos de gerenciamento por mulheres em diversos períodos da história, sendo este um meio para promover a manutenção da economia familiar ou dos negócios mantidos pela família (Komori, 2012; Komori e Humphrey, 2000; Llewellyn e Walker,

2000; Northcott e Doolin, 2000; Pahl, 2000; Walker e Llewellyn, 2000). Destinada à execução dos afazeres domésticos, cabia à mulher o gerenciamento econômico do lar e em alguns casos, o exercício de atividades econômicas no ambiente doméstico como forma de complementação da renda familiar, tal como evidenciado por Ewan (1999) e Lewis (1995). Além destas, havia as senhoras que, como Anna Jansen, em estado de viuvez tornavam-se detentoras dos bens da família e assim, assumiam a posição de gerenciamento dos negócios (Freeman *et al*., 2006; Johns, 2006; Licini (2011); Newton e Cottrell, 2006; Schultz e Hollister, 2008; Virtanen, 2009). Atrelado a isto, se pode destacar a contabilidade como uma ferramenta capaz de promover a emancipação destas mulheres ao assumirem papéis proativos na sociedade, se beneficiando desta ferramenta na condução da vida econômica e financeira da família e dos seus próprios negócios, obtendo para si a liberdade de exercer um ofício ou de conquistar o reconhecimento de ser também uma peça importante para a composição social, econômica e política de uma sociedade, como apresentado nos estudos elaborados por Black (2006), Cooper (2008) e Komori (2007). Nesse sentido, ao analisar a vida de Anna Jansen no período colonial maranhense percebe-se que por meio de seu envolvimento direto com as questões econômicas e políticas tornou-se reconhecidamente figura de destaque na região. Tal posição garantiu-lhe ter seu nome associado a muitos feitos na ilha de São Luís e também nas regiões vizinhas. Sua destreza para a administração dos bens rendeu-lhe lugar de destaque em meio à sociedade colonial do século XIX. Soube valer-se de sua posição de destaque para atingir os propósitos que tinha em meio a uma sociedade marcada pelo preconceito em relação ao gênero.

O fato é que o uso de técnicas contábeis ao longo da história não esteve restrito apenas ao sexo masculino, sendo os estudos desenvolvidos no âmbito da pesquisa em história da contabilidade o revelar de histórias que compõem a evolução da contabilidade e também da sociedade.

5.4. Em resumo

Diante de uma sociedade na qual, conforme os estudos tendem a evidenciar, a imagem do homem prevalecia sobre a da mulher e as restritas definições sobre o casamento e submissão feminina eram cultivadas, Anna Jansen traçou seu próprio destino e conduziu sua vida da forma que lhe parecia correta. Mãe solteira e amante de um dos

mais abastados senhores do Maranhão colonial, reconheceu como fraqueza em seu testamento as peculiaridades que compunham sua personalidade forte e muito a frente do tempo em que viveu. Personalidade esta que a tornou conhecida, poderosa e também temida, sobressaindo-se em meio a uma sociedade que experimentava pouco a pouco os novos ares das mudanças, tanto no âmbito social quanto no político.

Matriarca de uma família numerosa utilizou a seu favor os benefícios que a riqueza poderia lhe proporcionar. Criou e educou seus filhos para que atingissem cargos dignos da estirpe da qual eram descendentes, talvez essa fosse sua maneira de exercer influência nos mais diversos setores sociais. Tornou-se rica, poderosa proprietária de terras, casarões, escravos, embarcações, manteve o cultivo de algodão e arroz em suas terras e dominou a distribuição de água na região. Tem seu nome vivo em avenida e lagoa de São Luís (Avenida Ana Jansen e Lagoa da Jansen) e também na memória de seus conterrâneos que a caracterizam como uma mulher poderosa e má que viveu e mandou por muito tempo naquelas terras.

A história de Anna Jansen se confunde com as lendas regionais oriundas do imaginário popular, mas não se pode negar e deixar de reconhecer sua atuação à frente de uma das famílias mais conhecidas do Maranhão do século XIX e muito menos de evidenciar sua inteligência para os negócios e sua capacidade gerencial, qualidades estas que não lhe renderam o título de baronesa, mas que a tornaram conhecida e lembrada como a “Rainha do Maranhão”.

Capítulo VI – Conclusão

Para analisar a evolução da contabilidade ao longo da história torna-se imprescindível ter em consideração os personagens que contribuíram para sua formação como ciência. Assim, o estudo de gênero na história da contabilidade possibilita trazer à tona as vozes de mulheres que colaboraram com o desenvolvimento da contabilidade, mesmo em períodos em que a atuação feminina sofria rigorosas restrições. É válido ressaltar que a abrangência da contabilidade é ampla, o que consequentemente garante um extenso campo de pesquisa aos investigadores que buscam compreender a contabilidade muito além das técnicas de registros e dos relatórios financeiros.

Ao se ter em conta esta abrangência entende-se que o papel de Anna Joaquina Jansen vai muito além dos mitos que giram em torno de sua personalidade. Mulher que atingiu lugar de destaque na sociedade maranhense do século XIX, esteve envolvida em atividades econômicas e políticas, o que lhe garantiu respeito e medo por parte daqueles que a tinham como a temida matriarca dos Jansen. Não se pode negar e muito menos permitir que as areias do tempo encubram as características peculiares de Anna Jansen, seja no tocante as suas habilidades gerenciais, seja como mulher muito a frente de sua época quanto as ideias, ao modo de agir e comportar-se.

Este último capítulo encontra-se dividido em quatro seções. A primeira é destinada a apresentação das principais conclusões que levaram a obtenção das respostas para as perguntas chaves que nortearam esta investigação. Na segunda seção serão discutidas as principais limitações quanto ao desenvolvimento deste estudo, na terceira seção são elencadas as contribuições oriundas deste trabalho. E por fim, na quarta seção serão expostas algumas possibilidades para o desenvolvimento de investigação futura.

6.1. Principais resultados

O principal objetivo desta investigação era analisar e compreender a atuação de Anna Jansen à frente dos negócios da família sob a perspectiva da pesquisa de gênero na história da contabilidade. Para tanto, o período compreendido por este trabalho foi o século XIX, tendo como ponto de partida o ano do casamento de Anna Jansen com o Coronel

Izidoro Pereira, 1822, encerrando-se em 1869, ano de seu falecimento. Oriundas deste objetivo se têm as seguintes questões que esta pesquisa pretende responder:

1. Qual o papel desempenhado por Anna Joaquina Jansen na política e economia maranhense no século XIX?
2. Sob a ótica da pesquisa de gênero, de que forma a sua atuação se reflete e é refletida em termos de práticas gerencias e contábeis?

Mediante a análise dos manuscritos e dos jornais da época foi possível compreender a participação de Anna Jansen nos diversos setores da sociedade maranhense. Embora não sejam claros os motivos que ocasionaram o infortúnio financeiro vivido por sua família, assim como não se tenha conhecimento de sua vida antes do seu envolvimento com o Coronel Izidoro Pereira, é perceptível seu comportamento nada convencional para a época, assim como sua atuação digna de ser registrada na história e para a história.

O nome Anna Jansen atualmente encontra-se ligado aos mitos regionais e às maldades que julgam ter cometido com seus escravos, sem o merecido reconhecimento de sua atuação como mulher à frente dos negócios da família e à frente de um dos partidos políticos da região. Se as maldades para com seus escravos eram práticas constantes e se exerceu pulso firme contra aqueles que atravessam seu caminho, deve-se ter em conta o contexto social da época, sendo essa a maneira de agir de muitos daqueles que detinham o poder.

No que diz respeito às perguntas chave desta pesquisa, atinente a primeira acerca do papel desempenhado por Anna Joaquina Jansen na política e economia do Maranhão, foi possível constatar por meio da análise documental que Anna Jansen se tornou detentora de uma das maiores fortunas da região ao tornar-se viúva do seu primeiro marido, o Coronel Izidoro Pereira, e por meio desta fortuna conseguiu atingir lugar de destaque na sociedade maranhense. Mesmo antes da morte do Coronel Izidoro, Anna Jansen já exercia suas vontades e juntamente com seu marido souberam administrar os bens a ponto de ampliarem a fortuna que possuíam. Após a morte do seu marido, Anna Jansen assume as rédeas da numerosa família e passa a ser senhora de fazendas, casas de aluguel, escravos e embarcações. Seu tino para os negócios chama atenção ao se verificar as inúmeras

atividades mantidas por Anna Jansen em suas propriedades mesmo após tornar-se viúva. Por meio dos anúncios nos jornais da época e de sua solicitação do título de baronesa verifica-se que possuía olarias, cultivava arroz e, além disso, soube se beneficiar com a distribuição de água na região de São Luís.

Sua personalidade e seu modo de agir, principalmente no tocante a sua vida íntima, não passam despercebidos sob os olhares daqueles que se dedicam a estudá-la. Reconhecidamente menciona em seu testamento os filhos que tivera em estado de solteirice e viuvez, alegando para a sociedade serem consequência de momentos de fragilidade sua. Embora o contexto social do século XIX delimitasse a atuação feminina, Anna Jansen, de uma maneira ou de outra viveu segundo seus ideais e desejos. Por ser uma mulher visionária e que almejava a nobreza, tratou de educar muito bem todos os seus filhos para que ocupassem cargos dignos de sua estirpe. Analisando a posição de cada filho de Anna Jansen nos cargos e patentes que ocupavam é possível perceber um de seus meios para que sua influência chegasse mais longe. Se a sociedade colonial restringia as mulheres ao ambiente familiar e não reconhecia suas capacidades para o meio econômico e político, não seria esse o impedimento para Anna Jansen já que por meio de seus filhos atingia os mais altos cargos da província. Usou de sua fortuna para colocar seus filhos no meio político e para se tornar uma das cabeças do partido bemtivi. Os jornais da época evidenciam inúmeros fatos do meio político envolvendo a família Jansen, desde abuso de poder até agressões físicas com seus adversários políticos. Anna Jansen soube aproveitar-se das circunstâncias que corriam a seu favor e tornou-se reconhecida e temida como a matriarca dos Jansen no Maranhão colonial.

Em relação à segunda pergunta, tendo em conta perspectiva da pesquisa de gênero em contabilidade, é possível verificar que a atuação de Anna Jansen representa um romper dos paradigmas que tendem a anular a participação feminina em atividades econômicas e políticas. Sabe-se que a contabilidade é uma ciência que ultrapassa as barreiras tecnicistas e entrelaça-se ao cotidiano social, agindo como um agente social em benefício dos menos favorecidos ou mais vulneráveis, sendo utilizada não apenas no meio empresarial, mas também no ambiente doméstico. A capacidade gerencial de Anna Jansen se reflete em ações que a levaram a ser reconhecida principalmente por ser uma mulher muito a frente da época em que viveu. Embora não se tenha conhecimento de registros técnicos mantidos

por Anna Jansen ao longo de sua vida, constata-se por meio dos documentos primários analisados aqui nesse estudo que possuía grande destreza para a administração de suas propriedades e de seus bens.

6.2. Limitações do estudo

No momento em que se decide trilhar o caminho da pesquisa histórica inicialmente não se sabe ao certo os percalços que irão surgir ao longo do desenvolvimento da investigação. Este tipo de pesquisa requer gastos, assim como demanda tempo, perseverança e paciência, uma vez que as fontes nem sempre estão disponíveis e acessíveis.

Em relação a este estudo muitas foram as limitações que por vezes barraram sua continuidade. Por se tratar de uma pesquisa em história da contabilidade que tem o foco sobre gênero, decidiu-se analisar a atuação de uma das mulheres mais enigmáticas do período colonial maranhense, Anna Jansen, no tocante a economia e a política da região. Embora seja um nome conhecido na ilha de São Luís, capital do estado do Maranhão, e muitas vezes vinculado às estórias populares, são poucos os que de fato conhecem sua história e compreendem a importância desta personalidade para a composição histórica do Maranhão e também para o estudo de gênero na região.

Partindo deste desconhecimento por parte de seus conterrâneos, travou-se verdadeira batalha ao tentar resgatar a história de Anna Jansen dos escassos documentos históricos que a mencionavam. Nos arquivos percorridos pela cidade de São Luís foi possível verificar que não haviam seções destinadas a documentos específicos da família Jansen, sendo valorosa a ajuda e a paciência dos funcionários do Arquivo Público do Estado do Maranhão e do Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão que nortearam as buscas iniciais por manuscritos que mencionassem a figura central do estudo. Muito se ouviu sobre documentos extraviados, assim como muitos eram os documentos ilegíveis e danificados pelo tempo. Anna Jansen reconhecidamente exerceu influência, mas poucos são os documentos que comprovam tal fato.

Além da escassez de documentos, a distância e o tempo foram fatores limitantes desta investigação uma vez que os documentos citados neste trabalho encontram-se em arquivos e cidades distintas, como o Arquivo Público do Estado do Maranhão e o Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, ambos na cidade de São Luís, e a Biblioteca Nacional na cidade do Rio de Janeiro. Embora as fontes primárias inicialmente fossem insuficientes para a composição dos fatos sobre a vida de Anna Jansen, o despertar para uma análise muito além dos registros tecnicistas acerca da contabilidade possibilitou um maior entendimento da relação contabilidade, história e gênero, tendo em conta o contexto compreendido pelo período analisado, sendo assim possível atingir os objetivos traçados nesta investigação.

6.3. Contribuições

Mesmo com a existência de limitações no decorrer do seu desenvolvimento, este trabalho contribuiu com a pesquisa de gênero em contabilidade ao evidenciar a participação de uma mulher em atividades econômicas e também políticas em um contexto no qual os estudos tendem a evidenciar uma atuação feminina nula em meio à sociedade e às atividades econômicas.

Mediante o exame dos documentos citados no decorrer do estudo, assim como a compreensão do contexto social, econômico e político do Maranhão do século XIX e da vida de uma das mulheres mais influentes da província, foi possível destinar atenção a uma vertente pouco explorada nos trabalhos acadêmicos da região, o estudo de gênero no Maranhão colonial tendo em conta a perspectiva da análise histórica da contabilidade. Os estudos de gênero que abordam a atuação da mulher maranhense no período colonial tendem a ser desenvolvidos no âmbito das disciplinas de História, havendo assim um campo inexplorado sob a ótica da contabilidade. Além do que, embora a associação da contabilidade a uma ferramenta capaz de proporcionar a emancipação dos grupos mais marginalizados da sociedade já esteja em debate nas investigações internacionais, no tocante as pesquisa brasileiras é um assunto que merece a atenção. Nesse sentindo, esta pesquisa põe em discussão a importância e a necessidade de serem resgatadas do passado as histórias de mulheres que fizeram uso de práticas gerencias, seja no ambiente familiar

ou empresarial, e que romperam a barreira do preconceito e assumiram a administração de seus bens e de suas famílias.

6.4 Investigação futura

No tocante a vida de Anna Jansen, seria interessante uma análise do inventário do seu primeiro marido, Coronel Izidoro Pereira, com o intuito de compará-lo com o inventário da matriarca a fim de identificar os acréscimos de bens a partir do momento em que Anna Jansen assume o comando da fortuna da família, obtendo assim, uma melhor percepção sobre sua capacidade gerencial. É válido ressaltar que para tanto se faz necessária uma pesquisa exaustiva com o propósito de identificar as fontes que tenham resistido aos efeitos do tempo e que comprove a existência do inventário em questão.

Em um contexto geral, mais investigações sobre a vida de mulheres atuantes na sociedade maranhense no período colonial se fazem necessárias no âmbito da pesquisa de gênero em história da contabilidade a fim de que haja uma ruptura dos paradigmas sustentados pela literatura que destinam às mulheres um passado sob a sombra dos homens, deixando no silêncio da história os feitos de figuras femininas visionárias e participativas.

Fontes de arquivo

Arquivo da Biblioteca Nacional

- PEREIRA, Ana Joaquina Jansen. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando o título de baronesa. 1841-1842. Ms. 13 doc.
- _____. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando a mercê da comenda da Ordem do Cristo para seus filhos coronel Isidoro Pereira e dr. Manuel Jansen Pereira. 1841. Ms. 6 doc.

Arquivo Público do Estado do Maranhão

- Série: Secretaria da Polícia/Chefatura. Documento: Registro do Porto. Ano 1858. Caixa n° 15 – "Polícia do Porto da Província do Maranhão".

Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão

- Inventário de D. Anna Jansen Pereira Leite (1872). São Luís. Arquivo do Tribunal de Justiça. Seção de documentos raros.

Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/)

- Jornal O Guajajara, n° 14, de 18-07-1840.
- Jornal Maranhense, n° 17, de 03-09-1841.
- Jornal A Revista, n° 177, de 12-04-1843.
- Jornal A Revista, n° 420, de 13-12-1847.
- Jornal O Estandarte, n° 51, de 22-05-1854.
- Jornal A Imprensa, n° 43, de 28-10-1857.
- Jornal A Nova Ephoca, n° 92, de 25-11-1857.
- Jornal A Coalição, n° 1, de 02-01-1864.

Referências bibliográficas

Abraham, A. (2008). The struggle to develop accounting practices in the Australian Girl Guides, 1945—9: a microhistorical approach. *Accounting History, 13*(1), pp. 101-120.

Abranches, D. (1992). *O Cativeiro*. São Luís: Lithograf.

Abrantes, E. S. (2003). A educação feminina em São Luís no século XIX. *XXII Simpósio Nacional de História - História, acontecimento e narrativa,* (pp. 1-5). João Pessoa.

Abrantes, E. S. (2010). *"O dote é a moça educada": mulher, dote e instrução em São Luís na primeira República.* Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense.

Abrantes, E. S., & Santos, S. R. R. (2011). Ana Jansen: a mulher e o mito. In Y. Costa & M. C. Galves (Eds.), *Maranhão: ensaios de biografia & história* (pp. 53-76). São Luís: Café & Lápis.

Almeida, J. C. F. (2008). *Entre engenhos e canaviais: Senhoras do açúcar em Itu (1780-1830).* Tese de Mestrado. Universidade de São Paulo.

Aragão, P., & Gonçalvez, F. (2013). O pasquim no jornalismo do Maranhão: análise do Colunaço do Dr. Pêta do Jornal Pequeno. *XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste,* (pp. 1-14). Mossoró.

Assunção, M. R. (2010). A memória do tempo de cativeiro no Maranhão. *Revista Tempo, 15*(29), pp. 67-110.

Aurélio. (2002) Dicionário da língua portuguesa (4 ed.). Rio de Janeiro: Positivo.

Bacellar, C. A. P. (1990). A mulher em São Paulo colonial. *Espacio,Tiempo y Forma, IV,* pp. 367-386.

Baker, C. R., & Bettner, M. S. (1997). Interpretive and critical research in accounting: a commentary on its absence from mainstream accounting research. *Critical Perspectives on Accounting 8*(4), pp. 293-310.

BCB. (2007). Síntese dos padrões monetários brasileiros. Obtido em: 06 de Agosto de 2015, de Banco Central do Brasil: http://www.bcb.gov.br/htms/museu-espacos/S%C3%ADntesePadroesMonetariosBrasileiros.pdf.

Black, J. (2006). War, Women and Accounting: Female Staff in the UK Army Pay Department Offices, 1914–1920. *Accounting, Business & Financial History, 16*(2), pp. 195–218.

Borralho, J. H. (2009). *A Athenas Equacional: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro.* Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense.

Broadbent, J., Laughlin, R., & Wii-Atherton, H. (1994). Financial controls and schools: Accounting in 'public' and 'private' spheres. *The British Accounting Review, 26*(3), 255-279.

Bryman, A. (2008). Of methods and methodology. *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal, 3*(2), pp. 159-168.

Campos, M. H. (2008). *Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822).* Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Carlos, A. M., Maguire, K., & Neal, L. (2006). Financial acumen, women speculators, and the Royal African company during the South Sea bubble. *Accounting, Business & Financial History, 16*(2), pp. 219-243.

Carmona, S. (2004). Accounting history research and its diffusion in an international context. *Accounting History, 9*(3), pp. 7-23.

Carnegie, G. D., McWatters, C. S., & Potter, B. N. (2003). The development of the specialist accounting history literature in the English language. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 16*(2), pp. 186-207.

Carnegie, G. D., & Napier, C. J. (1996). Critical and interpretive histories: insights into accounting's present and future through its past. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 9*(3), pp. 7-39.

Carnegie, G. D., & Napier, C. J. (2012). Accounting's past, present and future: the unifying power of history. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 25*(2), pp. 328-369.

Carnegie, G. D., & Rodrigues, L. L. (2007). Exploring the dimensions of the international accounting history community. *Accounting History, 12*(4), pp. 441-464.

Carnegie, G. D., & Walker, S. P. (2007a). Household accounting in Australia Prescription and practice from the 1820s to the 1960s. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 20*(1), pp. 41-73.

Carnegie, G. D., & Walker, S. P. (2007b). Household accounting in Australia: a microhistorical study. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 20*(2), pp. 210-236.

Carrieri, A., & Luz, T. (1998). Paradigmas e metodologias: não existe pecado do lado de baixo do equador. *Encontro Anual da ANPAD*, (pp. 1-15). Foz do Iguaçú.

Chwastiak, M. (2008). Rendering death and destruction visible: Counting the costs of war. *Critical Perspectives on Accounting, 19*(5), pp. 573-590.

Ciancanelli, P., Gallhofer, S., Humphrey, C., & Kirkham, L. M. (1990). Gender and Accountancy: Some evidence from the UK. *Critical Perspectives on Accounting, 1*(2), pp. 117-144.

Cooper, C. (2001). From women's liberation to feminism: reflections in accounting academia. *Accounting Forum, 25*(3), pp. 214-245.

Cooper, K. (2008). Mary Addison Hamilton, Australia's first lady of numbers. *Accounting History, 13*(2), pp. 135-161.

Cooper, K. (2010). Accounting by women: Fear, favour and the path to professional recognition for Australian women accountants. *Accounting History, 15*(3), pp. 309-336.

Coutinho, M. (2005). *Fidalgos e barões: Uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia.

Cuganesan, S., Gibson, R., & Petty, R. (1997). Exploring accounting education's enabling possibilities: An analysis of a management accounting text. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 10*(3), pp. 432-453.

Dias, M. N. (1970). *Fomento e mercantilismo: A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: UFPA.

Dingwall, H. (1999). The power behind the merchant? Women and the economy in late-seventeenth century. In E. Ewan & M. M. Meikle (Eds.), *Women in Scotland c. 1100 - c. 1750* (pp. 152-162). Edinburgh: Tuckwell Press.

Emery, M., Hooks, J., & Stewart, R. (2002). Born at the wrong time? An oral history of women professional accountants in New Zealand. *Accounting History, 7*(2), pp. 7-34.

Ericeira, F. J. (2003). *O estado da arte da contabilidade no Estado do Maranhão, vis-à-vis o seu desenvolvimento econômico - 1755 a 1900*. Tese de Mestrado. Universidade de São Paulo.

Ewan, E. (1999). "For whatever ales ye": Women as consumers and producers in late medieval scottish towns. In E. Ewan & M. M. Meikle (Eds.), *Women in Scotland, c. 1100 – c. 1750* (pp. 125-135). Edinburgh: Tuckwell Press Ltd.

Falci, M. B. K., & Melo, H. P. (2002). Riqueza e emancipação: Eufrásia Teixeira Leite. Uma análise de gênero. *Estudos Históricos, 29*, pp. 165-185.

Fleischman, R. K., & Radcliffe, V. S. (2005). The roaring nineties: Accounting history comes of age. *Accounting Historians Journal, 32*(1), pp. 61-109.

Francis, J. R. (1990). After virtue? Accounting as a moral and discursive practice. *Accounting, Auditing and Accountability Journal, 3*(3), pp. 5-17.

Freeman, M., Pearson, R., & Taylor, J. (2006). 'A doe in the city': Women shareholders in eighteenth- and early nineteenth-century Britain. *Accounting, Business & Financial History, 16*(2), pp. 265-291.

Freyre, G. (2003). *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Global.

Gaioso, R. J. S. (1970). *Compêndio Histórico-Político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro.

Gallhofer, S., & Haslam, J. (1996). Accounting/art and the emancipatory project: some reflections. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 9*(5), pp. 23-44.

Gallhofer, S., & Haslam, J. (1997). Beyond accounting: the possibilities of accounting and 'critical' accounting research. *Critical Perspectives on Accounting, 8*(12), pp. 71-95.

Gallhofer, S., & Haslam, J. (2004). Accounting and liberation theology: Some insights for the project of emancipatory accounting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 17*(3), pp. 382-407.

Gallhofer, S., & Haslam, J. (2006a). Mobilising accounting in the radical media during the First World War and its aftermath: The case of Forward in the context of Red Clydeside. *Critical Perspectives on Accounting, 17*(2-3), pp. 224-252.

Gallhofer, S., & Haslam, J. (2006b). The accounting–globalisation interrelation: An overview with some reflections on the neglected dimension of emancipatory potentiality. *Critical Perspectives on Accounting, 17*(7), pp. 903-934.

Gallhofer, S., & Haslam, J. (2009). Emancipation In J. Edwards & S. P. Walker (Eds.), *The routledge companion to Accounting History* (pp. 485-502). New York: Routledge.

Gallhofer, S., & Haslam, J. (2011). Emancipation, the spiritual and accounting. *Critical Perspectives on Accounting, 22*(5), pp. 500-509.

Gallhofer, S., Haslam, J., Monk, E., & Roberts, C. (2006). The emancipatory potential of online reporting - The case of counter accounting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 19*(5), pp. 681-718.

Gallhofer, S., Haslam, J., & Waltc, S. (2011). Accountability and transparency in relation to human rights: A critical perspective reflecting upon accounting, corporate responsibility and ways forward in the context of globalisation. *Critical Perspectives on Accounting, 22*(8), pp. 765-780.

Galves, M. C. (2011). Demandas provinciais nas Cortes constitucionais portuguesas: Izidoro Rodrigues Pereira, Maranhão, 1822. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, (pp. 1-11). São Paulo.

Gamber, W. (1994). Gendered concerns: thoughts on the history of business and the history of women. *Business and Economic History, 23*(1), pp. 129-140.

Godoy, A. S. (1995). Pesquisa Qualitativa: Tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas, 35*(3), pp. 20-29.

Gomes, D., Carnegie, G. D., Napier, C. J., Parker, L. D., & West, B. (2011). Does accounting history matter? *Accounting History, 16*(4), pp. 389-402.

Gomes, D., & Rodrigues, L. L. (2009). Investigação em História da Contabilidade. In M. J. Major & R. Vieira (Eds.), *Contabilidade e Controlo de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática* (pp. 209-235). Lisboa: Escolar Editora.

Gramsci, A. (1971). *Selections from the prison notebooks*. New York: International Publishers.

Hammond, T. (2003). History from accounting's margins: international research on race and gender. *Accounting History, 8*(1), pp. 9-24.

Haynes, K. (2008). Moving the gender agenda or stirring chicken's entrails? Where next for feminist methodologies in accounting? *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 21*(4), pp. 539-555.

Hyde, K. (2000). Recognising deductive processes in qualitative research. *Qualitative Market Research: An International Journal, 3*(2), pp. 82-90.

Jacobs, K. (2011). Enlightenment and emancipation: Reflections for critical accounting research. *Critical Perspectives on Accounting, 22*(5), pp. 510-515.

Janotti, M. L. M. (1996). Três mulheres da elite maranhense. *Revista Brasileira de História, 16*(31-32), pp. 225-248.

Jeacle, I. (2009). Accounting and everyday life: towards a cultural context for accounting research. *Qualitative Research in Accounting & Management, 6*(3), pp. 120-136.

Johns, L. (2006). The first female shareholders of the bank of New South Wales: Examination of shareholdings in Australia's first bank, 1817–1824. *Accounting, Business & Financial History, 16*(2), pp. 293-314.

Kamla, R. (2009). Critical insights into contemporary Islamic accounting. *Critical Perspectives on Accounting, 20*(8), pp. 921-932.

Khalifa, R., & Kirkham, L. M. (2009). Gender. In J. Edwards & S. P. Walker (Eds.), *The routledge companion to Accounting History* (pp. 433-450). New York: Routledge.

Kirkham, L. M., & Loft, A. (2001). The lady and the accounts: Missing from accounting history? *Accounting Historians Journal, 28*(1), pp. 67-90.

Komori, N. (2007). The "hidden" history of accounting in Japan: a historical examination of the relationship between japonese women and accounting. *Accountins History, 12*(3), pp. 329-358.

Komori, N. (2012). Visualizing the negative space: Making feminine accounting practices visible by reference to Japanese women's household accounting practices. *Critical Perspectives on Accounting, 23*(6), pp. 451-467.

Komori, N., & Humphrey, C. (2000). From an envelope to a dream note and a computer - The award-winning experiences of post-war Japanese household accounting practices. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 13*(4), pp. 450-474.

Laurence, A. (2006). Women investors, 'that nasty south sea affair' and the rage to speculate in early eighteenth-century England. *Accounting, Business & Financial History, 16*(2), pp. 245-264.

Leal, A. H. (1987). *Pantheon maranhense I*. Brasília: Alhambra.

Lee, B., & Humphrey, C. (2006). More than a numbers game: qualitative research in accounting. *Management Decision, 44*(2), pp. 180-197.

Lehman, C. (2012). We've come a long way! Maybe! Re-imagining gender and accounting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 25*(2), pp. 256-294.

Lewis, S. I. (1992). Female Entrepreneurs in Albany 1840-1885. *Business and Economic History, 21*(2), pp. 65-73.

Lewis, S. I. (1995). Beyond Horatia Alger: Breaking through gendered assumptions about business "success" in mid-nineteenth-century America. *Business and Economic History, 24*(1), pp. 97-105.

Licini, S. (2011). Assessing female wealth in nineteenth century Milan, Italy. *Accounting History, 16*(1), pp. 35-54.

Lightbody, M. (2009). Turnover decisions of women accountants: using personal histories to understand the relative influence of domestic obligations. *Accounting History, 14*(1-2), pp. 55–78.

Lima, C. (2006). *História do Maranhão - A Colônia*. São Luís: Instituto Geia.

Lima, E. M. S. (2009). *Honradas famílias: poder e política no Maranhão do século XIX (1821-1823)*. Tese de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba.

Lima, R. M. (2006). *O fio e a trama: trabalho e negócios femininos na vila de São Paulo (1554-1640)*. Tese de Mestrado. Universidade de São Paulo.

Llewellyn, S., & Walker, S. P. (2000). Household accounting as an interface acttivity: The home, the economy and gender. *Critical Perspectives on Accounting, 11*(4), pp. 447-478.

Lopes, A. (1959). *História da imprensa no Maranhão (1821-1925)*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.

Lord, B., & Robb, A. (2010). Women students and staff in accountancy: The Canterbury tales. *Accounting History, 15*(4), pp. 529-558.

Maltby, J., & Rutterford, J. (2006). Editorial: Women, Accounting and Investment. *Accounting, Business & Financial History, 16*(2), pp. 133-142.

Marconi, M., & Lakatos, E. (2010). *Metodologia Científica* (5 ed.). São Paulo: Atlas S.A.

Martins, G. A. (2008). Estudo de Caso: Uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquinas no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações, 2*(2), pp. 8-18.

McNicholas, P., & Barrett, M. (2005). Answering the emancipatory call: an emerging research approach 'on the margins' of accounting. *Critical Perspectives on Accounting, 16*(4), pp. 391-414.

McPhail, K. (2011). A review of the emergence of post-secular critical accounting and a provocation from radical orthodoxy. *Critical Perspectives on Accounting, 22*(5), pp. 516-528.

Meireles, M. M. (1980). *História do Maranhão* (Vol. 2). São Luís: Fundação Cultural do Maranhão.

Meirinhos, M., & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER: Revista de Educação, 2*(2), pp. 49-65.

Milbank, J. (1990). *Theology and social theory: beyond secular reason.* Oxford: Blackwell Publishing.

Milbank, J., Pickstock, C., & Ward, G. (1999). *Radical orthodoxy: a new theology*. London: Routledge.

Moerman, L. (2006). People as prophets: liberation theology as a radical perspective on accounting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 19*(2), pp. 169-185.

Molisa, P. (2011). A spiritual reflection on emancipation and accounting. *Critical Perspectives on Accounting, 22*(5), pp. 453-484.

Montello, J. (1985). *Tambores de São Luís: a saga do negro brasileiro* (5 ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Moraes, J. (2007). A rainha que não chegou a baronesa. In J. Moraes (Ed.), *Ana Jansen, Rainha do Maranhão* (pp. 7-14). Imperatriz: Ética.

Mota, A. S. (2007). *A dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na Capitania do Maranhão.* Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco.

Napier, C. J. (2006). Accounts of change: 30 years of historical accounting research. *Accounting, Organizations and Society, 31*(4-5), pp. 445–507.

Newton, L., & Cottrell, P. L. (2006). Female investors in the first english and Welsh commercial joint-stock banks. *Accounting, Business & Financial History, 16*(2), pp. 315-340.

Northcott, D., & Doolin, B. (2000). Home accountants: exploring their practices. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 13*(4), pp. 475-501.

Novaes, I. R. M. (2012). *Ana Jansen: Empreendedorismo feminino no século XIX*. Tese de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas.

Oldroyd, D., Fleischman, R. K., & Tyson, T. N. (2008). The culpability of accounting practice in promoting slavery in the British Empire and antebellum United States. *Critical Perspectives on Accounting, 19*(5), pp. 764-784.

Pahl, J. (2000). Couples and their money: patterns of accounting and accountability in the domestic economy. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 13*(4), pp. 502-517.

Paisey, C., & Paisey, N. (2006). And they all lived happily ever after?: Exploring the possibilities of mobilising the internet to promote a more enabling accounting for occupational pension schemes. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 19*(5), pp. 719-758.

Piorkowsky, M. (2000). Household accounting in Germany - Some statistical evidence and the development of new systems. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 13*(4), pp. 518-534.

Queiroz, L. (2006). Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa: Perspectivas para o campo da etnomusicologia. *Claves - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Música da UFPB, 2,* pp. 87-98.

Reis, F. A. M. (1992). *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850-1930).* Tese de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas.

Rezende, J. D. (2012). Dona Ana Joaquina Jansen Pereira e seu nascimento. Obtido em: 10 de Junho de 2015, de Suplemento literário e cultural Guesa Errante do Jornal Pequeno: http://www.guesaerrante.com.br/2012/9/26/dona-ana-joaquina-jansen-pereira-e-seu-nascimento-3336.htm.

Ribeiro, J. I. (2011). O fortalecimento do Estado Imperial através do recrutamento militar no contexto da Guerra dos Farrapos. *Revista Brasileira de História, 31*(62), pp. 251-271.

Rutterford, J., & Maltby, J. (2007). "The nesting instinct": women and investment risk in a historical context. *Accounting History, 12*(3), pp. 305-327.

Sá, A. L. (2008). *História geral da contabilidade no Brasil*. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade.

Santos, M. J. V. (1983). *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática.

Santos, W. (1978). *Perfil de Ana Jansen*. São Luís: SIOGE.

Schultz, S. M., & Hollister, J. (2008). The Ledger of Ann DeWitt Bevier (1762-1834), Early American Estate Manager and Mother. *The Accounting Historians Journal, 35*(1), pp. 135-166.

Serra, A. (1946). *A Balaiada*. Rio de Janeiro: Bedeschi.

Shapiro, B. (2009). A comparative analysis of theological and critical perspectives on emancipatory praxis through accounting. *Critical Perspectives on Accounting, 20*(8), pp. 944-955.

Shaw, E. (1999). A guide to the qualitative research process: evidence from a small firm study. *Qualitative Market Research: An International Journal, 2*(2), pp. 59-70.

Silva, A. L. C. (2008). *Falas de decadência, moralidade e ordem: a "História do Maranhão" de Mário Martins Meireles.* Tese de Mestrado. Universidade de São Paulo.

Silva, S. R. (2007). *Disputas privadas pela posse da ordem pública no pós-independência: A "Guerra dos três bês" no Maranhão (1824).* Monografia. Universidade Estadual do Maranhão.

Spence, C. (2009). Social accounting's emancipatory potential: A Gramscian critique. *Critical Perspectives on Accounting, 20*(2), pp. 205-227.

Studart, C. F. (1960). *O antigo Estado do Maranhão e suas capitanias feudais*. Ceará: Imprensa Universitária do Ceará.

Vaivio, J. (2008). Qualitative management accounting research: rationale, pitfalls and potential. *Qualitative Research in Accounting & Management, 5*(1), pp. 64-86.

Ventura, M. M. (2007). O Estudo de Caso como modalidade de pesquisa. *Revista SOCERJ, 20*(5), pp. 383-386.

Vieira, R. (2009). Paradigmas teóricos da investigação em Contabilidade. In M. J. Major & R. Vieira (Eds.), *Contabilidade e Controlo de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática* (pp. 9-30). Lisboa: Escolar Editora.

Vieira, R., Major, M. J., & Robalo, R. (2009). Investigação Qualitativa em Contabilidade. In M. J. Major & R. Vieira (Eds.), *Contabilidade e Controlo de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática* (pp. 129-161). Lisboa: Escolar Editora.

Virtanen, A. (2009). Accounting, gender and history: the life of Minna Canth. *Accounting History, 14*(1-2), pp. 79-100.

Viveiros, J. (1954). *História do comécio do Maranhão 1612-1895*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão.

Viveiros, J. (2007). A rainha do Maranhão In J. Moraes (Ed.), *Ana Jansen: rainha do Maranhão* (pp. 15-58). Imperatriz Ética.

Viveiros, J., Montello, J., Abranches, D., Ribeiro, M. J. B., Serra, A., Moraes, J., & Lima, C. (2007). *Ana Jansen: rainha do Maranhão* (3 ed.). Imperatriz: Ética Editora.

Walker, S. P. (1998). How to secure your husband's esteem. Accounting and private patriarchy in the brithish middle class household during the nineteenth century. *Accounting, Organizations and Society, 23*(5-6), pp. 485-514.

Walker, S. P. (2003a). Professionalisation or incarceration? Household engineering, accounting and the domestic ideal. *Accounting, Organizations and Society, 28*(7-8), pp. 743-772.

Walker, S. P. (2003b). Identifying the woman behinde the "railed-in desk" The proto-feminisation of bookkeepping in Britain. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 16*(4), pp. 606-639.

Walker, S. P. (2006). Philanthropic women and accounting. Octavia Hill and the exercise of 'quiet power and sympathy'. *Accounting, Business & Financial History, 16*(2), pp. 163-194.

Walker, S. P. (2008a). Innovation, convergence and argument without end in accounting history. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 21*(2), pp. 296-322.

Walker, S. P. (2008b). Accounting histories of women: beyond recovery? *Accounting, Auditing & Accountability Journal, 21*(4), pp. 580-610.

Walker, S. P. (2014). Accounting and rural rehabilitation in New Deal America. *Accounting, Organizations and Society*, *39*(3), pp. 208-235.

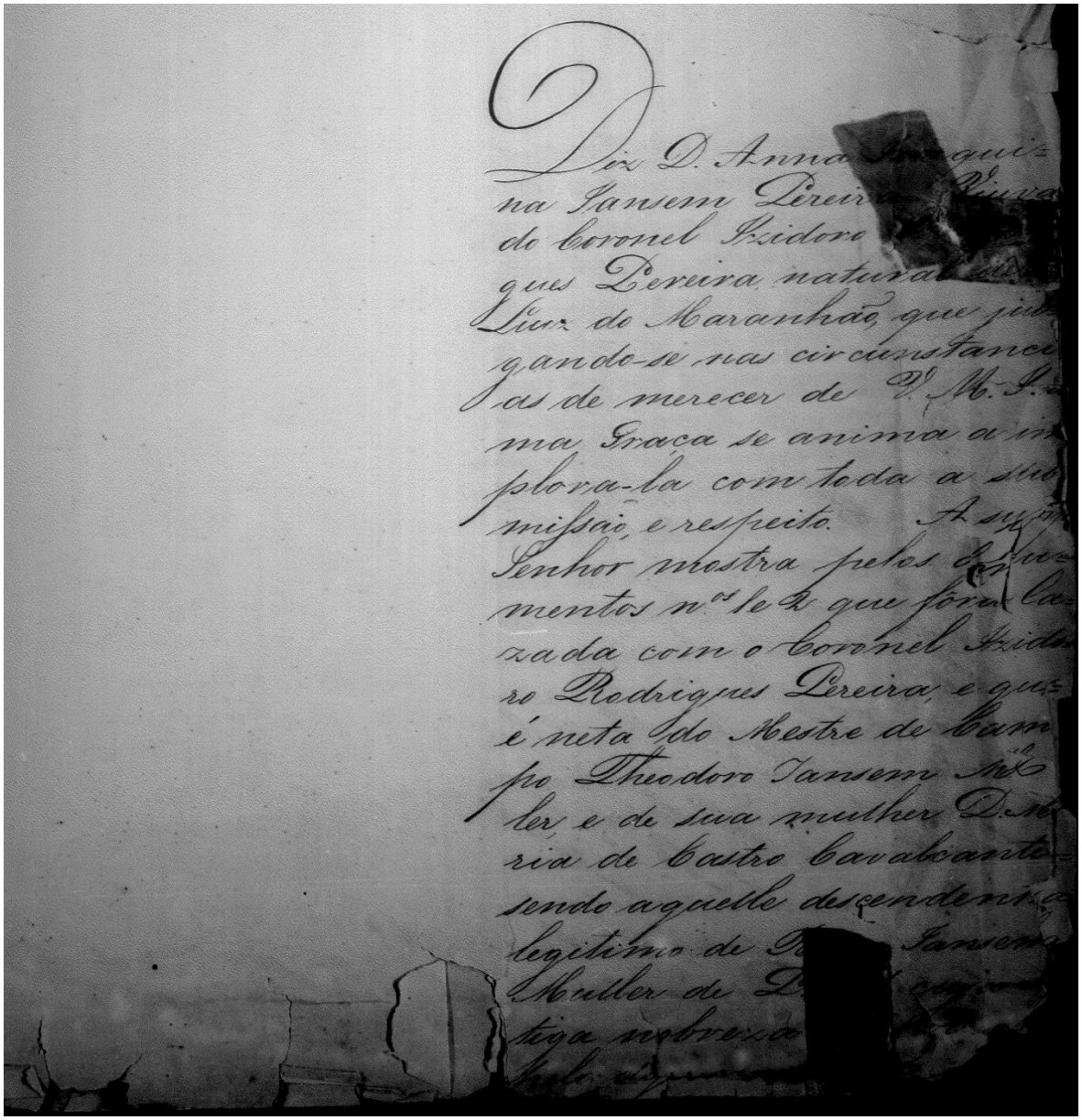
Walker, S. P., & Carnegie, G. D. (2007). Budgetary earmarking and the control of the extravagant woman in Australia, 1850–1920. *Critical Perspectives on Accounting*, *18*(2), pp. 233-261.

Walker, S. P., & Llewellyn, S. (2000). Accounting at home: some interdisciplinary perspectives. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, *13*(4), pp. 425-449.

Wiskin, C. (2006). Businesswomen and financial management: Three eighteenth-century case studies. *Accounting, Business & Financial History*, *16*(2), pp. 143-161.

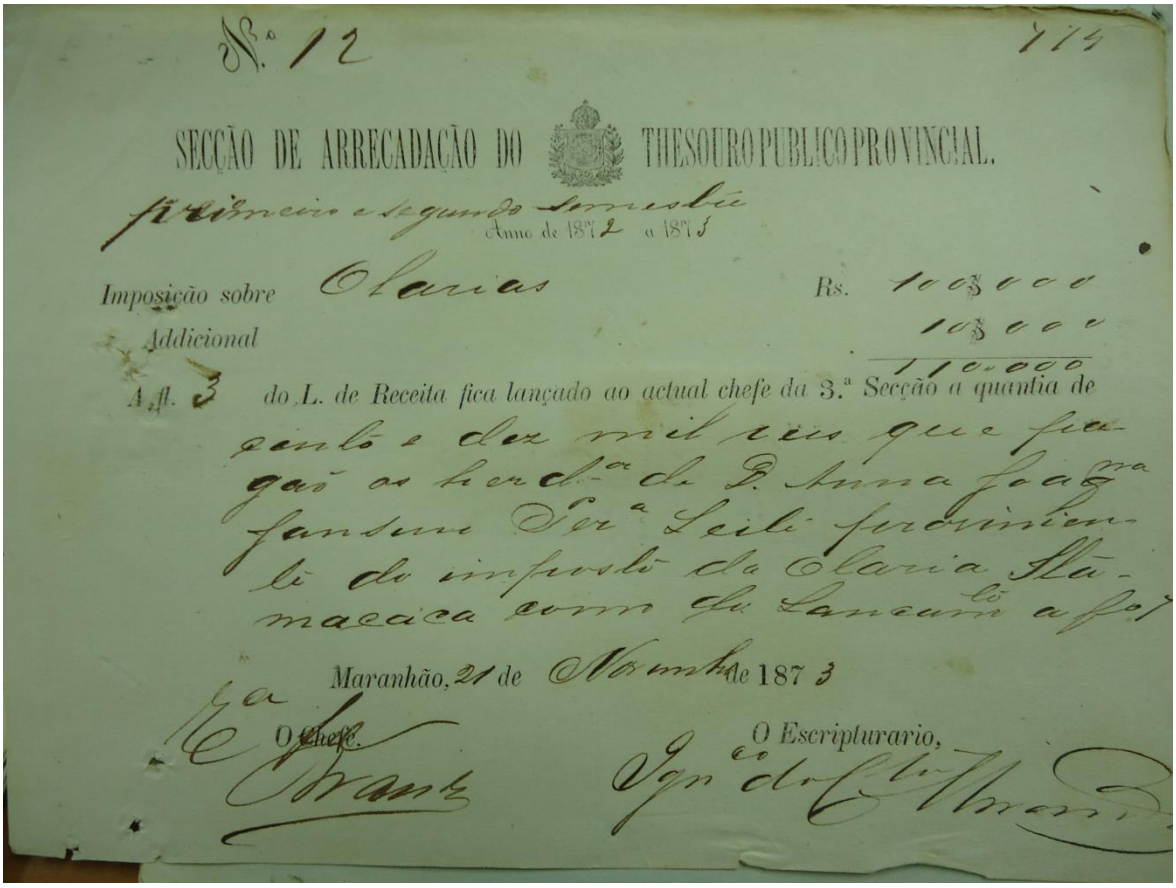
Anexos

Anexo 1: Declaração de descendência



Fonte: Arquivo da Biblioteca Nacional - Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando o título de baronesa. 1841-1842. Ms. 13 doc.

Anexo 2: Registro de arrecadação sobre olaria



Nº 12 114

SECÇÃO DE ARRECADAÇÃO DO THESOURO PUBLICO PROVINCIAL.

primeiro e segundo Semestre
Anno de 1872 a 1873

Imposição sobre Olarias Rs. 100$000
Addicional 10$000
110$000

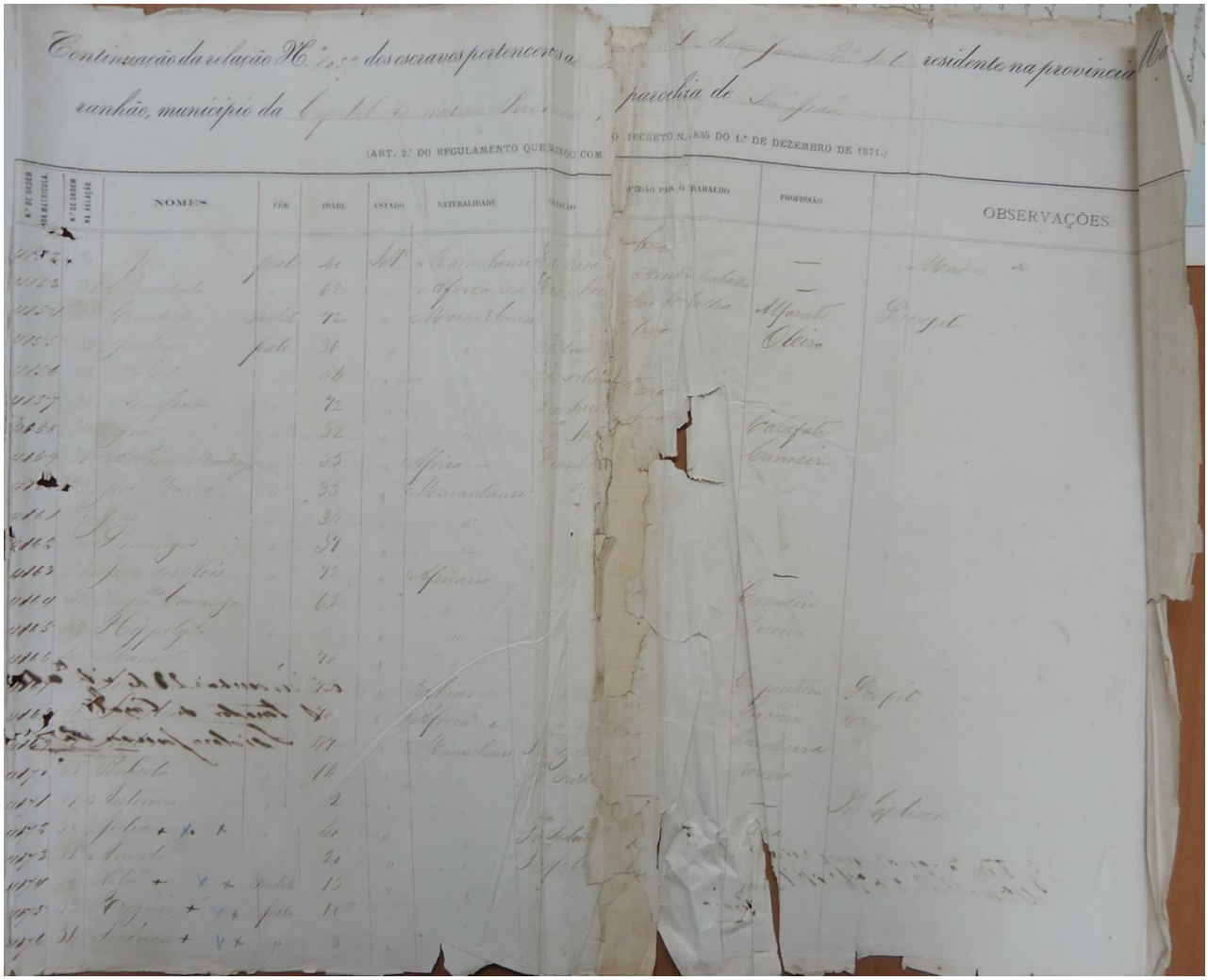
A fl. 3 do L. de Receita fica lançado ao actual chefe da 3.ª Secção a quantia de cento e dez mil reis que fica gão os herd.ros de D. Anna Joaq.na Jansen Pereira Leite proveniente do imposto da Olaria Ma-maracá como foi lançado a fol.

Maranhão, 21 de Novembro de 1873

O Chefe. O Escripturario,

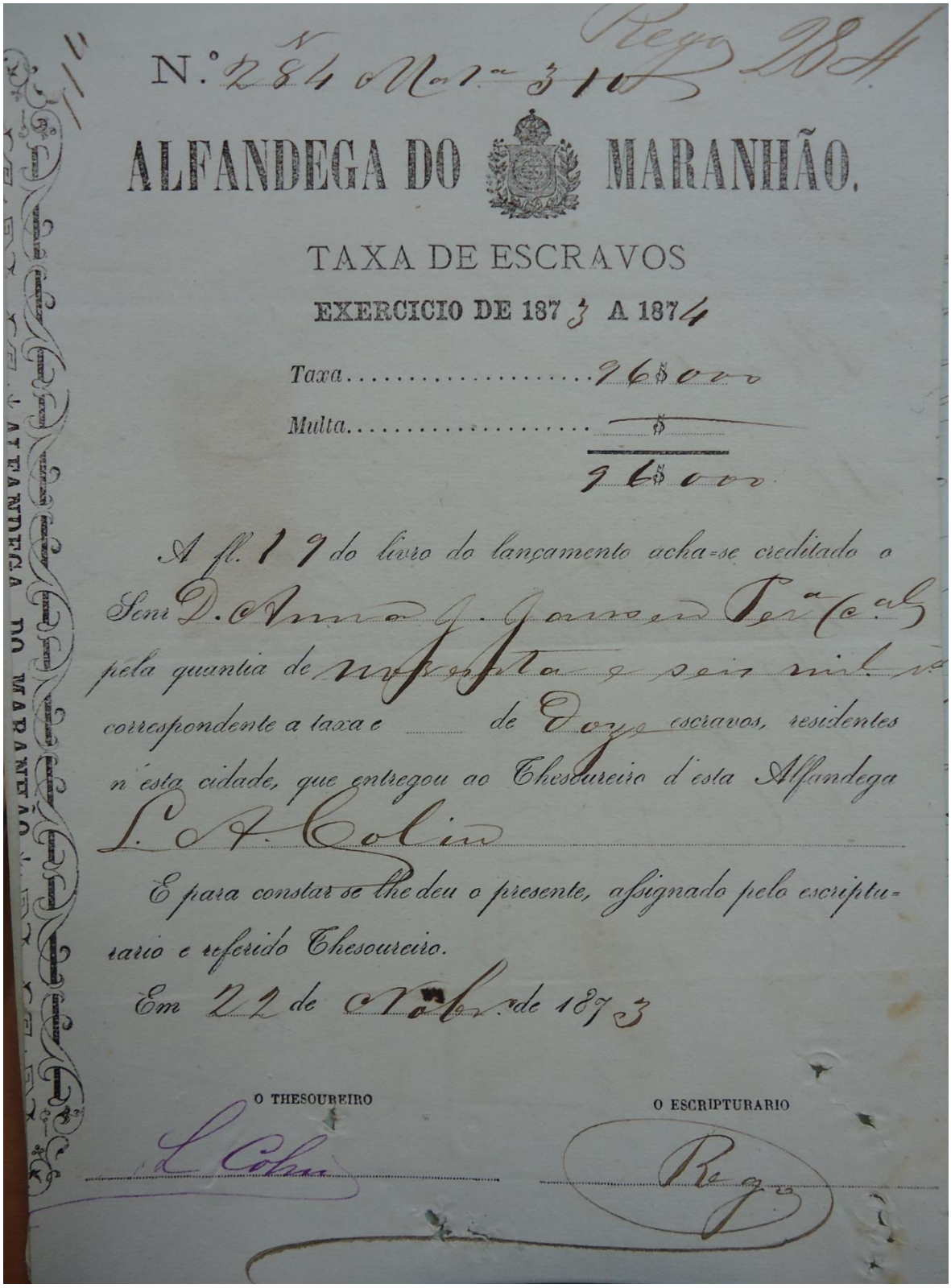
Fonte: Inventário de D. Anna Jansen Pereira Leite (1872). São Luís. Arquivo do Tribunal de Justiça. Seção de documentos raros.

Anexo 3: Relação de escravos pertencentes à Anna Jansen



Fonte: Inventário de D. Anna Jansen Pereira Leite (1872). São Luís. Arquivo do Tribunal de Justiça. Seção de documentos raros.

Anexo 4: Taxa de escravos



N.° 284 Mar.ço 310 Rego 284

ALFANDEGA DO MARANHÃO.

TAXA DE ESCRAVOS

EXERCICIO DE 1873 A 1874

Taxa..... 96$000

Multa..... $

96$000

A fl. 19 do livro do lançamento acha-se creditado o Sem.i D. Anna J. Jansen Pereira Leite pela quantia de noventa e seis mil rs correspondente a taxa e ____ de Onze escravos, residentes n'esta cidade, que entregou ao Thesoureiro d'esta Alfandega L. A. Colin

E para constar se lhe deu o presente, assignado pelo escripturario e referido Thesoureiro.

Em 22 de Novembro de 1873

O THESOUREIRO

L Colin

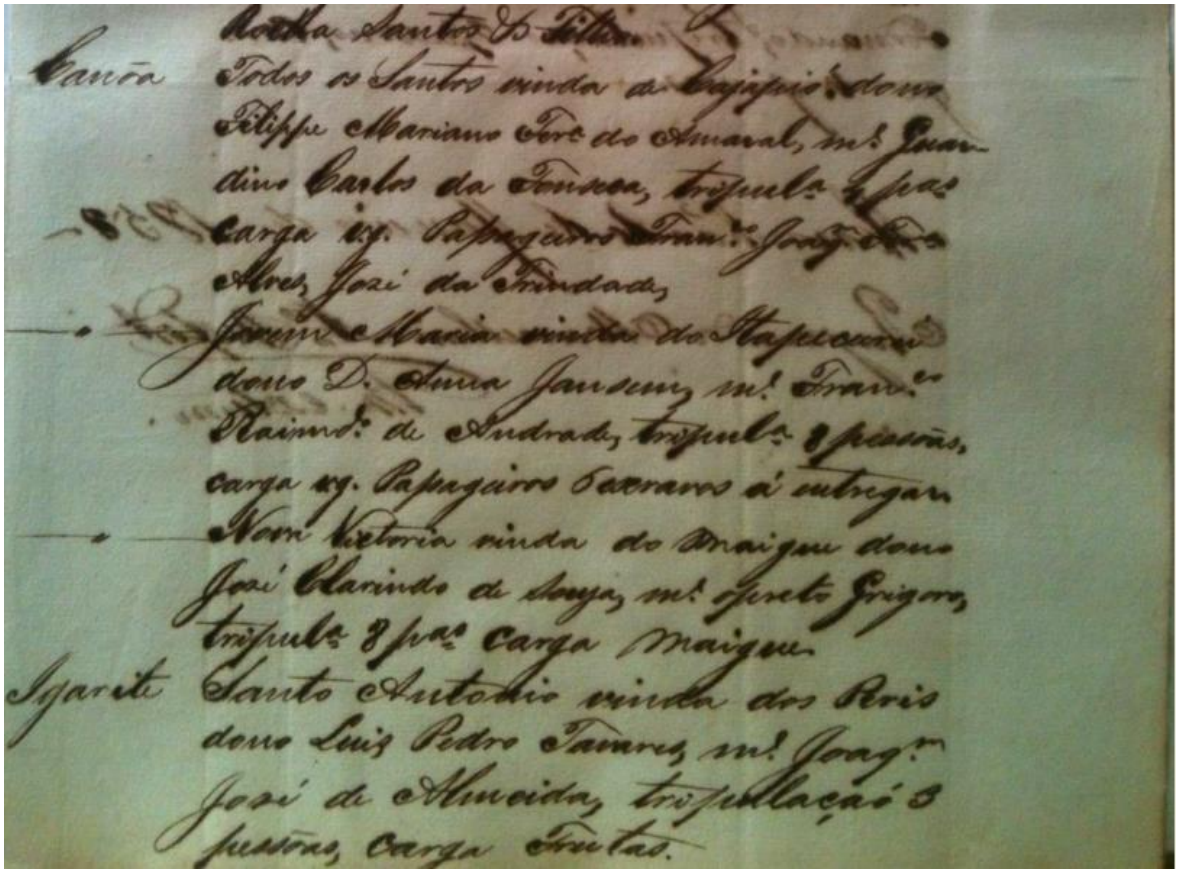
O ESCRIPTURARIO

Rego

ALFANDEGA DO MARANHÃO

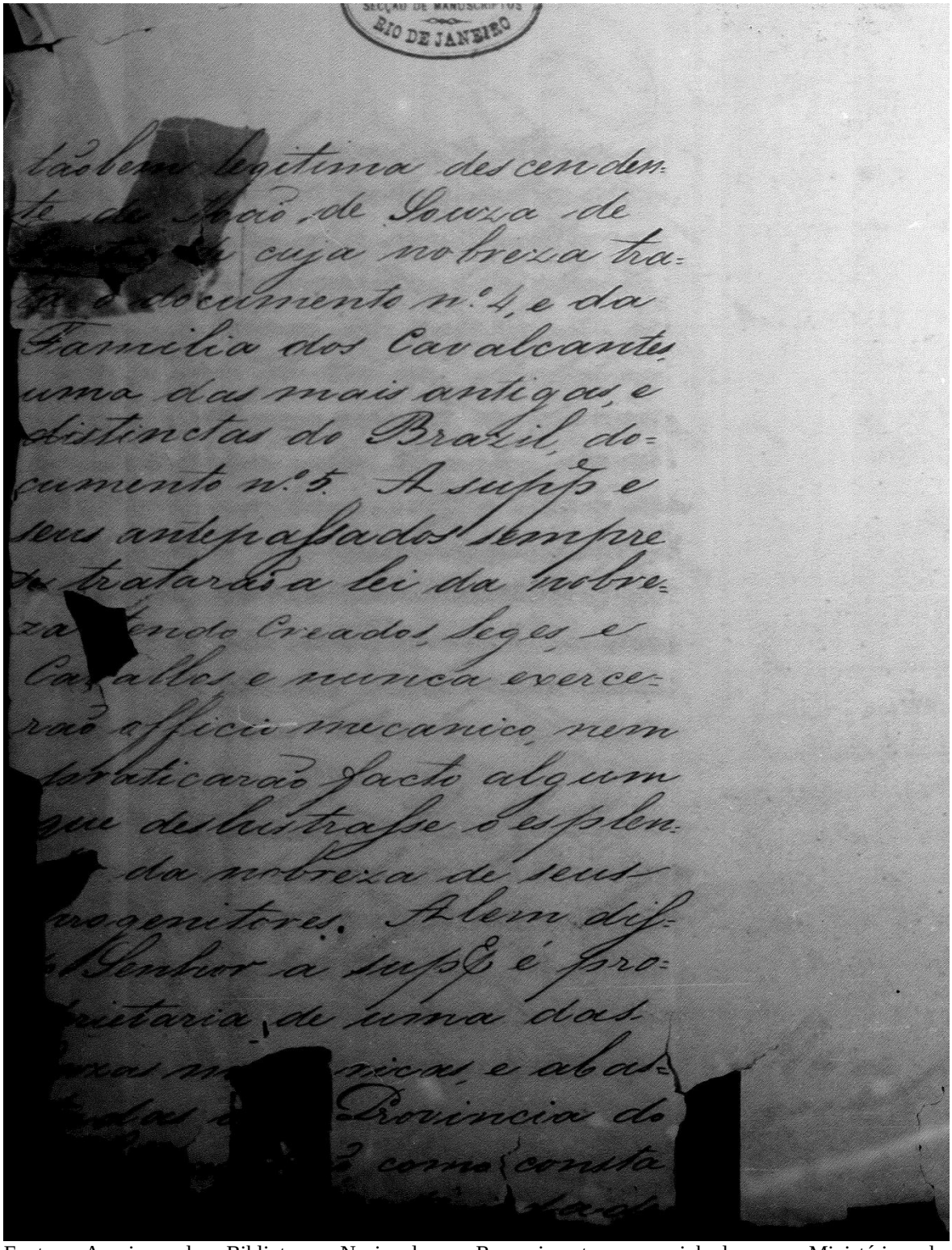
Fonte: Inventário de D. Anna Jansen Pereira Leite (1872). São Luís. Arquivo do Tribunal de Justiça. Seção de documentos raros.

Anexo 5: Registro de entrada da Canoa Jovem Maria



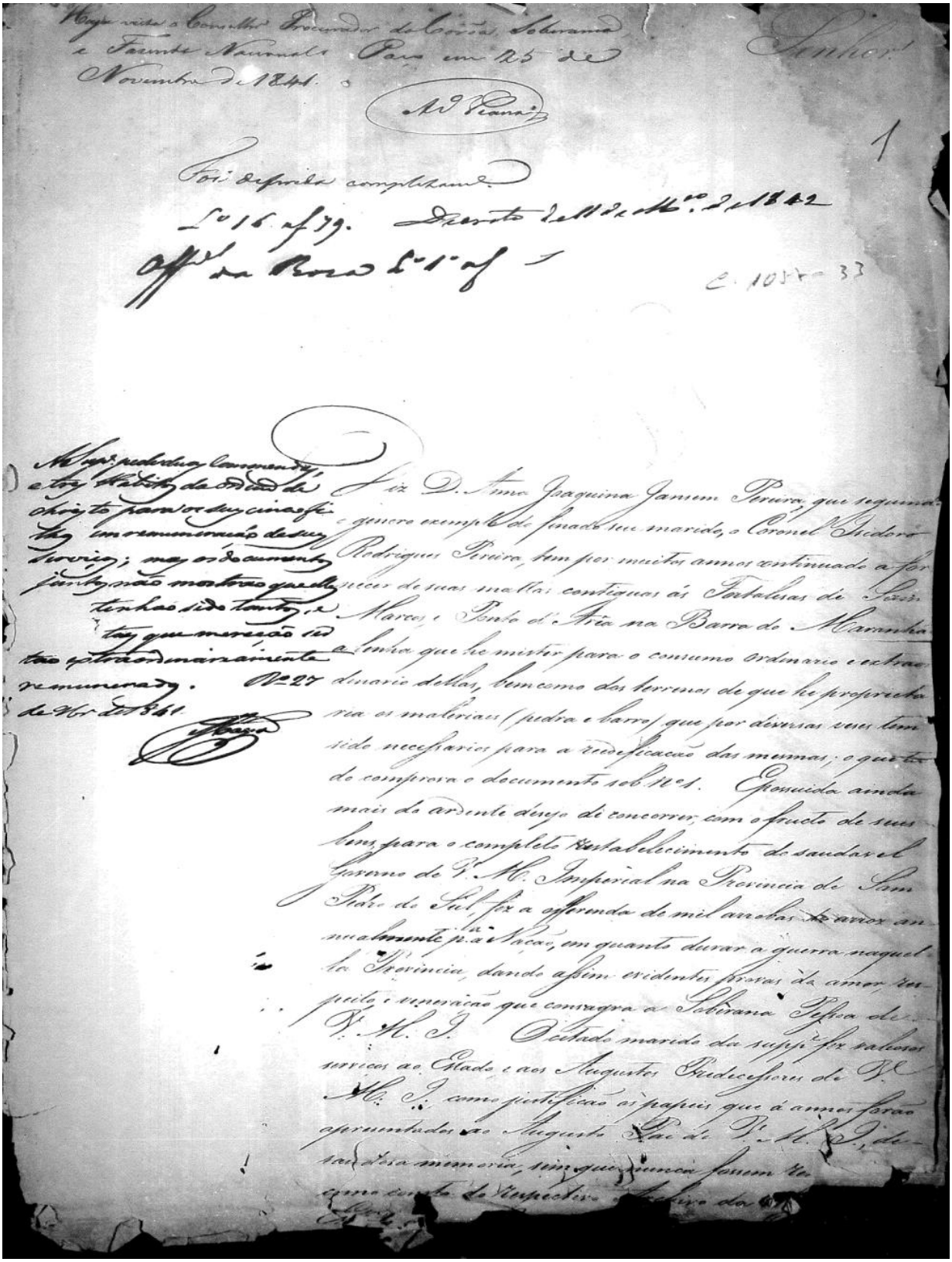
Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão, Série - Secretaria de Polícia/Chefatura – Registro do Porto.

Anexo 6: Descrição da nobreza e dos bens



Fonte: Arquivo da Biblioteca Nacional - Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando o título de baronesa. 1841-1842. Ms. 13 doc.

Anexo 7: Feitos prestados em favor da província e do império



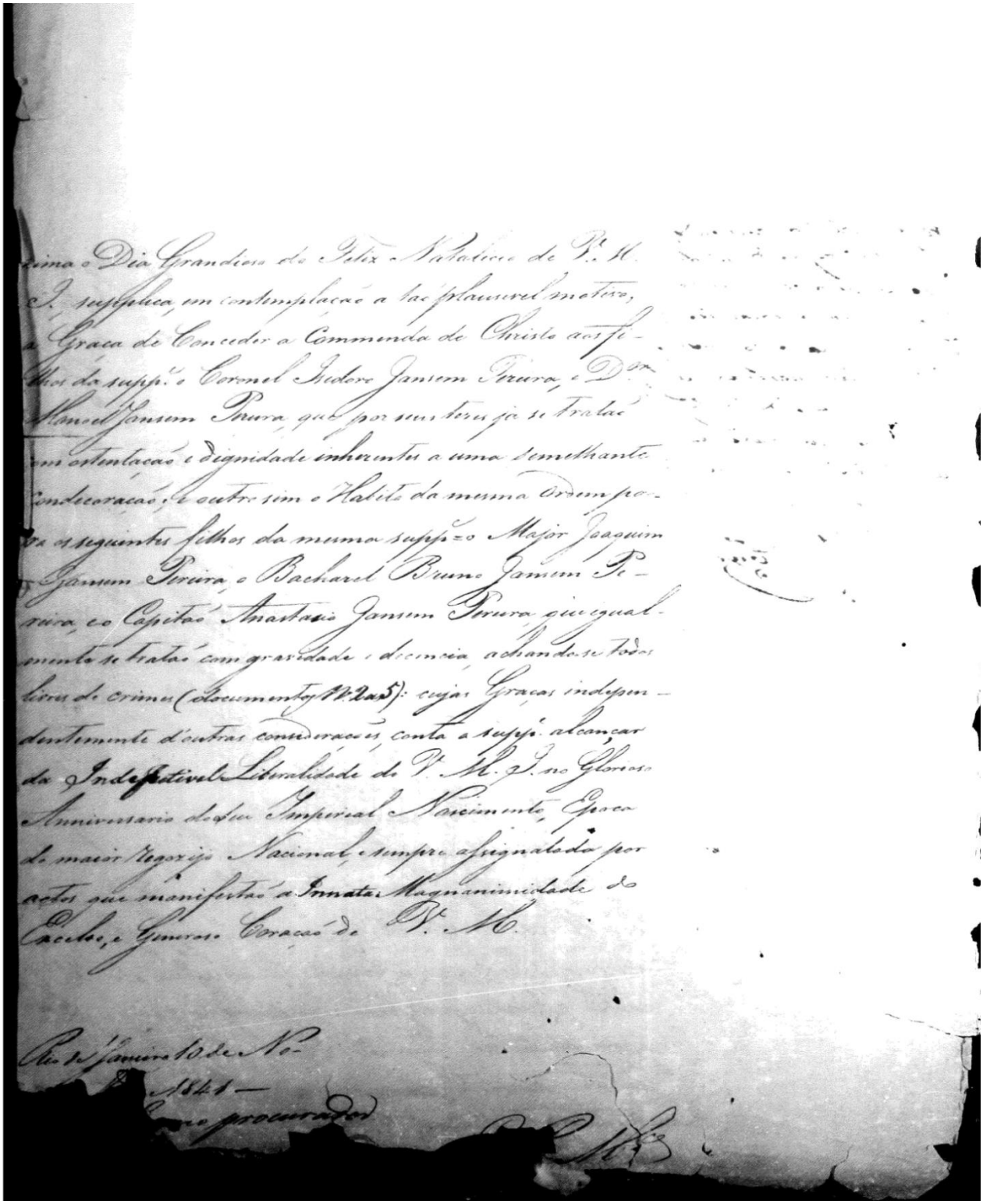
Hoje visto o Consulto Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional. Paço em 25 de Novembro de 1844.

Senhor!

Foi deferido como requer.
Lº 16. fl 79. Decreto de 18 de Novembro de 1842
Officio da Mesa Lº 1º fl 1

C. 1054 - 33

Diz D. Anna Joaquina Jansen Pereira, que segundo o genero exemplar de finado seu marido, o Coronel Isidoro Rodrigues Pereira, tem por muitos annos continuado a fornecer de suas matas contiguas ás Tabatingas de Serra Marca, e Ponta d'Area na Barra do Mearim a lenha que he mister para o consumo ordinario e extraordinariamente a dinheiro della, bem como das terrenas de que he proprietaria os materiaes (pedra e barro) que por diversas vezes tem sido necessarios para a reedificação das mumas; o que tudo comprova o documento sob Nº 1. Animada ainda mais da ardente desejo de concorrer com o fructo de seus lucros para o completo restabelecimento do saudavel governo de S. M. Imperial na Provincia de Santa Pedro do Sul, foi a offerenda de mil arrobas de arroz annualmente p.a a Praça, em quanto durar a guerra naquella Provincia, dando assim evidentes provas do amor, respeito e veneração que consagra a Soberana Pessoa de S. M. I. O fallecido marido da suppe foi valorosos serviços ao Estado e aos Augustos Predecessores de S. M. I. como justificão os papeis que á annexos forão apresentados ao Augusto Pai de S. M. I. de saudosa memoria, sendo que nunca pensou em [illegible] como consta do respectivo [illegible]



Fonte: Arquivo da Biblioteca Nacional - Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando o título de baronesa. 1841-1842. Ms. 13 doc.